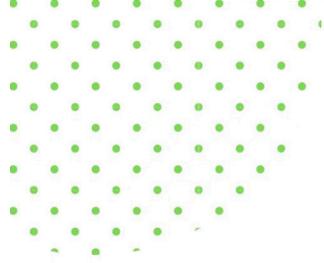
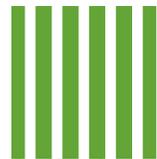


A presente apostila foi elaborada pelos professores José Aldo Camurça (Campus Serra Talhada), André Ricardo Dias Santos (Campus Petrolina), Cristiano Dias (Campus Ouricuri) e Gabriel Kafure (Campus Petrolina Zona Rural), uma iniciativa do Grupo de Pesquisa Sertão Filosófico, no intuito de fornecer as ferramentas conceituais chave para pensar filosoficamente as questões pertinentes a Filosofia Contemporânea. Assim, o aluno terá um material objetivo e direto para poder pensar por si os problemas filosóficos propostos pelos professores em sala de aula. Desejamos uma boa leitura!

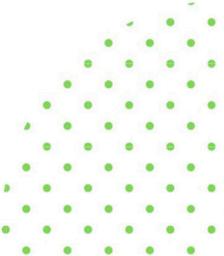


**INSTITUTO
FEDERAL**
Sertão de
Pernambuco
APOSTILA



FILOSOFIA CONTEMPORÂNEA

**JOSÉ ALDO CAMURÇA DE A. NETO
ANDRÉ RICARDO DIAS SANTOS
GABRIEL KAFURE DA ROCHA
CRISTIANO DIAS DA SILVA**

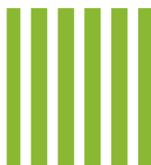




Sumário

Capítulo I - Desconstrução filosófica a partir da Crise da Razão.....	4
1- O início do Pessimismo já no século XIX: o papel de Kierkegaard	7
1.1-Nietzsche e Schopenhauer: principais diferenças	10
2. A fenomenologia.....	13
2.1- Quais são estas “coisas”?	13
2.2 Heidegger	15
2.3 Bachelard	17
3- Sartre: O expoente maior do existencialismo no século XX	19
4. Simone de Beauvoir e o papel da mulher na sociedade atual.....	20
5- Albert Camus e sua filosofia do Absurdo.....	22
5.1- Sartre, Beauvoir e Camus.....	23
Exercícios propostos	24
Capítulo II A importância da filosofia da linguagem no século XX.....	28
2- Ludwig Wittgenstein: o primeiro e o segundo	31
2.1-A semântica moderna	32





2.2-A teoria da imagem da linguagem.....	34
2.3- Os jogos linguísticos.....	35
2.4- Wittgenstein, a religião e a ciência	37
Exercícios propostos	39
Capítulo III - Escola de Frankfurt: O papel da crítica para a filosofia contemporânea do século XX.....	42
A Primeira Geração da Escola de Frankfurt.....	45
A segunda e terceira geração da Escola de Frankfurt.....	49
Exercícios Propostos	54
Cap. IV A FILOSOFIA NO SÉCULO XXI.....	62
1.1 O que é a Bioética?.....	62
1.2 Biopolítica: o que é?	65
Deleuze e a Sociedade de Controle	69
Exercícios Propostos	71
2. A mulher na Filosofia. A importância de Edith Stein, Hannah Arendt e Judith Butler.....	76
Exercícios Propostos	83
Capítulo IV: A filosofia da Ciência no contexto paradigmático do século XX.....	86
1 - Origem da filosofia da ciência	87
2 - Karl Popper e a transição da ciência ao social	88
3- Thomas Khun e a Estrutura da Revolução Científica..	91





Exercícios Propostos	95
Cap. V FILOSOFIA PÓS-MODERNA.....	102
Exercícios de Revisão da Apostila	109
Glossário	122
Referências Bibliográficas	123



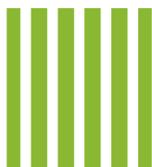


Capítulo I - Desconstrução filosófica a partir da Crise da Razão.

Em 1933, cumpriam-se os trezentos anos da abjuração imposta a Galileu Galilei pelo Tribunal do Santo Ofício, da teoria copernicana por ele assumida e que seria um dos pilares da *nuova scienza*, da moderna ciência físico-matemática. Em homenagem a Galileu, Ortega y Gasset desenvolveu, naquele ano, na Universidade Central de Madrid, um curso em doze aulas que, posteriormente, foi publicado sob o título, *En torno a Galileu*, e subtítulo *Esquema de las crisis*. Sob o pretexto de esclarecer a estrutura ou o esquema das crises históricas, em questão, principalmente, está a crise da razão, a crise da razão europeia moderna, ou seja, a crise da razão cartésio-galileiana.

Justamente pelos idos de trinta do século XX, vinham à luz, na Alemanha, em Freiburg, os cursos de Edmund Husserl, da década de 1920, as *Vorlesungen*, que aparecem com o título *Die krisis der europäischen wissenschaften und die transzendente phänomenologie* (A *krisis* das ciências europeias e a fenomenologia transcendental). “Ciência europeia” está dizendo razão, a razão europeia, encarnada na hora pela razão matemática ou, de novo, pela razão cartésio-galileiana. E crise, aqui, como adverte Husserl, é crise de fundamentação.

Então, por este tempo, falava-se e discutia-se a crise dos fundamentos da ciência, sobretudo os fundamentos da matemática, o que levava a razão matemática e, com ela, toda a ciência, a uma total instabilidade, a uma total desorientação, isto é, a uma séria e radical crise. Mas Husserl centrará sua análise, melhor, seu diagnóstico do problema no que ele chamou “crise de significado vital da ciência”, ou seja, em suma, Husserl constata que o saber europeu moderno-contemporâneo não sabe mais por quê, para quê, desde onde e para onde ele é saber. A isso, a essa contundente experiência de um completo desenraizamento do saber, da vida e da existência europeias, Nietzsche, na segunda metade do século XIX, já denominara de “O



niilismo europeu”, isto é, a crise, o abalo, o terremoto do saber, da ciência ou da razão europeia.

Não sabe (não sente, não experimenta, não saboreia) por que e para que saber. (Racionalismo, intelectualismo e eruditismo (ostentação da cultura) constituem a causa da crise. Nesta, o espírito vira inteligência, cálculo. Ao se falar de espírito não se está falando de nenhuma coisa, material ou imaterial, nenhuma faculdade ou propriedade do homem, mas tão-só de um modo de ser do homem, marcado pelo fazer lento, paciente, devotado, uma longa frequência e frequência, ou seja, um longo e paciente ver-fazer algo).

De algum modo a noção de crise de significado vital, é também o diagnóstico de Ortega em *En torno a Galileo*, uma vez que, para esse filósofo, em última instância, toda e qualquer crise histórica é crise de significado vital, isto é, ainda na sua formulação, perda de mundo, ou seja, esvaziamento de sentido ou de orientação vital, ao qual o homem possa/deva ater-se, vital ou existencialmente. (Segundo sua análise, o Ocidente experimentou três grandes crises, a saber, na Antiguidade, o chamado helenismo; depois o Renascimento, e hoje, a atual crise europeia, que é a crise da razão).

Como saída, como superação da crise, Husserl aponta para a necessidade da formulação e explicitação de uma ontologia do mundo da vida, que corresponde a uma ontologia das vivências ou experiências originárias (*Urerlebnissen*). Esta seria a direção para re-fundar a ciência, a razão, ou seja, para reconduzir o saber às suas verdadeiras raízes — a vida pré-científica. Ortega vai falar de um novo horizonte, de uma nova aurora — a aurora da razão histórica. Claro, nisso tudo se interroga: mas o que é, como é ontologia do mundo da vida? O que é, como é a razão histórica? Deixemos, no entanto, estas perguntas, pois nosso propósito é tão-só esboçar uma rápida paisagem histórica.

No entanto, é preciso dizer que a experiência mais radical desta crise da razão e, ao mesmo tempo, a crítica (i. é, a análise) mais



contundente, mais incisiva e mais reveladora da gênese, das raízes da razão europeia acontece já no século XIX, com o pensamento de F. Nietzsche. Nietzsche é, sem dúvida, o mais póstumo dos pensadores do XIX, uma vez que o mais porvir, o mais futuro dos pensadores do XIX — seja no XX, seja no XXI, que para nós se abre e se nos impõe. A crise da razão. O que é crise? O que é razão? Como crise, como razão? E, então, o que é, como é a crise da razão?

Ouve-se, fala-se, por exemplo, em crise política, crise da economia, crise das instituições, crise dos valores. Em cada uma destas expressões, que se ouve e se usa a toda hora, entende-se, melhor, subentende-se por crise uma situação de abalo, de instabilidade, de desestabilização. A vida no meio do terremoto está em crise. Trata-se de algo instável, onde impera o incerto, o inseguro, o pantanoso. E nisso sente-se ou pressente-se igualmente uma situação, uma hora de passagem, de transição. Na verdade, isso, a saber, passagem, transição, só se evidencia mais nesta situação de crise, pois, rigorosamente, na vida, na história, toda e qualquer situação, toda e qualquer hora é sempre situação e hora de passagem, de transição. Mas esta (a da crise) tem uma peculiaridade.

É passagem, é transição, sim, porém acompanhada de um sentimento de inquietação, até mesmo de desespero, pois não se tem claro para onde passar, a que ater-se, onde instalar-se e fincar pé. A crise se mostra como um beco sem saída. E isso é, sim, perda de sentido, de orientação vital. Impõe-se passar, pois a vida não pode não passar, não pode não ser autotranscender-se ou auto ultrapassar-se, mas o sentido, o valor, o mundo que se é e no qual se está se revela (como?) não mais ter o direito de ser isso que se propõe ser, a saber, fundo, fundamento, sentido, orientação, mundo, e, no entanto, outro valor ou sentido (mais alto?) ainda não se mostra, não se alevanta.

A crise contemporânea é a crise, isto é, o abalo, a instabilidade e a desestabilização da razão, à qual é eminentemente o sentido, a força ou o valor moderno, moderno-contemporâneo. A pergunta é: em se tratando de crise da razão, qual é realmente a crise? Ou, em outros



termos: o que é, o que significa, o que quer dizer, para nós, razão? Quando se perde a razão, o sentido-razão, o que realmente se perde? O que realmente se retrai, se nega, se ausenta? Quem sente, experimenta ou vive isso? Tais perguntas tiveram suas respostas desenvolvidas entre os Séculos XIX e XX. Movimentos como Fenomenologia, existencialismo, Escola de Frankfurt, dentre outras, tentaram explicitar e seus pormenores a decadência dos valores sociais, humanos, técnico-científicos tão exaltados e valorizados entre a revolução científica à revolução industrial.

CONTEÚDO INTERATIVO:

Sobre a crise da razão: [Dossiê Crise da Razão periodicos.uesc.br > index.php > especiaria > article > download](http://periodicos.uesc.br/index.php/especiaria/article/download)

1- O início do Pessimismo já no século XIX: o papel de Kierkegaard

Um dos principais princípios do existencialismo é que os seres humanos são seres livres, autoconscientes. Isto significa que cada ser humano deve definir quem ele é ao aceitar a responsabilidade que acompanha a liberdade. Cada ser humano é responsável por suas ações e decisões; independentemente da influência externa, ele está fundamentalmente sozinho em um mundo incerto.

Porque os seres humanos são agentes livres, e não há uma única maneira de navegar pela vida, é impossível prever com segurança o comportamento dos outros agentes. Sartre se refere a esta incerteza inescapável como desespero.

Nietzsche reconheceu que não há nenhum significado intrínseco à vida; no entanto, ele acredita que as pessoas possam criar



significado e valor, dependendo da maneira como elas vivem suas vidas. Sartre continuou esta linha de raciocínio para chegar a outro dos princípios do existencialismo: uma vez que não há nenhuma conta objetiva do que significa ser humano, cada ser humano decide seu próprio significado através da existência. Os seres humanos não são entidades fixas; em vez disso, eles decidem o que eles se tornam.

Alienação também é central para o existencialismo. Alienação refere-se ao fato de que, enquanto os seres humanos podem dar ao mundo significado através de suas ações, o mundo não é trazido à existência por meio de ações humanas. Todo ser humano tem consciência da alteridade do mundo em vários momentos; por exemplo, a auto-consciência, ele se sente quando percebe que alguém está olhando para ele. Todo ser humano pode escolher suas próprias ações, mas ele também é apenas parte do mundo para outras pessoas.

Outro princípio do existencialismo é o da *autenticidade*, que está preocupada com a auto-formação. Um existencialista considera uma vida autêntica quando uma pessoa escolhe suas ações com base em seus valores e se compromete a eles. Uma pessoa inautêntica realiza suas ações porque é isso que é esperado dela, e ela age passivamente.

Nascido no século XIX, através das ideias do filósofo dinamarquês Kierkegaard, esta vertente filosófica e literária conheceu seu apogeu na década de 50, no pós-guerra, com os trabalhos de Heidegger e Jean-Paul Sartre. A contribuição mais importante desta escola é sua ênfase na responsabilidade do homem sobre seu destino e no seu livre-arbítrio.

Para os existencialistas, a existência tem prioridade sobre a essência humana, portanto o homem existe independente de qualquer definição pré-estabelecida sobre seu ser. Assim, não há uma inquietação relativa aos postulados produzidos pela Ciência ou às especulações metafísicas, e sim no que se refere ao sentido da existência. Daí a predominância de elementos da Fenomenologia de





Husserl – movimento que procura compreender os fenômenos tais como eles parecem ser, sem depender do real conhecimento de sua natureza essencial – nesta corrente filosófica, já que ambas privilegiam a vivência subjetiva em detrimento da realidade objetiva.

O existencialismo pressupõe que a vida seja uma jornada de aquisição gradual de conhecimento sobre a essência do ser, por esta razão ela seria mais importante que a substância humana. Seus seguidores não creem, assim, que o homem tenha sido criado com um propósito determinado, mas sim que ele se construa à medida que percorre sua caminhada existencial. Portanto, não é possível alcançar o porquê de tudo que ocorre na esfera em que vivemos, pois não se pode racionalizar o mundo como nós o percebemos. Esta visão dá margem a uma angústia existencial diante do que não se pode compreender e conceder um sentido. Resta a liberdade humana, característica básica do Existencialismo, a qual não se pode negar.

Coube a Sartre batizar esta escola filosófica com a expressão francesa ‘existence’, versão do termo alemão ‘dasein’, utilizado por Heidegger na sua obra *Ser e Tempo*. Além destes filósofos renomados, o movimento contava também com Albert Camus – adepto destes postulados apenas no campo literário – e Boris Vian.

Soren Aabye Kierkegaard, antecessor do Existencialismo, encontra seu caminho dentro da Filosofia ao rebater os conceitos de Aristóteles ainda presentes nas teorias da época, combatendo assim os ideais hegelianos, principalmente sua crença na submissão de todos os fenômenos às leis naturais, o que lhes confere determinismo providencial e retira das mãos do homem sua liberdade individual.

Foi este filósofo que legou ao existencialismo a ideia central da liberdade do homem, bem como de sua eterna aflição perante a falta de um projeto que regeria a caminhada humana, o que deixa o indivíduo à mercê de suas próprias decisões e atitudes. Ele vê a realidade como um feixe de possibilidades diante das quais o ser, com sua liberdade de escolha, pode optar pelas que mais lhe convém. Estes





caminhos podem ser englobados, para ele, em três opções primordiais – o estilo estético, no qual cada um busca aproveitar ao máximo cada momento; o estilo ético, dentro do qual o homem procura viver com atitudes corretas e morais; e o estilo religioso, que se apoia sobre a fé.

De certa forma, a moderna física quântica parece adotar esta mesma visão, agora em uma versão mais científica, porém acompanhada da crença na existência de uma força superior, traduzida em termos energéticos. O existencialismo, porém, continua mais ativo que nunca, influenciando a filosofia, a literatura e as artes cinematográficas. Sartre é considerado o principal expoente do movimento. Antes dele, autores como Nietzsche, Schopenhauer desenvolvem teses existencialistas.

1.1-Nietzsche e Schopenhauer: principais diferenças

Muito se fala de Nietzsche e de Schopenhauer, eles estão o tempo todo justapostos e sobrepostos. É muito comum vermos pessoas salientando suas semelhanças, principalmente o pessimismo e o niilismo. Para quem não conhece, ele às vezes se tornas sinônimos. Bom, neste texto, temos o objetivo de fazer o contrário: mostrar algumas diferenças e aguçar a curiosidade para pesquisas futuras.

Nietzsche descobriu Schopenhauer ainda na universidade aos vinte e um anos, por acaso, numa livraria. Comprou “*O Mundo Como Vontade e Como Representação*” e apaixonou-se instantaneamente por sua filosofia: sem deus, sem providência divina, apenas uma vontade cega e insaciável. Wagner e Schopenhauer foram suas maiores influências durante a juventude.

Mas nem tudo são flores, Nietzsche se afasta de Schopenhauer ao longo de sua vida, e até mesmo chega a fazer-lhe severas críticas (como era seu costume a todos aqueles que um dia admirara). Dentre



as divergências, para maior didática, podemos separá-las em categorias:

Vontade: em Schopenhauer apenas Vontade: cega, insaciável, inquieta. A coisa-em-si de Kant, a resposta para todos os enigmas. A Vontade é auto-discórdia, uma fome eterna que alimenta-se de si mesma. Como nunca pode ser satisfeita, ela é a causa de toda a dor; como não tem finalidade, ela nunca encontra a paz. Nietzsche se apropria deste conceito tornando-o múltiplo: vontade de potência é a potência que quer a si mesma, é uma vontade de lutar, combater, é a definição do guerreiro e dos artistas

Dor: A dor é algo inevitável nos dois filósofos, mas é importante notar o uso que cada um faz dela. Schopenhauer a considera a substância absoluta da existência, a raiz de onde tudo cresce, vivemos mergulhados na dor para ter apenas alguns limitados momentos de prazer

Já Nietzsche encontra algo que justifica a dor, a própria vida: “*a existência parece bastante santa por si mesma para justificar por acréscimo uma imensidade de sofrimento*” (Nietzsche, Fragmentos Póstumos). Não cabe a nós julgar a dor, ela é parte do pacote e devemos aprender a transformá-la em nosso combustível. Não se pode conquistar grandes coisas sem a dor (Epicuro sabe bem disso,. É daí que vem a famosa frase, “*da escola de guerra da vida: o que não me mata, torna-me mais forte*” (Nietzsche, Crepúsculo dos Ídolos).

Arte: seguindo esta lógica, cada filósofo também chega a uma definição de arte que envolve os outros conceitos. Para Schopenhauer a vida é sofrimento, algo insuportável, pesado demais. A única saída é o asceticismo, dos budistas e dos santos, ou a arte. Pela contemplação estética temos a possibilidade de escapar da dor. Olhar o mundo à distância, esquecê-lo por alguns minutos de prazer estético. Um lenitivo, um bálsamo, um calmante para os desgostos e infortúnios da existência. Nietzsche segue o caminho oposto, a arte é a afirmação da vida e só é útil se puder intensificá-la.



Vida: Podemos explicar a visão que Schopenhauer tem da existência usando uma anedota que ele próprio contava: imagine que se pudesse bater nas lápides dos cemitérios e perguntar às almas que tranquilamente descansam se estas querem voltar à vida, certamente que elas responderiam negativamente pois finalmente encontraram seu descanso eterno. Não vale a pena viver: as felicidades não pagam as dores, por isso os mortos preferem continuar onde estão. Já para Nietzsche a terra é a única verdade, única salvação: afirmada em seu máximo mesmo com todas as dores, um eterno prazer em existir e uma confiança no devir. “*Minha fórmula para a grandeza do homem é amor-fati*” (*Ecce Homo*, Por que sou tão esperto, §10). Isso significa que quanto mais o homem é capaz de afirmar aquilo que lhe acontece, mais forte ele se torna para encarar o presente.

Nihilismo: Para Schopenhauer, a falta de finalidade da natureza é insuportável. O homem, por ser a forma de vida mais complexa e bem-acabada, tem acesso a todo sem-sentido da existência. Não vale a pena viver porque uma vontade satisfeita rapidamente se torna tédio e é substituída por outra vontade. A vida é sofrimento. O homem schopenhaueriano não consegue aceitar a realidade, sua saída é a calma contemplação do espetáculo do mundo, abdicando de toda Vontade. Posteriormente, Nietzsche faz um rigoroso estudo de Schopenhauer neste quesito. Ele chama a filosofia de seu predecessor de “nihilismo passivo” e desenvolve uma psicologia do homem ressentido neste quesito. Nietzsche procura reabilitar o “nihilismo passivo” transformando-o em “nihilismo ativo”, as tormentas do nihilismo anunciam a grande saúde. O mundo não tem sentido? Tanto melhor, só assim o homem forte, potente, pode criar valores. O além-do-homem criado por Nietzsche é aquele que se alimenta do nihilismo para criar seus próprios valores.

É muito importante salientar que esta exposição e as diferenças em questão não trazem a resposta de quem está certo e quem está errado – os dois concordariam neste ponto: não é um problema da qual filosofia é verdadeira e qual é falsa –, são apenas dois modos de interpretar o mundo. Toda filosofia esconde uma biografia, um modo





de vida. Os dois nasceram em momentos diferentes e tiveram vidas diferentes, logo, cada um olhava o mundo à sua maneira. Nem cabe a nós escolher uma ou outra, não é preciso cair no dogmatismo, apenas entender as diferenças filosóficas e desfrutar a beleza que cada uma tem a oferecer.

2. A fenomenologia

A fenomenologia, como corrente filosófica, afirma a importância dos fenômenos da consciência os quais devem ser estudados em si mesmos. Segundo uma visão fenomenológica, tudo o que podemos saber do mundo resume-se a esses fenômenos, a esses objetos ideais que existem na mente, cada um designado por uma palavra que representa a sua essência.

Esse método foi desenvolvido inicialmente por Edmund Husserl (1859-1938), relacionado-se posteriormente com outras áreas do conhecimento. Para Husserl, o mundo só pode ser compreendido a partir da forma como se manifesta, ou seja, como aparece para a consciência humana. Não há um mundo em si nem uma consciência em si. A consciência é responsável por dar sentido às coisas.

Na filosofia, um fenômeno designa, simplesmente, a forma como uma coisa aparece, ou manifesta-se para o sujeito. Ou seja, trata-se da aparência das coisas. Sendo assim, todo o conhecimento que tenha como ponto de partida os fenômenos das coisas podem ser compreendidos como fenomenológicos.

2.1- Quais são estas “coisas”?

São as imagens, as fantasias, os atos, as relações, o pensamento, os eventos, a memória, os sentimentos, enfim, tudo



aquilo que é produto da mente humana, ou a forma como a mente retém o mundo. Percebe-se que à um componente psicológico na fenomenologia e, de fato, a fenomenologia terá uma relação particular com a psicologia e a psicanálise.

A fenomenologia está relacionada ao processo de intencionalidade, ou seja, podemos entender que aqui tudo o que há parte da intenção, da vontade, de um desejo, que é representado por um objeto real. Neste sentido, a fenomenologia é uma investigação que busca a essência inerente da aparência, naquilo que ela revela e, ao mesmo tempo, oculta aos sentidos.

Podemos antecipar que a fenomenologia surge como uma forma de questionar o próprio pensar, contribuindo para uma ciência do conhecimento prático das coisas. Os **principais nomes da Fenomenologia** são o filósofo alemão Edmund Husserl (1849-1938), precursor deste pensamento, estudando a mente e seu funcionamento em si: a grosso modo, segundo Husserl criamos o mundo a partir das nossas impressões ou sequência de impressões mentais, dando-lhe significado. Outro nome que merece ser apontado aqui é o do filósofo francês Merleau-Ponty (1908-1961) que introduz a fenomenologia a noção de corporeidade, ou seja, a forma física e o conceito (ideia) não são momentos separados do entendimento do mundo das coisas, mas estão co-relacionados. Não há forma sem conteúdo (interno). Tomando como ponto de intersecção a noção de liberdade, podemos dizer que o pensamento fenomenológico se desdobrará, dentre outros receptores de seus premissas, no pensamento existencialista, que joga para o indivíduo a possibilidade de produção do mundo. Vejamos a seguir.

CONTEÚDO INTERATIVO

- pODcAST filosófico-



Sobre Edmund Husserl:

<https://www.ufrgs.br/luminapodcasts/site/episodio/ep-006-edmund-husserl-por-scheila-thome>

Sobre a fenomenologia:

<http://anticast.com.br/tag/fenomenologia/>

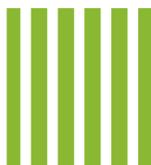
Sobre a fenomenologia e o existencialismo, ouça a fala do filósofo Franklin Leopoldo e Silva:

<https://podcasts.google.com/?feed=aHR0cDovL3d3dy5pbmN0aXR1dG9jcGZsLm9yZy5ici9jdWx0dXJhL2ZlZWQvcG9kY2FzdA&episode=aHR0cDovL3d3dy5pbmN0aXR1dG9jcGZsLm9yZy5ici9jdWx0dXJhLz9wb3N0X3R5cGU9cG9kY2FzdCZwPTM1OTI3&hl=pt-BR&ved=2ahUKEwjWgqul7-roAhWIG7kGHSJMBnYQjrkEegOICxAE&ep=6>

2.2 Heidegger

"O homem erra. O homem não entra primeiramente no erro. Ele sempre entra no erro porque ek-sistindo in-siste e, assim, já se encontra na errância. A errância, pela qual o homem atravessa, não é algo semelhante a uma fossa que acompanha o homem e na qual ele de vez em quando cai, mas a errância pertence à estrutura interna do Da-sein" In: A Essência da verdade

Um dos grandes filósofos contemporâneos do Séc. XX, Martin Heidegger foi um filósofo alemão conhecido por ter entendido a fenomenologia de Husserl como um método que leva a ontologia e o problema do ser. Desse modo, Heidegger aponta que durante toda a história da filosofia houve uma confusão entre o ser e o ente. O ente,



que pode ser entendido como aquilo que está sendo, foi apontado em diversos momentos da história da filosofia como o cogito, a coisa-em-si, mônada, o espírito, o indivíduo, etc. Para Heidegger, a diferença entre o ser e o ente que foi esquecida nesse processo é que o ser reúne todas as possibilidades, inclusive o nada e o não-ser e se coloca ao mesmo tempo como a essência e a existência. Inclusive, Heidegger critica a visão de Sartre de que a existência precede a essência, de fato, tal concepção de favorecimento de um em detrimento de outro era o que Heidegger considerava um erro da razão. Para ele, assim como teoria e prática são inseparáveis, essência e existência, ser e ente são também partes do mesmo. Nesse sentido, ser e pensar de igualam na medida em que se entende o aspecto transcendente-imanente do ser. Um dos projetos de Heidegger em "Ser e tempo" foi o de elaborar uma ontologia fundamental que servisse de linguagem das ciências humanas para dizer o Dasein, contudo, seu projeto acabou abandonado já que as ontologias regionais das ciências são muito diversas. Outra reflexão importante deste livro é a relação do ser com o tempo, a questão da historicidade e a possibilidade de ser como abertura.

A obra de Heidegger geralmente é dividida entre um primeiro Heidegger de Ser e Tempo e um segundo da poética e da técnica. Nesse sentido, o filósofo entende que a poesia é a única linguagem capaz de exprimir o ser. Já a técnica é considerada a essência da metafísica, pela qual promove a sua separação e uma destruição ontológica, de todo modo, a técnica é um perigo onde mora a salvação, ou seja, ela tem um caráter dúbio que pode servir tanto para construir a bomba atômica, como para tornar a vida humana mais confortável e viável. Heidegger relembra que tal intento paradoxal é uma proximidade-distante, que aproxima as distâncias, mas distancia o cuidado e a proximidade do ser-com outros.

Nesse sentido, Heidegger aponta para uma angústia fenomenológica, chamada de ser-para-morte, como o processo de abertura entre o Ser e o Nada provocado pelo niilismo da técnica, a tecnologia que ocupa o tempo, mas não nos faz entender o ser do tempo. Essa realidade que não é um simples tédio de não ter o que





fazer, mas sim um tédio profundo do entendimento de que o fundamento da razão é um grande abismo, um fundo sem fundo. Heidegger considera que até então a onto-teleologia e a onto-teologia foram as práticas filosóficas que procuravam um conceito fim ou Deus como definição do ser. Ao mesmo tempo, o ser humana, como ser-aí, é o único ente que é capaz de quebrar essa circularidade e entender o ser.

2.3 Bachelard

Entre a imagem e o conceito, nenhuma síntese. Tampouco essa filiação, sempre dita, jamais vivida, pela qual os psicólogos fazem o conceito emergir da pluralidade das imagens. Quem se entrega com todo o seu espírito aos conceitos, com toda a sua alma às imagens, sabe bem que os conceitos e as imagens se desenvolvem em linhas divergentes da vida espiritual." Gaston Bachelard In: A Poética do Devaneio.

Gaston Bachelard foi um filósofo francês que dedicou parte de sua carreira ao estudo da epistemologia, palavra esta que designa a prática filosófica de julgar as práticas e processos científicos. Por meio dessa investigação, sua obra mais célebre é "A formação do espírito científico", na qual ele formula a teoria dos obstáculos epistemológicos. Tais obstáculos são condição *sine qua non* para um cientista se livrar de imagens que permeiam a sua prática, e, que, atrapalham a formulação de uma ciência pura, assim, é preciso ultrapassar esses preconceitos e senso comum, para tornar a prática científica plausível ou mesmo refutável, já que, teorias de outros cientistas também podem estar imbuídas desses obstáculos. Assim, Bachelard verifica que não existem verdades primeiras, mas sim erros primeiros, os quais são fundamentais para o começo de qualquer pesquisa, e, que, pressupõe que para se fazer ciência, é preciso romper



com teorias anteriores, caracterizando a descontinuidade da história da ciência. Outro aspecto importante epistemológico, está em sua obra "A filosofia do não", pela qual ele pressupõe que sua filosofia é não-newtoniana, não-cartesiana, não-kantiana, não-hegeliana e assim por diante, ou seja, nega toda a história da filosofia para promover um ato epistemológico que dialogue com toda a realidade histórica, ainda que não dependa dela. Por fim, dentro dos perfis epistemológicos de uma teoria, Bachelard chega à conclusão de que é necessário levar em conta que a relação entre teoria e prática deva ter como característica um racionalismo aplicado e um materialismo técnico, de modo que essas duas características se complementem gnosiologicamente para gerar novas ontologias da realidade. "A ciência é a estética da inteligência".

Assim, a primeira parte da filosofia de Bachelard se caracteriza como diurno ou epistemológica, há no entanto, uma virada de seu pensamento quando assume a cátedra de filosofia das ciências na Sorbonne, quando sua psicanálise do espírito científico começa a tomar aspectos poéticos com o livro "A psicanálise do fogo", a partir dessa obra o lado diurno dá lugar a face poética ou noturna, uma estética do gosto. Bachelard leva em conta que a relação entre imagens e conceitos hierarquiza as boas imagens como conceitos e subjulga as más imagens como poéticas. Contudo, é pelo princípio da deformação ou criação de imagens que justamente se caracteriza a prática do imaginário. Bachelard funda assim uma nova crítica literária baseada nos elementos fogo, água, terra e ar para analisar a imaginação material de poetas célebres e seus devaneios. Em A poética do devaneio, este se coloca como uma alternativa uma forma de sonho (revêrie) acordado, o devaneio (rêves) é uma faculdade de criar imagens, assim, como uma das últimas obras que Bachelard escreveu, ele assume a fenomenologia como seu método, apesar de considerar uma fenomenologia direta mais correta, ligada a faculdade da imaginação e sem intermédios da consciência da intencionalidade.





3- Sartre: O expoente maior do existencialismo no século XX

O homem é condenado a ser livre “porque não se criou a si próprio; e, no entanto, é livre, porque uma vez lançado ao mundo, é responsável por tudo quanto fizer” (in: O existencialismo é um humanismo)

O existencialismo de Sartre foi uma das correntes mais importantes do pensamento francês, ganhando força, sobretudo, nas décadas de 1950 e 1960, com forte repercussão na filosofia, na literatura, no teatro e no cinema. Considerado por muitos o símbolo do “intelectual engajado”, Sartre adaptava sempre sua ação às suas ideias, e o fazia sempre como ato político. Foi aquele intelectual cujo pensamento influenciou tendências e atitudes, pronunciando-se sobre acontecimentos políticos, sociais e culturais de seu tempo (*maitre à penser*). O termo sartriano tornou-se sinônimo de livre-pensador.

Para Sartre, o homem é um tipo diferente de ser, pois pode pensar sobre a própria consciência e sobre o mundo ao seu redor. Para o homem que se define por sua autoconsciência, existir e refletir são a mesma coisa. A consciência humana não tem uma essência definida, não tem um criador que tenha dado uma finalidade a priori para sua vida: “O homem é um ser pelo qual o nada vem ao mundo”.

O que resta ao homem? Sua liberdade, consequência básica dessa constatação. A única opção é criar. É durante a própria existência que o homem define, a cada momento, o que ele é. Em outras palavras, o homem constrói os significados de sua vida, seus objetivos, metas, valores, sua visão de mundo, seu sentido. O homem é o único responsável por seus atos e escolhas, criador de sua existência autêntica. Vivemos presos numa teia de significados que nós mesmos criamos diante de um mundo que, sozinho, nada significa. Não há nenhuma ética pronta, anterior a nós mesmos, para nos guiar. Não há



tábuas de apoio ou pretextos. Por isso, no homem, “a existência precede a essência”.

Sartre tinha plena consciência de como essa filosofia é extremamente angustiante: em vez de aceitarmos valores prontos dados pela Igreja ou por uma tradição qualquer, somos completamente responsáveis por nossos atos, por nossas escolhas, valores e sentidos. Em vez de consumir éticas enlatadas, temos que produzir a nossa própria. Viver é uma escolha: são as escolhas de cada homem que definirão a sua essência. E mais: essas escolhas podem afetar, de forma irreversível, o próprio mundo. A angústia, portanto, vem da própria consciência da liberdade e da responsabilidade em usá-la de forma adequada: “O homem está condenado a ser livre”.

O melhor para sermos felizes, então, não seria assumir um sentido para a vida pronto, como uma religião qualquer ou a busca pelo dinheiro? Não. A filosofia de Sartre defende a liberdade e a autenticidade de cada ser humano como essenciais, não obstante a angústia que tal liberdade pode nos trazer. Sartre chama de má-fé a atitude daqueles que, renunciando à própria liberdade, assumem um papel pronto na sociedade; aqueles que não são sujeito, mas objeto da própria vida.

4. Simone de Beauvoir e o papel da mulher na sociedade atual

“Não se nasce mulher, tornar-se mulher” (in: O segundo sexo)

Simone de Beauvoir (1908-1986) é um ícone do pensamento filosófico feminista, e suas ideias estabelecem um profundo diálogo com o existencialismo sartreano. Jean-Paul Sartre defende a liberdade e a autenticidade de cada ser humano como essenciais, não obstante a angústia que tal liberdade pode nos trazer. São as escolhas de cada homem que definirão a sua essência e poderão afetar o próprio mundo.



Ou seja, em vez de aceitarmos os valores prontos da Igreja ou de uma tradição qualquer, somos completamente responsáveis por nossos atos, por nossas escolhas, valores e sentidos.

Nesse sentido, em sua obra *O Segundo Sexo*, Beauvoir lança a máxima: “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam o feminino”.

De acordo com esse ponto de vista, o sexo é um fator biológico, ou seja, ligado à constituição físico-química do corpo humano. Outra coisa é o gênero. Quando se fala em “gênero feminino”, fala-se em todas as características que a sociedade associa ao “ser mulher”; quando se fala em “gênero masculino”, fala-se em todas as características que a sociedade associa ao “ser homem”. Do ponto de vista, o gênero não é biológico natural, mas um constructo social. Em outras palavras, “ser homem” ou “ser mulher” não é um dado natural, mas performático e social, de maneira que, ao longo da história, cada sociedade criou os padrões de ação e comportamento de determinado gênero.

A orientação sexual, isto é, a quais gêneros nos sentimos atraídos (física, romântica ou emocionalmente), por sua vez, seria ainda um terceiro fator, diferente do gênero ou do sexo. A liberdade de construção do gênero e da orientação sexual, diferentemente do dado biológico do sexo, é como a tradição feminista, e *queer*, na atualidade, dialoga com o existencialismo. Lembre-se: existencialismo é uma filosofia que enxerga o homem como constructo de si mesmo: pelas suas escolhas, é possível construir a própria existência. Evidentemente, para os existencialistas, quando nascemos, já existe uma sociedade pronta, repleta de regras e padrões. Mas, como dizia Sartre, não importa o que os outros fizeram conosco, mas o que fazemos com o que fizeram com os outros. Nesse sentido, a liberdade



de escolha de gênero seria uma maneira de exercermos essa liberdade existencial.

5- Albert Camus e sua filosofia do Absurdo

“O homem não é nada em si mesmo. Não passa de uma probabilidade infinita. Mas ele é o responsável infinito dessa probabilidade” (In: A queda)

Apesar de Albert Camus se considerar um escritor e não um filósofo, o argelino, que viveu entre 1913 e 1960, é conhecido por incluir reflexões filosóficas em seus trabalhos. “Se você quiser filosofar, escreva romances”, dizia. De família pobre, a vida do intelectual, que perdeu o pai na Primeira Guerra Mundial, foi marcada por ausências.

Sem livros, jornais, rádios, energia elétrica ou água corrente, Camus teve uma infância muito diferente daquela vivida pelos filósofos franceses de quem viria a ser amigo. O primeiro registro de seu primeiro diário, escrito aos 22 anos, traz a anotação: “Certo número de anos sem dinheiro basta para criar toda uma sensibilidade”.

E foi essa sensibilidade que guiou Camus em Argel, onde iniciou seus estudos em um liceu, para depois se tornar um reconhecido escritor e jornalista na França, com seus “três absurdos”: o romance *O Estrangeiro*, o ensaio *O Mito de Sísifo*, e a peça *Calígula*.

Apesar de ser familiarizado com a obra do filósofo alemão Martin Heidegger, a principal influência de Camus foi o dinamarquês Søren Kierkegaard, que usou a história bíblica de Abraão e Isaac para expôr seu conceito de “absurdo”.



Na passagem, Abraão aceita sacrificar o próprio filho como prova de amor a Deus sem questionar. Mas, antes que o sacrifício seja consumado, Deus libera o devoto da obrigação e manda os dois irem para casa. O que espanta Kierkegaard não é a obediência cega de Abraão, mas o fato de pai e filho retomarem sua rotina normal depois de um acontecimento tão intenso. No ensaio *Temor e Tremor*, de 1843, Kierkegaard afirma: "Abraão renunciou infinitamente a tudo, e então retomou tudo de volta com a força do absurdo". Ou seja, para viver uma vida cheia de falhas, é preciso dar um "salto impossível".

Camus também acreditava nisso, mas sem a parte religiosa. "Aqui também podemos ver relações com a vida na França da Ocupação [alemã, durante a Segunda Guerra]. Concedeu-se tudo, perdeu-se tudo — no entanto, tudo ainda parece existir. O que sumiu foi o sentido. Como viver sem sentido? A resposta de Camus e Kierkegaard consistia em algo similar ao lema do cartaz britânico para elevar o moral: Keep Calm and Carry On[Mantenha a calma e siga em frente]", escreveu a filósofa Sarah Bakewell, no livro *No Café Existencialista*.

5.1- Sartre, Beauvoir e Camus

Apesar de não se considerar um adepto da filosofia existencialista, Camus tinha vários pontos em comum com seus amigos franceses **Simone de Beauvoir** e Sartre. Mas existem diferenças importantes entre suas obras. "Por mais que gostassem de Camus pessoalmente, nem Sartre nem Beauvoir aceitavam sua concepção de absurdo. Para eles, a vida não é absurda, mesmo vista numa escala cósmica, e não se ganha nada dizendo que é. Para eles, a vida é plena de sentido, embora esse sentido surja de maneira diferente para cada um de nós" (Sarah Bakewell. In: *Café Existencialista*.)

-

CONTEÚDO INTERATIVO





-pODcAST filosófico-

Albert Camus:

<https://razaoinadequada.com/portfolio/60-camus-a-criacao-sem-amanha/>

Sartre: <https://umpoucodesartre.weebly.com/podcast.html>

Exercícios propostos

01-(UFSJ 2012) “Subjetividade” e “intersubjetividade” são conceitos com os quais Sartre pontua o seu existencialismo. Nesse contexto, tais conceitos revelam que

A) o cogito cartesiano desabou sobre o existencialismo na mesma proporção com que a *virtu* socrática precipitou-se sobre o materialismo dialético do século XX.

B) “Penso, logo existo” deve ser o ponto de partida de qualquer filosofia. Tal subjetividade faz com que o Homem não seja visto como objeto, o que lhe confere verdadeira dignidade. A descoberta de si mesmo o leva, necessariamente, à descoberta do outro, implicando uma intersubjetividade.

C) o Homem é dado, é unidade, é união e é intersubjetividade; portanto, a sua existência é agregadora e desapegada da tão apregoadá subjetividade clássica, por isso mesmo tão crucial para Sartre.

D) não há um só lampejo de subjetividade que não tenha se reinaugurado na intersubjetividade, isto é, na idealidade que instrui as prerrogativas para se instalarem as escolhas do sujeito, definindo-o.

02- (UFSJ 2012) A angústia, para Jean Paul Sartre, é:





- A) tudo o que a influência de Schopenhauer determina em Sartre: a certeza da morte. O Homem pode ser livre para fazer suas escolhas, mas não tem como se livrar da decrepitude e do fim.
- B) a nadificação de nossos projetos e a certeza de que a relação Homem X natureza humana é circunstancial, objetiva, e pode ser superada pelo simples ato de se fazer uma escolha.
- C) a certificação de que toda a experiência humana é idealmente sensorial, objetivamente existencial e determinante para a vida e para a morte do Homem em si mesmo e em sua humanidade.
- D) consequência da responsabilidade que o Homem tem sobre aquilo que ele é, sobre a sua liberdade, sobre as escolhas que faz, tanto de si como do outro e da humanidade, por extensão.

03-(**IFSP 2011**) Ao defender as principais teses do Existencialismo, Jean-Paul Sartre afirma que o ser humano está condenado a ser livre, a fazer escolhas e, portanto, a construir seu próprio destino. O pressuposto básico que sustenta essa argumentação de Sartre é o seguinte:

- A) A suposição de que o homem possui uma natureza humana, o que significa que cada homem é um exemplo particular de um conceito universal.
- B) A compreensão de que a vida humana é finita e de que o homem é, sobretudo, um ente que está no mundo para a morte.
- C) A ideia de que a existência precede a essência e, por isso, o ser humano não está predeterminado a nada.
- D) A convicção de que o homem está desamparado e é impotente para mudar o seu destino individual.
- E) A ideia de que toda pessoa tem uma potencial a realizar, desde quando nasce, mas é livre para transformar ou não essa possibilidade em realidade.

04-(**UFSJ 2011**) Para Sartre, “o Homem é livre, o Homem é liberdade”. Com relação a tal princípio, é CORRETO afirmar que o homem é:





- A) “a expressão de que tudo é permitido por meio da liberdade e que provém da existência de Deus”.
- B) “um animal político no sentido aristotélico e por isso necessita viver a liberdade política em comunidade”.
- C) “um ser que depende da liberdade divina e necessita que o futuro esteja inscrito no céu”.
- D) “condenado a ser livre, uma vez que foi lançado no mundo, é responsável por tudo que faz”.

05-(UFU-2011) Jean Paul Sartre (1905 – 1980) encontrou um motivo de reflexão sobre a liberdade na obra de Dostoiévski Os irmãos Karamazov: “se Deus não existe, tudo é permitido”. A partir daí teceu considerações sobre esse tema e algumas consequências que dele podem ser derivadas.

[...] tudo é permitido se Deus não existe e, por conseguinte, o homem está desamparado porque não encontra nele próprio nem fora dele nada a que se agarrar. Para começar, não encontra desculpas. [...] Estamos sós, sem desculpas. É o que posso expressar dizendo que o homem está condenado a ser livre. Condenado, porque não se criou a si mesmo, e como, no entanto, é livre, uma vez que foi lançado no mundo, é responsável por tudo o que faz.

SARTRE, Jean-Paul. *O existencialismo é um humanismo*. São Paulo: Nova Cultural, 1987, p. 9 (coleção “Os Pensadores”).

Com base em seus conhecimentos sobre a filosofia existencialista de Sartre e nas informações acima, assinale a alternativa correta.

- A) Porque entende que somos livres, Sartre defendeu uma filosofia não engajada, isto é, uma filosofia que não deve se importar com os acontecimentos sociais e políticos de seu tempo.
- B) Para Sartre, a angústia decorre da falta de fé em Deus e não do fato de sermos absolutamente livres ou como ele afirma “o homem está condenado a ser livre”.





C) As ações humanas são o reflexo do equilíbrio entre o livre-arbítrio e os planos que Deus estabelece para cada pessoa, consistindo nisto a verdadeira liberdade.

D) Para Sartre, as ações das pessoas dependem somente das escolhas e dos projetos que cada um faz livremente durante a vida e não da suposição da existência e, portanto, das ordens de Deus.

06-(UFU/1999) Segundo Jean Paul Sartre, filósofo existencialista contemporâneo, liberdade é:

I- escolha incondicional que o próprio homem faz de seu ser e de seu mundo.

II- aceitar o que a existência determina como caminho para a vida do homem.

III- sempre uma decisão livre, por mais que se julgue estar sob o poder de forças externas.

IV- estarmos condenados a ela, pois é a liberdade que define a humanidade dos humanos.

Assinale:

A) se apenas I e IV estiverem corretas.

B) se apenas II e III estiverem corretas.

C) se apenas I, II e IV estiverem corretas.

D) se apenas III e IV estiverem corretas.





E) se apenas I, III e IV estiverem corretas.

07- (UFU-2002) Liberdade, para Jean-Paul Sartre (1905-1980), seria assim definida:

A) o estar sob o jugo do todo para agir em conformidade consigo mesmo, instaurando leis e normas necessárias para os indivíduos.

B) circunstâncias que nos determinam e nos impedem de fazer escolhas de outro modo.

C) conformação às situações que encontramos no mundo e que nos determinam.

D) escolha incondicional que o próprio homem faz de seu ser e de seu mundo. “Estamos condenados à liberdade”, segundo o autor.

Capítulo II A importância da filosofia da linguagem no século XX.

1- Introdução

A **Filosofia da linguagem** é o ramo da filosofia preocupado com quatro questões fundamentais, e as questões derivadas delas:

1. A natureza do significado
2. Uso da linguagem
3. Compreensão da linguagem
4. Relação da linguagem com a realidade



Quanto a natureza do significado, trata-se de entender o sentido de "significar", entre as questões abordadas, na busca por melhor compreender a questão, teremos a natureza da sinonímia, as origens do significado e qual o modo pelo qual conhecemos um significado. Ainda, filósofos da linguagem trabalharão para compreender como sentenças significativas derivam seu significado de partes menores, as palavras de uma frase, para apresentar significados mais amplos, bem como se o significado das frases é redutível ao significado das palavras.

Embora seja possível derivar e construir outras explicações, atualmente existem sete explicações principais para o que é um significado:

1. Pragmática, na qual o significado é determinado pelas consequências de sua aplicação;
2. Verificacionista, posição típica do positivismo lógico, postulando que o significado de uma sentença é seu método de verificação;
3. Referencialista, também chamada externalismo semântico, apresenta o significado como equivalente àquelas coisas no mundo que são conectadas ao significado, defendida por autores como Hillary Putnam e Saul Kripke;
4. Construtivista, defendendo que o discurso pode mudar a realidade, geralmente interpretada em sentido social, não literal;
5. Teorias de uso da linguagem, que ajudou a inaugurar a visão comunitária do significado, variando conforme o uso em uma comunidade, associada inicialmente a Ludwig Wittgenstein e posteriormente a John Seale e Robert Brandom;
6. Verdade-condicional, apresenta o significado como as condições nas quais uma expressão pode ser verdadeira ou falsa, iniciada por Gottlob Frege e representada atualmente por autores como Alfred Tarki e Donald Davidson;





7. Ideia, associadas aos filósofos do Empirismo Britânico, como David Hume e John Locke, entende que o significado é meramente um conteúdo mental provocado pelo símbolo.

Quanto ao uso da linguagem, trata-se de entender como os usuários de uma linguagem a aprendem e utilizam em sua comunicação com os outros, bem como o que significa comunicar. Aprendizagem da linguagem, atos de fala e criação da linguagem são tópicos recorrentes nesta área. A compreensão da linguagem toca alguns elementos da **filosofia da mente**, uma vez que trata de como a mente do falante e do ouvinte que interpreta o falante se relacionam com a linguagem.

A questão da relação entre linguagem e realidade, investigações geralmente chamadas de "teorias da referência", envolve as questões relacionando a linguagem, a verdade e o mundo, trata-se de investigar qual tipo de significado pode ser verdadeiro ou falso. Entre outras questões, investiga-se o caso em que sentenças sem significado possam ser verdadeiras ou falsas, ou se sentenças podem expressar verdade sobre coisas inexistentes, como as sentenças se relacionam com personagens fictícios e erros de referências. Para trabalhar estas questões, Frege dividiu o conteúdo das expressões em dois componentes, o sentido e o significado.

Segundo Frege, o sentido de uma expressão é o pensamento que ela expressa, este será responsável por estabelecer a referência, aquilo no mundo ao qual tal expressão se refere a um objeto por exemplo. Os sentidos seriam, portanto, modos de apresentação dos objetos do mundo e o valor de verdade de uma expressão estaria associado a quão bem a sentença apresenta os objetos aos quais pretende se referir. Esta posição foi desenvolvida por Bertrand Russell, que embora tenha oferecido uma teoria diferente, é normalmente referido em conjunto com Frege. Esta posição foi depois criticada por Saul Kripke em sua obra *Naming and Necessity*, através do argumento modal, estabelecendo que mesmo que todas as descrições associadas a uma expressão sejam falsas, a referência se mantém.





Dentre os filósofos da linguagem mais conhecidos, Ludwig Wittgenstein é um dos mais citados, analisados pelos comentadores. Tal importância não é por acaso tendo em vista a construção paradigmática de sua filosofia.

2- Ludwig Wittgenstein: o primeiro e o segundo

As fronteiras da minha linguagem são as fronteiras do meu universo. **Tractatus Logico-Philosophicus**” (1921)

Ludwig Wittgenstein desdobrou-se para lá da filosofia, desconstruindo a matemática, a linguagem e a própria mente, discutindo-as à luz da lógica e das relações existentes entre as partes constituintes em cada conceito. Perante as aflições sentidas nos períodos bélicos do século XX, deixou a academia, meio onde se fundou e desenvolveu grande parte do seu pensamento, avistando o mundo a partir dessa lógica filosófica, e debatendo os problemas filosóficos daquele tempo à luz desta. Os seus tratados e postulados chegaram ao século atual, influenciando os principais pensadores dos nossos dias, mas, em muitos dos recintos, de forma deturpada e pouco consensual. Entre diversos cruzamentos, a certeza de uma vertente lógica, direcionada para o entendimento da realidade.

Ludwig Josef Johann Wittgenstein nasceu a 26 de abril de 1889 em Viena, partindo 52 anos e três dias depois, em Cambridge, no Reino Unido, onde se doutorou. Antes, havia-se licenciado em Berlim, em Engenharia Mecânica. Porém, foi na filosofia que se apaixonou e onde vislumbrou a fusão entre a ciência e as humanidades, e onde deixou obra escrita. Desta, notabiliza-se “Tractatus Logico-Philosophicus” (1921), em que procurou identificar a relação entre a linguagem e a realidade, para além de estimar os limites da ciência. O austríaco viria a finalizar a sua obra durante o seu período como militar, durante e após a Primeira Guerra Mundial, que seria influente para uma série de linguistas e filósofos futuros. Com um estilo sucinto



e pouco lírico, está redigido em forma de declarações hierarquizadas, sustentadas em proposições simples e desconstruídas em vários pontos. Ao todo, são 526 as asserções, para além de outras associadas a uma dezena delas.

2.1-A semântica moderna

A semântica contemporânea desvincula-se daquilo que são as meras condições formais, ligadas à constituição e significado(s) das palavras, mas também às relações inerentes a estes componentes. O estudo das funções delas, assim como o seu enquadramento nas proposições e, consecutivamente, no discurso também passa pela abordagem da semântica, que se imiscui no estudo da linguagem. As estruturas a partir das quais o significado se expressa são representadas pelo uso que as palavras têm, levando a uma visão comunitária daquilo que é essa mesma linguagem.

Ludwig Wittgenstein surge como um dos nomes mais conceituados nesta nova predisposição semântica no sentido em que a mune de uma propensão social, assente em estruturas mentais, nas quais os signos relativos a cada termo são incorporados. O próprio vocabulário surge como uma ferramenta através da qual se capacita a expressão da experiência humana, mas que depende do contexto atribuído pela mente para a sua adequação nesta ou naquela situação. À imagem do britânico **Bertrand Russell**, também linguista, o austríaco surgiu como um filósofo analítico, que, também nos inícios do século XX, procurou criar o idioma ideal para a análise filosófica, isento de ambiguidades que pudessem lesar esse olhar. Assim, o formalismo encabeçado pelo duo levou a entender a linguagem como uma estrutura lógica, de forma atomizada, em que os pequenos átomos se interligam através de operadores lógicos.

Apesar de consideradas como obsoletas a partir dos anos 60 do século XX, após a filosofia anglófona ter ampliado o seu leque de

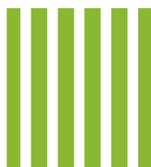


interesses e de temáticas – incluindo Bertrand Russell – o papel de Wittgenstein tornou-se bastante reduzido na preponderância da discussão filosófica. Não obstante, este também trabalhou a religião, preocupando-se por reinterpretar o legado do dinamarquês Soren Kierkegaard, e de o perpetuar. Porém, foi no campo da filosofia da linguagem que se firmaria, e foi nessa área que cimentou com o seu legado, que chega como um marco à filosofia ocidental.

Um dos primeiros conceitos apresentados é o do giro lingüístico, que fundamenta toda a ligação entre a linguagem e a própria filosofia. Este conceito deriva dos problemas filosóficos que derivam da percepção da lógica da linguagem, assim como dos jogos a si subjacentes. Assim, os cânones comuns da linguagem são transpostos, quase como se de um procedimento pós-moderno se tratasse, o que levou a que muitos dos sucessores do pensador estudassem este conceito numa perspectiva metafísica. Este e mais conceitos seriam compreendidos na obra “*Tractatus Logico-Philosophicus*”, em que a atomização da linguagem surge como a teoria a partir da qual se podem perceber as relações entre o objeto, a proposição, o complexo e o estado de compromissos dos seus elementos.

Enquanto Russell, perante estes elementos, diferencia os particulares dos universais, o austríaco mescla-os na forma de objetos, de forma a privilegiar a verdade e a independência das proposições. Assim, seria o estado de compromissos associado a cada proposição que a define, e a verdade não poderia ser colocada em cheque com a partilha ou a exclusão de objetos entre proposições. A complexidade atômica associada à linguagem permitia apresentar um complexo atômico, ou seja, uma proposição em camadas, que incluía todas as demais proposições atômicas, cada uma com o mencionado estado de compromissos. Quanto às próprias crenças, percebia-as como formas de entender a realidade, como traduções simbólicas da mesma, mas não como a própria. Assumia, assim, a linguagem como essa explanação real, embora visse a metafísica como perturbadora desse percurso.





As ligações com Russell fortaleceram-se a partir da Primeira Guerra Mundial, que o apoiou na redação do *Tractatus*, incidente no atomismo lógico do austríaco, embora esta definição não seja retratada diretamente na obra. A principal discrepância residiu, entre ambos, no papel que a filosofia tinha, capacitando-se, essencialmente, de depurar erros linguísticos, perante a inocuidade da ética e da metafísica no campo linguístico, embora considerasse a sua importância na vida humana. Por sua vez, Russell atentava nas fundações epistemológicas do som, que desinteressavam Wittgenstein.

2.2-A teoria da imagem da linguagem

Philosophical Investigations (1953, publicada postumamente) é uma das obras de renome do filósofo, talvez a principal após o “*Tractatus*”, com o qual articula frequentemente. É no cruzamento de ambas que nasce uma comparação entre figuras lógicas com espaciais, correspondendo-as àquilo que é a verdade. Na sua percepção, uma proposição munida de um significado desenhava uma figuração atômica, embora não houvesse algo que se pudesse cruzar com as expressões não-verbais. Assim, as declarações só se vêem portadoras de um significado se passíveis de serem representadas no mundo real.

Aliás, a obra lançada após a sua morte traz uma metaforização dirigida à psicologia humana, contrastada à teoria voltada para a prática. Desta forma, a obra é conduzida a partir da filosofia psicológica, estudando a ação e a mente, mas sem desvincular a linguagem como norteador dos principais problemas filosóficos, mas assumindo um caminho diferente perante o “*Tractatus*”. Wittgenstein alega que essas situações são confrontáveis a partir de afirmações quanto à natureza da linguagem, que pressupõem um conceito diferenciado daquilo que é a essência da própria linguagem. Por ser tão geral, é rejeitado, não atendendo às várias peculiaridades do estudo desta, por cada palavra ter um significado, que se correlaciona com a palavra e que destrinça o objeto dos demais. Esta ideia, derivada



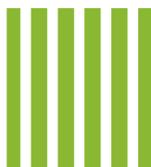


de **Santo Agostinho**, leva-o a desconstruir as limitações de estabelecer conceitos, gerando quebra-cabeças e confusões que perpetuou a tradição analítica da filosofia.

A teoria consolida a visão das ferramentas linguísticas como simplificadas, e que se tornavam obscuras e confusas pelo uso errado por parte dos filósofos, que se embrenhavam em questões despojadas de sentido. O significado formula-se, assim, com o uso, e não com as referências e com as representações mentais feitas dos objetos retratados, exemplificando-se com o que de bom existe, que pode ser independente daquilo que é construído semanticamente com o termo “bom”. A polissemia acaba por fazer com que a deturpação interpretativa de uma palavra se torne maior. Assim, o austríaco é defensor da ausência de definições latas, com o uso das palavras a funcionar como o parametrizar das utilizações incorretas das mesmas.

As definições surgem desta feita, como formas de vida, associadas à cultura e à sociedade subjacentes às mesmas. A cognição é social, com a linguagem a estar dependente de circunstâncias sociais, e associada a normativas de atividades e de técnicas efetuadas num dado contexto. A partilha de aspetos linguísticos surge como algo plausível, mas não consistente e permanente, pelo que as diferenças nos significados se vão percecionado consoante os meios em que são usados, relativizando-se nessa múltipla perspectiva em âmbitos sociais. Por sua vez, as lembranças familiares surgem espontaneamente, permitindo categorizar elementos como representados por um dado termo. A comunicação indireta e as experimentações em forma de pensamentos surgem como premissas que consolidam a capacidade da intuição gerar ligações e associações entre o objeto e a palavra, para lá das questões filosóficas mais profundas.

2.3-Os jogos linguísticos



O núcleo central destes jogos associa-se às utilizações da linguagem, que colocam palavras como elementos usados para, ou referir-se a um objeto, ou a estabelecer-se como um meio através do qual se solicitam ou se perguntam outras coisas. Assim, uma palavra pode ser referida com tom exclamativo, declarativo ou interrogativo, ou ser parte de um raciocínio assertivo ou explanatório, dependendo das circunstâncias relacionadas com o seu empregar. Estes jogos não se remetem às palavras como fulcros dos mesmos, mas também a frases, que adquirem os seus significados nos casos particulares em que são asseveradas, nos contextos em que são proferidas, que podem transcender os sentidos originais.

Quanto a regras, aparecem como uma família de diretrizes pelas quais as ações se procedem, correspondentes, muitas das vezes, a atividades sociais; e essa prossecução das regras associa-se às expectativas que se criam em relação a certos padrões comportamentais. Diferenciadamente, surgem as linguagens privadas, que só são perceptíveis à luz da individualidade, e que provêm do uso do próprio idioma. Em contrapartida, são reconhecidos os empregos da linguagem a partir da semelhança familiar, que permite a percepção de elementos que, pelo fator em comum que os une, no lado do emissor e do recetor, fazem parte de um corpo de famílias linguísticas.

Estando na gênese dos jogos supramencionados, surgem como a resposta quanto às proposições gerais pelas quais a língua se expressa, em essência. Este conceito seria trabalhado com maior profundidade por obras subsequentes, a partir de outros teóricos da especialidade, como o norte-americano Saul Kripke (“*Wittgenstein on Rules and Private Language*”, de 1982). Na gênese, um paradoxo que desconstrói o constante uso de regras na utilização da linguagem, que se expressam como forma de vida, embora se tratem de elementos divergentes que se contradizem numa suposta e transparente veiculação da realidade percebida e falada. Por mais que os argumentos sejam dissonantes, o meio de comunicação não o é, sendo as próprias atividades representadas pelos idiomas a caracterização e fundamentação daquilo que são. Ao assumir uma forma de vida, é



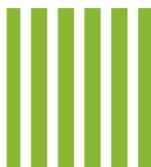


também assumida uma linguagem, que é partilhada entre os vários interlocutores de uma sociedade.

2.4- Wittgenstein, a religião e a ciência

Dispondo de uma formação científica, mas denotando-se na filosofia, o austríaco não se coibiu de algumas considerações religiosas, posicionando-se no fideísmo, ou seja, numa doutrina que assume que a razão não consegue alcançar as vocações divinas e metafísicas anunciadas, somente perspectivadas pela fé. Para o pensador, que visualizava na religião um meio no qual existia uma gramática própria, mas que estava desvinculada dos demais aspetos da vida tangíveis. Interpretava os conceitos como autorreferenciais, assim como o discurso empreendido pelas suas figuras, para além de não poder ser criticado a partir de uma posição externa, puramente ateuista. Esta posição seria abraçada por uma série de estudiosos de Wittgenstein, embora considerasse algumas derivativas em relação ao que era veiculado sobre a posição do filósofo, tal como a própria expressão de críticas, que, no olhar desses estudantes, viam como pouco próprio deste, defendendo que era feitiço dele se debruçar numa discussão filosófica profunda sobre o assunto.

Ainda assim, e como verificável Wittgenstein focou a sua filosofia no âmbito da matemática e da lógica, moldando o estudo da linguagem nas estruturas científicas dessas disciplinas. Porém, a evolução assumida levou-o a deslocar-se da matemática tradicional, e a assumir vertentes mais diferenciadas, para lá do que avaliava como mecanicismo proposicional de Russell. Em “*Remarks on the Foundations of Mathematics*”, datado de 1956, e que consiste na reunião destas abordagens, procurou encaminhar a filosofia deste âmbito para um contexto mais perceptível e acessível.



Para lá do que considerava como especulativo, no palco das probabilidades e da sua relação com a lógica, empenhou-se em trazer as palavras para o seu uso corrente, e em desmistificar problemas filosóficos como ilusões que as linguagens especializadas e herméticas tinham criado no tempo, para além da associada à filosofia. Assim, uma das missões do trabalho de Wittgenstein, para além de tornar mais nítidas as mensagens e as questões filosóficas, visou a criação de uma linguagem analítica, para lá do positivismo científico em que se vinha vocalizando. Essa plataforma ideal aplicada ao debate filosófico fez-se acompanhar, assim, dessa base lógica formal para a percepção das premissas filosóficas, que se fazia compreender a partir do estudo das partes atomizadas da linguagem, num universo interligado por via dos operadores lógicos.

Ludwig Wittgenstein surge como um nome de relevo no estudo da linguagem como unidade de compreensão e de expressão do mundo, tanto de um ponto de vista meramente lógico e matemático, como filosófico e social. Esta abordagem robusta, aglomerada com a do seu norteador Bertrand Russell, tornou-se secundarizada no palco de matrimônio entre a ciência e a filosofia, não obstante Russell se ter notabilizado para lá dos contextos académicos. Mesmo assim, o austríaco é um dos vultos proeminentes dos primórdios do século XX, com uma obra notabilizada pelos futuros estudiosos da academia, que não só o deixaram esmorecer, como o revalorizaram nos auspícios de uma sociedade em constante mutabilidade; e, como tal, a precisar da linguagem para traduzir a sua imagem.

Sites de pesquisa: <https://www.infoescola.com/filosofia/filosofia-da-linguagem/>

<https://www.comunidadeculturaearte.com/a-filosofia-da-linguagem-de-ludwig-wittgenstein/>





Exercícios propostos

01-(Ueg) O filósofo judeu Ludwig Wittgenstein (1889-1951) afirmava que “tudo que podia ser pensado podia ser dito”. Para ele, “nada pode ser dito sobre algo, como Deus, que não podia ser pensado direito” e “sobre o que não se pode falar, deve-se ficar calado”. Com base nessas teses fundamentais do pensamento de Wittgenstein, pode-se interpretar sua filosofia como:

- A) a busca pela clareza na filosofia, evitando-se temas metafísicos.
- B) o fundamento da censura no mundo moderno, uma vez que inibe o livre pensamento.
- C) uma tentativa de combater o nazismo e suas ideias absurdas, indizíveis.
- D) uma tentativa de transformar o debate filosófico num debate retórico.

02- (Ufpa) Considerando que a linguagem verbal é um dos principais elementos constitutivos do mundo cultural porque nos permite transcender a experiência vivida, é correto afirmar:

- A) O signo verbal tem a capacidade de apresentar para a consciência o respectivo objeto que se encontra ausente.
- B) O nome não tem relação alguma com seu referente.
- C) A relação entre significante e significado do signo verbal é aleatória e transcendental.
- D) A cultura é um processo transcendental da constituição do imaginário popular.
- E) O signo verbal é extraído da realidade por meio de um processo de abstração.

03-(Ufsm) As questões de Filosofia no vestibular da UFSM procuram explorar os aspectos reflexivos que estão presentes na experiência cotidiana e, em especial, nas diversas disciplinas escolares. Agora,



após a conclusão das questões de Matemática, uma das disciplinas da prova, convidamos a uma reflexão sobre o tipo de conhecimento humano representado por ela. A alternativa que melhor caracteriza a natureza do conhecimento matemático é aquela que afirma ser a Matemática uma ciência

- A) empírica e formal.
- B) exata e empírica.
- C) simbólica e formal.
- D) semântica e quantitativa.
- E) qualitativa e exata.

04- (IFPI-2011) Sobre Wittgenstein e sua Filosofia é correto afirmar:

- A) Defende que a tarefa da crítica consiste em examinar os limites da razão teórica e estabelecer os critérios do conhecimento legítimo.
- B) É o responsável pela superação do aristotelismo e pelo advento do conceito moderno de ciência.
- C) É considerado o iniciador da corrente filosófica conhecida como Filosofia Analítica, que tem como interesse a investigação acerca das formas e dos modos de funcionamento da linguagem.
- D) A sua obra *Tractatus Logicus Philosophicus* versa sobre a relação entre forma lógica da linguagem e a sua relação com o divino.
- E) Estabeleceu a dúvida hiperbólica acerca da veracidade das coisas que nos são apresentadas como verdadeiras.

05-(UFFS-2010) No *Tractatus Logico-Philosophicus*, Wittgenstein trata, dentre outros assuntos, da relação entre o mundo e a linguagem. Assinale a alternativa que reflete essa relação.

- A) Posso afirmar o que o mundo é.
- B) O mundo é a totalidade das coisas, não dos fatos.
- C) Dizer algo do mundo é mostrar algo no mundo.





D) Posso descrever o mundo dentro dos limites da minha linguagem, e esta por sua vez é limitada pelo mundo.

E) Na linguagem, a significação de uma expressão qualquer sobre o mundo deve repousar na verdade.

06-(CESPE-UnB-2009) Ludwig Wittgenstein influenciou decisivamente a Filosofia da Linguagem contemporânea, também identificada como Filosofia Analítica. Da obra *Tratado lógico-filosófico*, uma das afirmações mais célebres é: “Sobre aquilo de que não se pode falar, devemos calar”. Sobre tal argumento, está **INCORRETO** concluir que

A) a análise da linguagem é a mais eficiente para resolver os problemas filosóficos.

B) a tarefa da Filosofia consiste mais em construir teorias metafísicas do que em elaborar métodos de análise.

C) o problema da Filosofia tem sido o desconhecimento das regras ocultas nos jogos de linguagem.

D) as proposições da metafísica, da estética, da religião e da ética representam absurdos lógicos.

E) os problemas filosóficos não são necessariamente falsos, mas, em grande parte, são desprovidos de significado lógico e lingüístico.

07- Um texto que não caminha em uma única direção coincide na verdade com a natureza da própria investigação. Esta, com efeito, obriga-nos a explorar um vasto domínio do pensamento em todas as direções. As anotações filosóficas deste livro são, por assim dizer, uma porção de esboços de paisagens que nasceram nas minhas longas e confusas viagens.

L. Wittgenstein. *Investigações filosóficas*. Prefácio. São Paulo: Abril, 1978, p. 6.(com adaptações).

A partir de conhecimentos relativos à filosofia e do texto acima, assinale a opção correta.



- A) Wittgenstein, em suas Investigações Filosóficas, elaborou uma nova imagem da linguagem, em continuidade à imagem agostiniana da mesma.
- B) Contra a tentação da elaboração de uma nova teoria da linguagem, Wittgenstein opôs à teoria da linguagem agostiniana alguns esboços filosóficos sobre o tema.
- C) A filosofia, como a pintura impressionista, limita-se a poucas anotações de viagem.
- D) A filosofia da linguagem de Wittgenstein é ainda fortemente atrelada à filosofia da linguagem de matriz platônica.
- E) Wittgenstein é o filósofo da linguagem menos preciso de toda a história da filosofia.

Capítulo III - Escola de Frankfurt: O papel da crítica para a filosofia contemporânea do século XX

Na teoria política contemporânea é preciso considerar o surgimento da teoria crítica da Escola de Frankfurt, que preocupou-se sobretudo com o contexto social e cultural do surgimento de teorias e valores do mundo da sociedade industrial avançada.

Entre alguns dos principais pensadores desta escola podemos mencionar Theodor Adorno, Max Horkheimer, Herbert Marcuse, Eric Fromm, Walter Benjamin, (que representam a *primeira geração* da Escola de Frankfurt); Jürgen Habermas e Karl Otto Apel (representando a *segunda geração*). Suas teorias críticas foram influenciadas principalmente por pensadores como Kant, Hegel, Karl Marx, Max Weber e Freud.

A história da Escola de Frankfurt, que teve origem a partir de 1924 (ressalte-se que, “em 1923, uma autorização ministerial dava início à construção do edifício que abrigaria um instituto de ciências





sociais vinculado à Universidade de Frankfurt, o Instituto de Pesquisas Sociais”, como afirma MOGENDORFF, 2012, p. 152), com a criação do Instituto de Pesquisa Social, abarca um período tão amplo que se confunde, de certa forma, com a própria história do século XX. “A Escola de Frankfurt surgiu com o claro propósito de tentar instaurar uma teoria social capaz de interpretar as grandes mudanças que estavam ocorrendo no início do século” (TANAKA, 2001, p. 81). Alguns dos principais acontecimentos do século foram pensados e vivenciados, tematizados e debatidos no âmbito da Escola e seus integrantes “se articularam para tentar compreender um mundo que mal superara uma guerra de proporções mundiais e já estava sofrendo as consequências de outra, se deparava com a multiplicação dos meios de comunicação e o fim da autonomia entre cultura e economia” (RÜDIGER, 1999 apud MOGENDORFF, 2012, p. 153) além de vários outros estudos relacionados à sociedade de massas, a sociedade industrial e problemas decorrentes do processo de desenvolvimento do Capitalismo.

Os vários problemas vivenciados ao longo do século XX, incluindo aí avanço dos governos totalitários na Europa – nazismo (1933-1945) e stalinismo (1924-1953), por exemplo – levou os frankfurtianos a se voltarem para uma reflexão sobre a sociedade moderna. “Em vez de progredir para degraus cada vez mais elevados de liberdade e igualdade, o mundo estava mergulhado no obscurantismo, na violência, enfim, na barbárie tão presente na obra de Adorno” (TANAKA, 2001, p. 71). A ideia de um progresso civilizatório sucumbia diante dos acontecimentos que marcaram o século XX e várias atrocidades eram cometidas em nome desta mesma civilização. Aliado a isso, a forte influência do Capitalismo não apenas nas relações de trabalho e sociais, mas como o capital transforma a própria cultura em mercadoria passível de ser objeto de troca, que levou Adorno e Horkheimer a cunhar o termo “indústria cultural”. Enfim, a diversidade de temas e debates nos quais estiveram envolvidos os teóricos da *Escola* são inumeráveis, mas a expressão “Escola de Frankfurt” surgiu apenas na década de 50 como veremos a seguir:





Segundo Barbara Freitag (1990, p.32), alguns dos temas mais estudados pelos membros da Escola de Frankfurt entre 1920 e 1985 foram os seguintes:

- A dialética da razão iluminista e a crítica à ciência;
- A dupla face da cultura e a discussão da indústria cultural ;
- A questão do Estado e suas formas de legitimação na moderna sociedade de consumo.
- Uma Teoria Crítica permeada pelo desencanto com a realidade, o que faz com que ela seja uma “escola do desencantamento”.

A grande variedade de temas e a origem de diferentes áreas faz com que o pensamento dos integrantes da Escola seja caracterizado por uma grande heterogeneidade ao invés de uma homogeneidade. Eles diferiam tanto no plano epistemológico quanto nas estratégias e saídas políticas. Essa falta de homogeneidade faz com que alguns estudiosos questionem a ideia de “Escola” (TERRA; REPA, 2011), já que o termo Escola dá a ideia de uma doutrina homogênea, fazendo perder de vista o âmbito interdisciplinar e diversificado da Teoria Crítica. Outros estudiosos como Rolf Wiggerhaus (2002) acreditam que a denominação de Escola se justifica devido a alguns aspectos semelhantes entre seus membros, tais como: a existência de um quadro institucional representado pelo Instituto de Pesquisa Social; a existência de uma revista periódica onde eram publicados os textos de seus integrantes e colaboradores; e um claro programa interdisciplinar de bases marxistas.





A Primeira Geração da Escola de Frankfurt



Max Horkheimer, Felix Weil e Friedrich Pollock foram os fundadores, junto à Universidade de Frankfurt. Quando assumiu a direção do Instituto, Horkheimer propôs um programa de trabalho que enfatizasse sobretudo a interdisciplinaridade (o que explica a variedade de temas debatidos pelos teóricos do Instituto) e por isso reuniu em torno de si, no Instituto de Pesquisas Sociais, especialistas das mais diversas áreas, como a psicanálise, representado na primeira geração por Erich Fromm; em filosofia, além de Horkheimer, Herbert Marcuse; havia também especialistas em artes: os dois principais foram Leo Lowenthal, que escreveu sobre cultura popular, cultura erudita e sobre a relação entre elas e Theodor Adorno, que apesar de filósofo, era nos anos 30 mais conhecido como crítico de música e, inclusive, tentou carreira artística após o seu doutoramento, em 1924; havia também especialistas em Ciência Política e direito, teóricos como Franz Neumann e Otto Kirchheimer; e em Economia, teóricos como Henryk Grossmann e Friedrich Pollock, sendo a maior parte da concepção econômica da Escola de Frankfurt desenvolvida por este último. No campo intelectual, a sua maior contribuição foi ao estudo do Capitalismo de Estado, decorrente em parte de seus trabalhos sobre a Economia da URSS (NOBRE 2004).

É o que podemos chamar de *materialismo interdisciplinar* (NOBRE, 2004) da Escola de Frankfurt: pesquisadores trabalhando em diferentes áreas do conhecimento (economistas, filósofos, cientistas políticas, psicólogos etc), tendo como horizonte comum a teoria marxista.

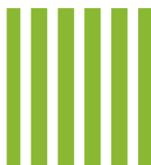


Em seu texto “Teoria tradicional e teoria crítica”, provavelmente um dos mais importantes de todo o período da década de 1930, Horkheimer apresenta uma alternativa para se pensar criticamente a relação entre teoria e prática (Horkheimer, 1975). Essa alternativa ficou conhecida como o *materialismo interdisciplinar*, um trabalho exercido em conjunto por diferentes perspectivas teóricas – filosofia, sociologia, psicanálise, economia, direito etc. – que se voltavam para as investigações sobre a sociedade, adotando aquela atitude da teoria com interesses práticos [...] (MELO, 2011, p. 253).

O objetivo de seus fundadores e de toda a primeira geração era apresentar um modelo de marxismo que pudesse ser uma alternativa ao conflito que dividia o próprio pensamento marxista e por isso podemos dizer que o Instituto nasceu dentro da tradição marxista e tinha o firme propósito de continuar esse legado. O primeiro objetivo do Instituto e da Teoria Crítica foi, portanto, reunir pesquisadores de diferentes especialidades de forma interdisciplinar, tendo como referência comum o marxismo (NOBRE 2004). Vale lembrar que com a tomada do poder na Rússia com Lenin e Trotski à frente, foi fundada a União Soviética e esses acontecimentos demandavam uma explicação: a Guerra e a Revolução só podiam ser explicadas pelo marxismo. Para compreender o mundo, Horkheimer julgava que se deveria partir do marxismo, mas, eis aí a novidade, refundindo-o com a incorporação de outros saberes.

A questão do Capitalismo veio à tona com bastante ênfase, justificando a necessidade, para além dos aspectos econômicos, de compreender os demais fatores atuantes na permanência de um regime que beneficia apenas uma minoria. E o marxismo é certamente a crítica mais contundente da sociedade capitalista. Apesar de sua filiação marxista, é preciso considerar que muitos desses teóricos perceberam que a tradicional teoria marxista não poderia explicar adequadamente o turbulento e inesperado desenvolvimento de sociedades capitalistas no século XX, colocando, por exemplo, em questão, a capacidade das classes trabalhadoras em levar a cabo transformações sociais importantes. Esta desconfiança os afasta progressivamente do marxismo operário.





A expressão “Escola de Frankfurt”, como já dissemos, é tardia. Surge apenas no pós-guerra, depois que o Instituto havia deslocado sua sede para outros países durante o regime nazista. Depois de 1933, com a subida de Hitler ao poder – a ascensão do fascismo e do nazismo que mudou o panorama social europeu –, eles se espalharam pela Europa: alguns foram para a França, outros para Genebra, outros para a Inglaterra e em 1937, o Instituto se transferiu para Nova York – agora conhecido como *International Institute of Social Research*. Só após 1945, no pós-guerra, o Instituto retorna a Frankfurt e posteriormente adquire a expressão “Escola de Frankfurt”, mas totalmente remodelado. A partir dos anos 50, o único ponto em comum nas obras dos frankfurtianos passa a ser a referência constante à “teoria crítica”. Nesta fase, cada um dos autores releem e reinterpretam a teoria crítica à sua maneira: Adorno, repensa a teoria crítica como dialética negativa; Habermas, por sua vez, elabora sua “teoria do consenso”. Mesmo depois do seu retorno à Frankfurt, Horkheimer permaneceu na direção do Instituto e ainda tornou-se reitor da Universidade. “A seu lado, como íntimo colaborador, estava Theodor W. Adorno, que o sucedeu na direção do Instituto em 1958” (NOBRE *apud* HONNETH, 2003, p. 08 - Marcos Nobre, professor do departamento de Filosofia da Unicamp é o autor da apresentação da obra de Honneth; ver também Nobre 2004). Antes de ser diretor do Instituto, Adorno havia se refugiado na Inglaterra em 1933 onde lecionou na Universidade de Oxford, onde permaneceu até 1938 quando se transferiu para os Estados Unidos e escreveria quase 10 anos depois em parceria com Horkheimer, a *Dialética do Esclarecimento* (ADORNO, 1997).

Por um lado, a expressão “Escola de Frankfurt” designa de maneira mais ampla “uma forma de intervenção político-intelectual (mas não partidária) no debate político alemão do pós-guerra, tanto no âmbito acadêmico como no da esfera pública entendida mais amplamente” (NOBRE *apud* HONNETH, 2003, p. 08) e, por outro lado, “Teoria Crítica” designa de forma mais restrita “o campo teórico do marxismo” tal como postulado por Max Horkheimer em seu artigo de 1937, “Teoria Tradicional e Teoria Crítica”. “Como afirma Wiggershaus (2002, p. 97), ‘desde o ensaio de Horkheimer





‘*Traditionelle und kritische Theorie*’(1937), a expressão ‘teoria crítica’ tornou-se a designação preferida dos teóricos [...]. Era também uma espécie de camuflagem para a teoria marxista” (apud MOGENDORFF, 2012, p. 154). De acordo com o artigo de Horkheimer.

Ao fazer a análise da Teoria Tradicional e formulando um novo modelo de Teoria Crítica orientada para a emancipação social, Horkheimer considera a primeira a teoria positivista e cientificista. Baseando-se em Max Weber, Horkheimer argumentou que as ciências sociais são diferentes das ciências naturais e, portanto, é necessário levar em consideração alguns aspectos para um melhor entendimento da realidade social, como por exemplo, o fato de que o pesquisador faz parte de um contexto histórico cujas ideologias moldam o pensamento, fazendo com que uma teoria esteja muito mais em conformidade com as ideias na mente do pesquisador do que na própria realidade. Por isso, para Horkheimer, diferentemente do positivismo, as abordagens para o entendimento nas ciências sociais não podem simplesmente imitar aquelas das ciências naturais e a resposta apropriada para este dilema se daria a partir do desenvolvimento de uma “Teoria Crítica”.

As ideias do *Instituto* e, conseqüentemente, da *Escola*, encontram-se, em grande parte, nas páginas da *Revista de Pesquisa Social*. “Em 1932, Horkheimer substitui a revista de Grünberg [...] pela ‘*Zeitschrift für Sozialforschung*’, a qual passa a dar abertura para a discussão de temas da atualidade e a ampliar sua gama de colaboradores” (MOGENDORFF, 2012, p. 153). O texto de Horkheimer “Teoria Tradicional e Teoria Crítica” foi publicado na *Revista* e o próprio Horkheimer foi editor da mesma entre 1932 e 1942 (NOBRE, 2004). Vários autores colaboraram com as publicações da *Revista*, alguns mais conhecidos como Herbert Marcuse e Erich Fromm e outros menos conhecidos, que realizaram importantes estudos de Economia Política como Wittfogel, F. Pollock, Gronmann, ou “Siegfried Kracauer, autor de um clássico estudo sobre o cinema alemão (De *Caligari a Hitler*), ou Leo Lowenthal, que se dedicou a reflexões estéticas e de sociologia da arte” (ADORNO, 1997, p. 06). Além da revista destacam-se algumas obras dos frankfurtianos, dentre elas:





Fragmentos da obra de Walter Benjamin (1892-1940), escritos no exílio em Paris nos anos 30; a obra de Theodor Adorno (1903-69), em especial a *Dialética do Esclarecimento*, escrita em parceria com Horkheimer, publicada em 1947 e, por fim, os trabalhos de Herbert Marcuse (1898-1979) como *Eros e Civilização* (1955) e *O Homem unidimensional* (1964) (TANAKA, 2001, p. 70).

Sobre a *Dialética do Esclarecimento*, Horkheimer e Adorno pretenderam lograr a realização de um diagnóstico possível da sociedade contemporânea embora não se trate de um tratado filosófico como sugere o subtítulo da obra *Fragmentos Filosóficos*, mas de reflexões em torno de algumas ideias estruturantes da sociedade industrial. Uma investigação que foi desenvolvida explorando a relação dialética entre Mito e Razão, Natureza e Cultura, Civilização e Barbárie, que estrutura a dialética entre esclarecimento e obscurantismo. Vale ressaltar que a *Dialética do Esclarecimento* inicia com a questão do porque a humanidade “em vez de entrar em um estado verdadeiramente humano, está afundando em uma nova espécie de barbárie” (HORKHEIMER; ADORNO, 1995, p. 11).

Estas são algumas das obras mais importantes da chamada primeira geração da Escola. A partir da década de 1960, com a morte de Adorno, inicia o que alguns chamam de segunda geração da Escola de Frankfurt, tendo como principal articulador o antes assistente de Adorno e, depois, seu crítico mais ferrenho: Jürgen Habermas com a sua teoria do agir comunicativo.

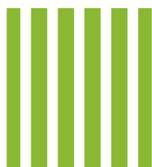
A segunda e terceira geração da Escola de Frankfurt

Quando o Instituto de Pesquisa Social retorna para Frankfurt no pós-guerra, começa a se formar uma nova geração de pensadores sociais dos quais Jürgen Habermas e Karl Otto Apel se tornam seus mais eminentes representantes. Habermas ingressou na Escola apenas em 1962 com a publicação de sua Tese de Doutorado: *Mudança Estrutural da Esfera Pública*. Dez anos depois, Karl Otto Apel também ingressa em Frankfurt, como catedrático em filosofia onde,



um ano depois publicou o artigo “*O a priori da Comunidade de Comunicação*” lançando as bases de um novo paradigma pragmático para filosofia, considerando o fato da comunicação estar na base de todo discurso científico resultando disto que, para uma norma ser considerada válida, seria necessário, além da livre aceitação de um acordo, os esclarecimentos que devem atender às exigências de justificação dos ouvintes que participam da conversação e teve o apoio de Habermas nessa virada epistemológica e filosófica para um novo conceito de racionalidade que tem a partir de então a comunicação como sua forma de sustentação. Habermas procura fundamentar a sua teoria crítica em uma filosofia da linguagem, tendo como base uma pragmática universal e servindo de base para a ação comunicativa (BERNSTEIN apud SILVA, 2008).

Em 1937 a Teoria Crítica surgiu tendo como horizonte a ideia de transformação e emancipação. Com a publicação da obra *Dialética do Esclarecimento* (1947) este diagnóstico se tornou bastante sombrio, com uma mudança estrutural do Capitalismo adquirindo um modelo de “capitalismo de Estado” ou “capitalismo administrado” (para usar a expressão presente na *Dialética do Esclarecimento*). Os prognósticos de Marx não se realizaram. Não houve uma pauperização do proletariado nos moldes como Marx previra e, além disso, o capitalismo contornou as crises existentes em sua dinâmica com a atividade intervencionista do Estado, o chamado capitalismo de Estado, que garantiu a estabilidade do sistema. Para Marcos Nobre (2004), o diagnóstico que Horkheimer e Adorno desenvolveram nessa época foi o de um bloqueio estrutural da prática transformadora o que significou, sob muitos aspectos, abandonar alguns elementos decisivos da Teoria Crítica inicial de 1937. “É diante desse quadro que o pensamento de Habermas, discípulo de Adorno, vai se propor a redefinir os papéis (sic) da teoria crítica” (PINTO, 2008, p. 75), indo na contramão da *Dialética do Esclarecimento*, quer dizer, criticando o diagnóstico desta obra e retomando, sob muitos aspectos, o modelo crítico anterior, mas renovando seu pensamento (NOBRE, 2004). Habermas não aceita o pessimismo presente na *Dialética do Esclarecimento* e entende que uma teoria crítica da sociedade não



pode mais ser formulada exclusivamente em termos de uma crítica da economia política.

Habermas toma como ponto de partida a constatação de que o Capitalismo passou a ser regulado pelo Estado o que neutralizou a previsão marxista de um colapso interno do capitalismo, seja em razão da queda tendencial da taxa de lucro, seja em razão da organização do proletariado contra a dominação do capital (NOBRE, 2004). E mesmo esta constatação estando presente no diagnóstico formulado por Horkheimer e Adorno, isso não significa dizer que as oportunidades de uma emancipação possível tenham sido estruturalmente bloqueadas, mas sim que é necessário repensar a ideia de emancipação da sociedade como pretende a Teoria Crítica. A proposta de Habermas é repensar a possibilidade e emancipação presente nos mecanismos de participação do Estado democrático de direito, que se tornou seu principal objeto de investigação a partir da década de 1990, formulando um novo conceito de racionalidade, diferente daquela já apontada na *Dialética do Esclarecimento*, que é a racionalidade instrumental.

Enquanto a *Dialética do Esclarecimento* analisa o projeto originariamente emancipatório da razão iluminista e chega a conclusão que o resultado foi a instrumentalização da razão e sua submissão à técnica, ou seja, o processo de dominação da natureza hostil, em que se dá a sobreposição da dominação sobre a emancipação, reveladas, por exemplo, através dos regimes totalitários, no antissemitismo, na manipulação da cultura e da informação pelo poder da indústria cultural, Habermas propõe uma racionalidade de tipo comunicativo, orientada para o entendimento e para a emancipação social

Assim, com base nos aportes teóricos de Vital da Silva podemos falar de, pelo menos, três fases em torno da qual se desenvolveu a Teoria Crítica: a primeira fase, período de antes e durante a Segunda Guerra Mundial, quando Horkheimer exerce a principal influência sobre o andamento dos trabalhos e de crença em uma “possível emancipação através de uma revolução proletária”; uma segunda fase de descrença nessa possibilidade, quando Adorno assume a direção intelectual do Instituto e introduz o tema da cultura e desenvolvimento em sua teoria estética, uma versão especial da teoria



crítica; haveria uma terceira fase, “marcada pela crítica do ‘mundo administrado’, em que sobressaem a crítica cultural e da educação e a busca de saídas, consideradas por seus críticos como aporias”. E poderíamos falar ainda de, pelo menos, mais uma outra fase, a partir da segunda geração da Escola de Frankfurt, tendo Habermas como seu principal expoente onde, pela discussão da crítica, o filósofo alemão buscará com sua teoria da ação comunicativa uma saída para os impasses criados por Horkheimer e Adorno, por meio da proposta de um novo paradigma: o da *razão comunicativa*.

A partir de 1996 tem início o que alguns estudiosos chamam de terceira geração da Escola de Frankfurt. Em maio de 2001 Axel Honneth assumiu a direção do Instituto de Pesquisa Social, depois de ter sido assistente de Habermas no Instituto de Filosofia da Universidade de Frankfurt entre 1984 e 1990 e sucedido Habermas em seu posto em 1996. Apesar disso, para Marcos Nobre, Honneth não pode ser considerado como um integrante da “Escola de Frankfurt”, pois, “tal como Habermas, também Honneth apresentou primeiramente sua própria posição teórica em contraste e confronto com seus antecessores” (*apud* HONNETH, 2003, p. 10) e, a despeito de não ser um integrante da “Escola”, “parece-me correto, entretanto, incluí-lo na tradição da Teoria Crítica” (*id.*, *ibidem*, p. 10). Honneth critica o posicionamento de Habermas na busca de um consenso e entendimento como método de procedimento de se fazer política, sem considerar que o conflito e a luta por reconhecimento constituem a base das interações e ações sociais. A figura mais proeminente dentre os teóricos da terceira geração de Frankfurt é Axel Honneth. Os seus estudos concentram-se nas áreas: filosofia social, política e moral, tratando, principalmente, da explicação teórica e crítico normativa das relações de poder, respeito e reconhecimento na sociedade atual. (SALVADORI, 2011, p. 189).

A ideia de reconhecimento se desdobra em múltiplas e várias questões, como o conceito de intersubjetividade, onde formas diferentes de sociabilidade surgem no decorrer de conflitos em torno do reconhecimento de uma identidade étnico-racial, por exemplo, onde os indivíduos buscam afirmar sua subjetividade autônoma, ao mesmo tempo em que desejam reconhecer seu pertencimento a um





determinado grupo social. Um reconhecimento que “permite uma reconciliação, sempre passível de revisão, quando for o caso, entre diferenças e identidade” (WERLE, 2004, p. 52).

De modo geral Honneth, fundamentando sua visão no conceito de reconhecimento do jovem Hegel, destaca que os conflitos não são apenas produzidos pela lógica da autoconservação dos indivíduos, como em Thomas Hobbes, mas acredita que esta inserção se dá por meio de uma luta por reconhecimento intersubjetivo cujas formas são: o amor (âmbito privado), o direito (relações jurídicas) e a solidariedade (relações sociais). A autorrealização do indivíduo deve se dar nessas três esferas e as tensões sociais e os conflitos morais se dão nessa esfera intersubjetiva de reconhecimento.

CONTEÚDO INTERATIVO

-pODcAST filosófico-

Sobre a sociedade administrada:

<https://razoainadequada.com/portfolio/59--chavi-sociedade-autoritaria/>

Sobre a Escola de Frankfurt:

<http://anticast.com.br/tag/escola-de-frankfurt/>

<https://soundcloud.com/anticastdesign/anticast-65-escola-frankfurt>





Exercícios Propostos

01-(Unesp 2013) Uma obra de arte pode denominar-se revolucionária se, em virtude da transformação estética, representar, no destino exemplar dos indivíduos, a predominante ausência de liberdade, rompendo assim com a realidade social mistificada e petrificada e abrindo os horizontes da libertação. Esta tese implica que a literatura não é revolucionária por ser escrita para a classe trabalhadora ou para a “revolução”. O potencial político da arte baseia-se apenas na sua própria dimensão estética. A sua relação com a práxis (ação política) é inexoravelmente indireta e frustrante. Quanto mais imediatamente política for a obra de arte, mais reduzidos são seus objetivos de transcendência e mudança. Nesse sentido, pode haver mais potencial subversivo na poesia de Baudelaire e Rimbaud que nas peças didáticas de Brecht.

Herbert Marcuse. *A dimensão estética*, s/d.

Segundo o filósofo, a dimensão estética da obra de arte caracteriza-se por:

- A) apresentar conteúdos ideológicos de caráter conservador da ordem burguesa.
- B) comprometer-se com as necessidades de entretenimento dos consumidores culturais
- C) estabelecer uma relação de independência frente a conjuntura política imediata.
- D) subordinar-se aos imperativos políticos e materiais de transformação da sociedade.
- E) contemplar as aspirações políticas das populações economicamente excluídas.



02-(Uel 2012) Elaborada nos anos de 1980, em um contexto de preocupações com o meio ambiente e o risco nuclear, a *Ética do Discurso* buscou reorientar as teorias deontológicas que a antecederam. Um exemplo está contido no texto a seguir. De maior gravidade são as consequências que um conceito restrito de moral comporta para as questões da ética do meio ambiente. O modelo antropocêntrico parece trazer uma espécie de cegueira às teorias do tipo kantiano, no que diz respeito às questões da responsabilidade moral do homem pelo seu meio ambiente.

HABERMAS, Jürgen. *Comentários à Ética do Discurso*. Trad. de Gilda Lopes Encarnação. Lisboa: Instituto Piaget, 1999, p.212.

Com base no texto e nos conhecimentos sobre a *Ética do Discurso*, é correto afirmar que a ética

- A) abrange as ações isoladas das pessoas visando adequar-se às mudanças climáticas e às catástrofes naturais.
- B) corresponde à maneira como o homem deseja construir e realizar plenamente a sua existência no planeta.
- C) compreende a atitude conservacionista que o sistema econômico adota em relação ao ambiente.
- D) implica a instrumentalização dos recursos tecnológicos em benefício da redução da poluição.
- E) refere-se à atitude de retorno do homem à vida natural, observando as leis da natureza e sua regularidade.

03- (Ufma 2005) “A rua era das mais animadas da cidade; por todo o dia estivera cheia de gente. Mas agora, ao anoitecer, a multidão crescia de um minuto para outro; e quando se acenderam os lampiões de gás, duas densas, compactas correntes de transeuntes cruzavam diante do café. Jamais me sentira num estado de ânimo como o daquela tarde; e saboreei a nova emoção que de mim se apossara ante o oceano daquelas cabeças em movimento. Pouco a pouco perdi de vista o que





aconteciam no ambiente em que me encontrava e abandonei-me completamente à contemplação da cena externa.”

Walter Benjamin – *Sobre alguns temas em Baudelaire*

O texto nos leva a uma compreensão de estética como:

- A) uma concepção de que o belo não está em uma forma definida, mas na plasticidade do cotidiano.
- B) um estudo do caos humano representado pela multidão e suas relações econômicas.
- C) estabelecimento de um padrão de beleza para a obra de arte.
- D) técnica de reprodução da obra de arte em massa.
- E) imitação do mundo sensível.

04- (IFPI-2011) Uma marca da desconfiança da filosofia para com o otimismo cientificista foi o aparecimento da noção de razão instrumental, formulada pelos teóricos da Escola de Frankfurt. Sobre razão instrumental é possível afirmar:

- A) Refere-se aos instrumentos usados pela razão para encontrar as explicações mágicas do mundo.
- B) Trata-se do exercício da racionalidade científica, que tem por empresa o domínio da natureza para fins lucrativos e coloca a técnica e a ciência em função do capital.
- C) Corresponde à maneira através da qual os filósofos Adorno, Horkheimer e Marcuse descreveram a racionalidade ocidental como instrumentalização da emoção.
- D) Defende as ideias de progresso técnico e neutralidade científica como elementos que resguardam a positividade da ciência.
- E) Os filósofos da Escola de Frankfurt afirmam que a razão instrumental reflete sobre as contradições e os conflitos políticos e



sociais, fato que fez com que eles ficassem conhecidos como os filósofos da Teoria Crítica.

05-(UNICENTRO 2010) Qual dos argumentos abaixo **NÃO** caracteriza a crítica feita pela Escola de Frankfurt à razão ocidental?

A) A Escola de Frankfurt confronta-se com a questão da autodestruição da razão, examinando o acasalar de razão e barbárie na história, comprometendo-se, assim, a pensar como é que a razão humana pôde entrar em um conflito tão radical consigo própria.

B) Para os filósofos da Escola de Frankfurt, principalmente para Adorno e Horkheimer, há uma implicação paradoxal da razão ocidental e do mito: o próprio mito já é razão e a razão volta a ser mitologia da modernidade burguesa, isto é, se o mito se baseia na imitação dos fenômenos naturais, a ciência moderna substitui a mimese pelo princípio de identidade.

C) Segundo os filósofos da Escola de Frankfurt, a racionalidade moderna deve contrapor ao irracionalismo inerente a sua própria constituição, uma visão instrumental da razão, na tentativa de adequar meios e fins. Para esses filósofos, a razão deve observar e normatizar, calcular, classificar e dominar a natureza, controlando as incoerências, injustiças e os acasos da vida.

D)A racionalidade ocidental configura-se, na crítica feita pela Escola de Frankfurt, como razão de dominação e controle da natureza exterior e interior. Ao separar sujeito e objeto, corpo e alma, natureza e cultura, destitui o indivíduo de seu aspecto empírico e singular, transformando-o em um autômato.

E) Para a Escola de Frankfurt, a racionalidade moderna adota a mesma atitude com relação aos objetos que o ditador em relação aos homens: conhece-os para melhor os dominar. A crítica desses filósofos se dirigiu a um tipo de saber que quer ser sinônimo de poder, e que tem a técnica como sua essência.



O texto a seguir refere-se às questões de números 06 e 07.

Se observarmos as quatro décadas da antiga Escola de Frankfurt em seu conjunto, fica evidente o seguinte: não havia paradigma unitário, logo nenhuma mudança de paradigma ao qual se submeteria tudo aquilo que estava implicado quando se fala da Escola de Frankfurt. As duas figuras principais, e, trabalham a partir de duas posições explicitamente diferentes sobre temas comuns. Um, que entrou em cena como o inspirador de uma teoria interdisciplinar progressista da sociedade, contentou-se em ser o acusador de um mundo burocrático, no qual a ilha do capitalismo liberal, emergindo da história de uma civilização fracassada, ameaça desaparecer de vista. Para o outro, que entrou em cena como crítico do pensamento da imanência e como advogado de uma música liberada, a filosofia da história de uma civilização fracassada tornava-se a base de uma teoria multiforme do não-idêntico, em outras palavras, das formas nas quais, de uma maneira paradoxal, o não-idêntico encontrava seu lugar.

WIGGERSHAUS, R. *A Escola de Frankfurt. História, desenvolvimento teórico, significação política*. São Cristóvão: Difel, 2002, p.35)

06. Na passagem acima, o historiador se refere a dois dos mais importantes representantes do pensamento da chamada Escola de Frankfurt. Qual das alternativas abaixo pode preencher a lacuna acima?

- A) Sigmund Freud e Erich Fromm.
- B) Martin Heidegger e Theodor W. Adorno.
- C) Walter Benjamin e Marshall McLuhan.
- D) Hanna Arendt e Max Horkheimer.
- E) Theodor W. Adorno e Max Horkheimer.





07. Na passagem citada, o autor afirma que a chamada Escola de Frankfurt não pode ser definida univocamente, mas que, pelo contrário, ela foi composta por diferentes linhas e pensamentos. Entre outras, pode-se dizer que essas diferentes linhas que compuseram a escola de Frankfurt são

- A) o hegelianismo, o marxismo, a psicanálise e a sociologia crítica.
- B) o marxismo, a psicanálise, o estruturalismo e a sociologia crítica.
- C) o estruturalismo, a sociologia crítica e a lingüística aplicada.
- D) o hegelianismo, o marxismo, a psicanálise e o neokantismo.
- E) o existencialismo, o estruturalismo e a sociologia crítica.

08- (UEL-2004) “O aumento da produtividade econômica, que por um lado produz as condições mais justas para um mundo mais justo, confere por outro lado ao aparelho técnico e aos grupos sociais que o controlam uma superioridade imensa sobre o resto da população. O indivíduo se vê completamente anulado em face dos poderes econômicos. Ao mesmo tempo, estes elevam o poder da sociedade sobre a natureza a um nível jamais imaginado. Desaparecendo diante do aparelho a que serve, o indivíduo se vê, ao mesmo tempo, melhor do que nunca provido por ele. Numa situação injusta, a impotência e a dirigibilidade da massa aumentam com a quantidade de bens a ela destinados.”

ADORNO, Theodor WHORKHEIMER, Max. *Dialética do esclarecimento*. Trad. De Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997. p. 14.
De acordo com o texto de Adorno e Horkheimer, é correto afirmar:

- A) A alta capacidade produtiva da sociedade garante liberdade e justiça para seus membros, independentemente da forma como ela se estrutura, controlando ou não seus membros.



- B) O “desaparecimento” do indivíduo diante do aparato econômico da sociedade se deve à incapacidade dos próprios cidadãos em se integrarem adequadamente ao mercado de trabalho.
- C) A ciência e a técnica, independente de quem tem seu controle, são as responsáveis pela circunstância de muitos estarem impossibilitados de atingir o status de sujeito numa sociedade altamente produtiva.
- D) O fato de a sociedade produzir muitos bens, valendo-se da ciência e da técnica, poderia representar um grau maior de justiça para todos; no entanto, ela anula o indivíduo em função do modo como está organizada e como é exercido o poder.
- E) O alto grau de autonomia das massas na sociedade capitalista contemporânea é resultado do avançado domínio tecnológico alcançado pelo homem.

09-(UEL–2017) As reações mais íntimas das pessoas estão tão completamente reificadas para elas próprias que a ideia de algo peculiar a elas só perdura na mais extrema abstração: *personality* significa para elas pouco mais que possuir dentes deslumbrantemente brancos e estar livres do suor nas axilas e das emoções. Eis aí o triunfo da publicidade na indústria cultural.

ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. *Dialética do esclarecimento*. Trad. Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985. p.138.

A respeito da relação entre Indústria Cultural, esvaziamento do sentido da experiência e superficialização da personalidade, assinale a alternativa correta.

- A) A abstração a respeito da própria personalidade é uma capacidade por meio da qual o sentido da experiência, esvaziado pela Indústria Cultural, pode ser reconfigurado e ressignificado.
- B) A superficialização da personalidade e o esvaziamento do sentido da experiência são efeitos secundários da Indústria Cultural, decorrentes dos exageros da publicidade.





- C) A superficialização da personalidade resulta da ação por meio da qual a Indústria Cultural esvazia o sentido da experiência ao concebê-la como um sistema de coisas.
- D) O esvaziamento do sentido da experiência criado pela Indústria Cultural atesta a superficialidade inerente à personalidade na medida em que ela é uma abstração.
- E) O poder de reificação exercido pela Indústria Cultural sobre a personalidade consiste em criar um equilíbrio entre sensibilidade (emoções) e pensamento (máxima abstração).

10- (ENEM – 2014) Uma norma só deve pretender validade quando todos os que possam ser concernidos por ela cheguem (ou possam chegar), enquanto participantes de um discurso prático, a um acordo quanto à validade dessa norma.

HABERMAS, J. *Consciência moral e agir comunicativo*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

Segundo Habermas, a validade de uma norma deve ser estabelecida pelo(a)

- A) liberdade humana, que consagra a vontade.
- B) razão comunicativa, que requer um consenso.
- C) conhecimento filosófico, que expressa a verdade.
- D) técnica científica, que aumenta o poder do homem.
- E) poder político, que se concentra no sistema partidário





Cap. IV A FILOSOFIA NO SÉCULO XXI

Bioética e Biopolítica: a aproximação entre ética, ciências da saúde e política no contexto do século XX

1.1 O que é a Bioética?

Definições não faltam para o termo, mas um resumo de todas seria: bioética, do grego bios (vida) + ethos (ética), é a ética da vida ou ética prática, isto é, um campo de estudo inter, multi e transdisciplinar que engloba a biologia, a medicina, a filosofia, o direito, as ciências exatas, as ciências políticas e o meio ambiente. Com foco em discutir questões, a área tenta encontrar a melhor forma de resolver casos e dilemas que surgiram com o avanço da biotecnologia, da genética e dos próprios valores e direitos humanos, prezando sempre a conduta humana e levando em consideração toda a diversidade moral que há e todas as áreas do conhecimento que, de alguma forma, têm implicações em nosso dia a dia.

Exemplos de casos que envolvem bioética são as polêmicas em torno do aborto, do transplante de órgãos, dos transgênicos, do uso de animais e humanos em experimentos, do uso de células-tronco, da eutanásia, do suicídio, da fertilização *in vitro*, entre outras.

A tomada de decisões em âmbito clínico na área acontece por meio de quatro princípios fundamentais: a beneficência e não maleficência (médico), ou seja, “fazer o bem” e “não causar dano”; a autonomia (paciente), capacidade que cada um tem de tomar suas próprias decisões; e a justiça (sociedade), garantia de uma distribuição justa, equitativa e universal dos serviços da saúde. E, nesse contexto, o exercício da enfermagem é de extrema importância, pois deve se apegar a esse referencial de reflexão ética para nortear suas práticas, analisando-as em uma dimensão ou visão bioética.



Sociedade e meio ambiente

Mas não é só nos meios científico e hospitalar que a bioética existe. Ela está presente também em nosso cotidiano e no meio ambiente, em todas as relações humanas, no respeito à autonomia das pessoas, ou até no modo como consumimos e usufruímos dos recursos naturais, o lugar onde dispensamos o nosso lixo e como fazemos esse descarte.

Nesse aspecto ambiental, a bioética pode promover uma reflexão que busque um modelo sustentável que respeite e tenha responsabilidade por todos os seres vivos. Com isso, ela pode ser uma importante aliada para a análise do atual modelo de desenvolvimento, de forma a permitir a sustentabilidade para a atual e para as futuras gerações.

É importante ressaltar também que, atualmente, nota-se a presença crescente da ecologia e da biodiversidade nos debates bioéticos. O Brasil detém uma grande biodiversidade e uma rica diversidade cultural. Devido a problemas relacionados com os meios de produção e a busca desenfreada por lucro, vem sofrendo quando se trata do manejo adequado da natureza em determinado ecossistema. Outro ponto bastante discutido são o uso e as consequências do cultivo de produtos transgênicos, somado ao impacto que eles causam no meio ambiente e na saúde humana.

A bioética pode ser aplicada também quando falamos em estética. A reflexão por trás do assunto diz respeito à busca insistente na suposta “perfeição física” (que é socialmente construída), em que pessoas se submetem a procedimentos médicos com grandes riscos à saúde.

Esses são problemas e desafios que precisam ser enfrentados por todos os âmbitos da bioética, pois cada avanço da biologia e das ciências da saúde traz consigo obstáculos sociais e psicológicos. A pesquisa com embriões humanos, por exemplo, enfrenta problemas por ser um tema delicado que envolve tanto conceitos morais como o interesse científico e financeiro.



E esse é o papel da bioética: tentar solucionar tais dilemas a partir de seus princípios, sabendo que não há apenas uma resposta que possa ser julgada correta. A busca da área é pelo equilíbrio justo entre a ciência e o respeito à vida, reconhecendo os benefícios que o avanço científico e biológico proporcionam, mas também permanecendo alerta para os riscos que eles representam para a sociedade e para o meio ambiente.

São temas que integram o universo da Bioética:

Transgênicos: alimentos que sofrem modificação em seu código genético visando o aumento da produtividade, melhoria nutricional, maior resistência às variações climáticas e extensão da durabilidade nos estoques fabris. Todavia, o uso descontrolado da engenharia genética para esses fins pode suscitar algumas questões éticas: até onde o ser humano tem o direito de modificar o percurso natural da vida? E as consequentes intoxicações de espécies animais e vegetais à sua volta o que, no limite, realizaria uma espécie de seleção natural forçada no ecossistema; O risco desses alimentos modificados diminuir ou anular a ação dos antibióticos no organismo humano entre tantos outros problemas suscitados pela modificação genética descontrolada dos alimentos.

Clonagem: Método científico de reprodução artificial a partir de células somáticas em substituição ao óvulo e espermatozoide. É uma prática comum no mundo animal. O primeiro caso foi o da ovelha Dolly que, embora bem-sucedida, apresentou envelhecimento precoce. Mas o que mais causa polêmica é a clonagem humana: ainda não alcançada inclusive pelas barreiras religiosas e éticas impostas à ciência no mundo. Os casos de clonagem já realizados em animais apontaram para problemas sérios de saúde nesses animais. Se pensados em relação à clonagem reprodutiva humana o que faríamos





com os clones deficientes rejeitados por suas famílias e sociedade? Perceba que o problema é muito mais complexo do que se pode pensar.

Criopreservação de Humanos: Também conhecida como criônica, a criopreservação é um processo de preservação em nitrogênio líquido a -196°C de seres humanos e animais mortos, que interromperia o processo natural de degradação celular pressupondo a futura a reanimação de entes queridos, mediante avanços das ciências médicas que possibilitem não só a ressuscitação, mas também a cura de doenças hoje consideradas terminais. Existem três empresas nos EUA e uma na Rússia que fazem esse processo, todas ressaltam a inexistência de garantia de sucesso quanto à possibilidade de futuramente ressuscitar o corpo. Vale ressaltar que o custo não é nada barato. O caso da jovem britânica de 14 anos, no ano de 2016, custou algo em torno de R\$ 136 mil se convertidos em reais. A discussão de fundo da criopreservação é: quando definitivamente estamos mortos?

1.2 Biopolítica: o que é?

Michel Foucault (1926-1984) é um dos filósofos mais lidos e comentados do século XX. Sua vasta obra assume posição central na discussão dos mais variados temas, já que o autor contribuiu no sentido de criar ou redefinir conceitos que são chave para o pensamento contemporâneo. Graças a Foucault, diversas disciplinas – dentre as quais se pode destacar a história, a filosofia, a crítica literária, a sociologia e, no caso deste texto, o direito – precisaram repensar seus próprios métodos e noções-chave que se pensava já consolidadas.

Na obra foucaultiana, as categorias biopolítica e biopoder – ora utilizadas como sinônimo, ora não – pretendem abarcar a complexa questão da normalização biológica dos seres humanos, no caminho que o autor trilhava na investigação do problema da

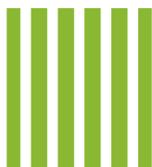


governamentalidade. Por biopolítica, Foucault vai designar o movimento segundo o qual, a partir do século XVIII, a vida biológica começa a se converter em objeto da política, ou seja, a vida biológica passa a ser produzida e, além disso, administrada, com a particularidade de que, mesmo sendo objeto de normalização, a vida biológica nunca fica exaustivamente retida nos mecanismos que pretendem controlá-la, pois sempre os excede e deles, por fim, escapa (CASTRO, 2011). A morte, nesse sentido, representa justamente um fato intrínseco ao “biológico” que escapa completamente ao biopoder, demonstrando um dos seus limites, já que representa, na leitura foucaultiana, o momento mais “privado” da existência de uma pessoa.

É no livro “História da Sexualidade I – A vontade de saber” que Foucault se refere pela primeira vez ao termo biopolítica em seus escritos. No capítulo que encerra a obra, intitulado “Direito de morte e poder sobre a vida”, Foucault faz a seguinte observação: “o homem, durante milênios, permaneceu o que era para Aristóteles: um animal vivo e, além disso, capaz de existência política” (FOUCAULT, 2012, p. 156). No entanto, a partir do momento em que se descortina aquilo que ele denomina como “limiar de modernidade biológica”, o homem passa a ser “um animal, em cuja política, sua vida de ser vivo está em questão”. Essa implicação da vida biológica nos cálculos e nos mecanismos de poder é que será denominada “biopolítica”.

Na investigação acerca da relação do direito com a vida e com a morte empreendida no capítulo mencionado, Foucault remete-se inicialmente ao direito romano e à *patria potestas*, que concedia ao pai de família romano o poder de vida e morte sobre seus filhos ou escravos; posteriormente o autor identifica uma forma mais branda desse poder que perpassa pelas teorias contratualistas que atribuem ao soberano o poder de dispor do direito de guerra e do direito de punir, ou seja, o poder de dispor sobre a vida e a morte de seus inimigos e também de seus súditos, não mais em termos absolutos e de modo incondicional, mas apenas naqueles casos em que se encontra exposto em sua própria existência. Esse dispositivo de soberania, para Foucault, representa o exercício de um direito que se exerce diretamente sobre a morte e indiretamente (através da morte, portanto)





sobre a vida. Trata-se, segundo o filósofo, de um poder de “causar a morte ou *deixar* viver” (FOUCAULT, 2012, p. 150).

Esta prerrogativa de fazer morrer e deixar viver que caracteriza o dispositivo da soberania, no entanto, passa a ser apenas uma engrenagem a mais nos dispositivos de poder a partir do momento em que, na passagem do século XVIII para o século XIX, começa a ser complementado por um poder que funciona de modo inverso, ou seja, que se exerce direta e positivamente sobre a vida. Trata-se do “poder de *causar* a vida ou *devolver* à morte” (FOUCAULT, 2012, p. 150), ou seja, “um poder destinado a produzir forças, a fazê-las crescer e a ordená-las mais do que a barrá-las, dobrá-las ou destruí-las” (FOUCAULT, 2012, p. 148).

Isso significa que o poder deixa de se afirmar enquanto um poder de “matar a vida” e passa a fazê-lo enquanto um poder que “gerencia a vida”, que passa, agora, a ser exercido sobre a vida, fixando-se ao longo de todo o seu desenrolar. É esse poder que Foucault denominará biopolítica, a qual representa uma estratégia ao mesmo tempo de proteção e de maximização da força representada pela vida dos indivíduos, vida que passa a valer muito, “não em nome de uma pretensa filantropia, mas porque ela é essencialmente força de trabalho, isto é, produção de valor.” Nesse contexto, a vida “só é útil porque é, ao mesmo tempo, sã e dócil, ou seja, medicalizada e disciplinarizada” (REVEL, 2006, p. 55-56).

A modernidade representa o momento em que ocorre essa viragem apreendida por Foucault: se durante muito tempo a relação entre política e vida se dá de modo indireto, mediada por uma série de categorias que as filtram ou liquefazem – “como uma espécie de câmara de compensação” –, a partir desse momento essas barreiras se desfazem “e a vida irrompe diretamente nos mecanismos e dispositivos do governo dos homens.” Foucault redescobre, no *bios*, a “matéria-prima” das lutas políticas e das afirmações de direitos da modernidade (ESPOSITO, 2010, p. 50).

Foucault (2012,p.151-152) estabelece essa noção de complementaridade/compensação do poder soberano pelo biopoder na medida em que identifica que o segundo foi indispensável ao desenvolvimento do capitalismo, ao afirmar que “as disciplinas do



corpo e as regulações da população constituem os dois polos em torno dos quais se desenvolveu a organização do poder sobre a vida” que não são, portanto, antitéticos e se encontram “interligados por todo um feixe intermediário de relações”. Para o autor, o sistema capitalista pressupunha a inserção controlada dos corpos no aparelho de produção (disciplina), mas também um ajustamento dos fenômenos de população aos processos econômicos. Para além da docilidade dos corpos, o capitalismo também exigiu métodos de poder capazes de majorar forças e aptidões em geral, afinal de contas, o poder de soberania se mostrou incapaz de “organizar o corpo econômico e político num contexto marcado pela explosão demográfica e crescente industrialização.” (AYUB, 2014, p. 60). Nesse sentido, o biopoder, com “suas formas e procedimentos múltiplos”, é que viabilizou o ajuste “da acumulação dos homens à do capital, a articulação do crescimento dos grupos humanos à expansão das forças produtivas e a repartição diferencial do lucro” (FOUCAULT, 2012, p. 153-154).

É nesse sentido que a biopolítica não se apropria da vida para suprimi-la, mas sim para administrá-la em termos regulativos, ou seja, trata-se de distribuir o vivente em um domínio de valor e de utilidade (CASTRO, 2011). É nesse movimento que Foucault evidencia como a potência da vida humana passa a ser aproveitada pelo Estado e pelas instituições como elemento de poder, ou seja, passa-se a incluir a vida humana nos cálculos do poder. Afinal, a lógica do biopoder é justamente essa: cuidar/maximizar a vida humana para que ela seja produtiva.

A biopolítica se encontra em uma perspectiva diametralmente oposto à inflexão predominantemente negativa do poder soberano: se este “se exercia em termos de subtração, de tributação – dos bens, dos serviços, do sangue – dos próprios súbditos”, aquela, pelo contrário, volta-se “para a vida deles não só no sentido da sua defesa mas também no do seu desenvolvimento, da sua potenciação, da sua maximização.” Se o poder soberano “tolhia, refreava, até aniquilar”, a biopolítica “solda, aumenta, estimula.” (ESPOSITO, 2010, p. 60-61).





Deleuze e a Sociedade de Controle

O conceito de Sociedade Disciplinar surgiu de uma análise dos processos históricos do século das luzes. Foucault se debruçou sobre a parte obscura da constituição dos direitos universais e da formação do homem moderno. Ficou claro que foi operando o conceito de Disciplina que estabelecemos todas as instituições de nossas sociedades industriais. A prisão em seu modelo panóptico, surgia como o padrão para o uso do espaço e do tempo.

Vinte anos depois, Gilles Deleuze (1920-1995) revisitou o conceito de disciplina tentando identificar a sua transformação não apenas de força local em tecnologia política, como pensou Foucault, mas também como generalização social. Mais importante que isso, ele identificou que novas forças entravam em jogo e que, assim, **o conceito de disciplina não dava mais conta da realidade. Longe de ser descartado, o conceito fora superado.**

É na entrevista dada a Antonio Negri em *Conversações* (1990) que a ideia de Sociedade de Controle aparece. Deleuze então dedica um pós-escrito de algumas páginas sobre o assunto. É pouco material se restringirmos o novo conceito a estas páginas. Mas não seriam os dois tomos do Capitalismo e Esquizofrenia escritos junto à Guattari um grande conjunto de filosofia política que aponta para a formação de um novo tipo de sociedade? Assim, conceitos como Axioma, Rostidade, Territórios são fundamentais no entendimento dessas novas forças em jogo. Vamos entretanto nos ater a leitura deleuziana do conceito de Disciplina e à criação do conceito de Controle.

A Disciplina é uma maneira de se exercer o Poder, sendo este uma relação de forças que só reprime em última instância. A vigilância permitia que a disciplina operasse com um custo reduzido o que, por sua vez, difundiu os mecanismos disciplinares socialmente. A formação da sociedade disciplinar se dava nesse processo de produção de individualidade onde cada um é vigia de si e dos outros.

O Controle é a nova maneira pela qual se exerce o Poder e ele se afasta da Disciplina no que concerne a disposição do tempo e também do espaço. Se a Disciplina marcava o espaço por Territorializações, o Controle marca por processos de



Desterritorialização. Não se trata mais de capturar o virtual, como o “fora” entre corpo e a potência. Não há mais fora! **Para que o Controle seja contínuo ele não deve apenas interferir na passagem do Virtual ao Atual, ele precisa represar a passagem. A condução dos fluxos numa Sociedade de Controle é canalizada, sintonizada,** por que não. Não se constitui um território onde a ação passe por um filtro, mas faz-se uma introjeção do filtro. O Virtual deve ser tomado pela Desterritorialização, isto é, a potência de um corpo deve ser controlada a partir de dentro. Dá no mesmo dizer que o que se deve capturar o [Desejo](#).

Se a Disciplina marcava o tempo pelo relógio, o Controle percebe que o tempo cronológico é, na verdade, pouco produtivo. É mais inteligente pensar qual o melhor momento. Em que momento pode-se extrair mais de cada tipo de corpo? Para cada corpo, uma medida. A captura do tempo se dará no campo da heterogênesse. “Você rende mais à noite? Fique à vontade para fazer seu horário”. A produção não se dá mais em turnos, ela acontece o tempo inteiro.

É preciso falar também da mudança na produção de subjetividade. O Normal é produzido em espaço aberto. Não há mais passagem entre a escola, a faculdade e o trabalho. **Há uma espécie de Conurbação Afetiva, bem monótona. O Controle atravessa as paredes pelas ondas eletromagnéticas para fazer circular um número ínfimo de afetos.** Deleuze fala que o plano da vez é a educação nacional, e isto significa precisamente, a entrega da escola à empresa. Nossas escolas devem produzir bons “Empreendedores de Si”.

CONTEÚDO INTERATIVO

- pODcAST filosófico-





Sobre pensamento de Michel Foucault:

<https://razaoinadequada.com/portfolio/54-foucault-corpos-doceis-vigiar-e-punir/>

Deleuze e a filosofia da criação:

<https://razaoinadequada.com/portfolio/50-deleuze-filosofia-e-criacao/>

Sociedades em crise:

<https://razaoinadequada.com/portfolio/47-comite-invisivel-sociedade-em-crise/>

Exercícios Propostos

01- (UEL-2004) A bioética situa-se no campo da axiologia. É um ramo da ética como disciplina que trata da investigação e problematização específica das práticas médicas, das ciências biológicas e das relações humanas com o meio ambiente. Com base na afirmação acima, assinale o que for correto.

01) Hipócrates, ao declarar, no seu juramento, que jamais daria a um paciente um remédio mortal e às mulheres uma substância abortiva, age em consonância com a axiologia da bioética.

02) Emmanuel Levinas considera que a bioética deve preocupar-se com uma análise estrutural da sociedade como produção da vida e das condições de saúde, mas também dos processos de exclusão social.

04) Não é atribuição da bioética discutir os princípios morais que orientam a pesquisa científica, pois isso significa colocar obstáculos ao progresso da ciência.

08) A bioética está comprometida com a política, pois o cientista tem uma responsabilidade da qual não pode abdicar.

16) Os resultados das descobertas científicas estiveram sempre a serviço da humanidade, portanto uma reflexão sobre o sentido moral da prática científica é desnecessária.

Somatória: _____

02- (**UNCISAL 2012**) A bioética é uma ética aplicada que trata de conflitos e controvérsias morais no âmbito das Ciências da Vida e da Saúde, envolvendo valores e práticas. Suas reflexões abordam temas que atingem a vida de forma irreversível. As opções a seguir apresentam temas tratados pela Bioética, **EXCETO**:



Fonte <http://blog.veritatis.com.br/index.php/2008/04/04/02--canibal/index.html>

- A) políticas públicas na área de saúde e combate à mortalidade infantil.
- B) aborto e clonagem.
- C) eutanásia e uso de órgão de animais em seres humanos.
- D) fertilização artificial e conservação do corpo humano após a morte.
- E) produção de transgênicos e engenharia genética humana.

03- (**UFSM 2015**) O biólogo Edward Wilson sustenta que a teoria da evolução explica não apenas a evolução das características físicas predominantes em uma espécie, mas também a evolução de traços sociais (como a divisão social do trabalho, a evolução da linguagem e



da moralidade). Se isso é verdade, então aquilo que hoje tendemos a considerar moralmente correto pode ser um produto de nosso passado evolutivo. Se nosso passado evolutivo tivesse sido diferente, é possível que nossa sensibilidade moral hoje também fosse diferente. Observe as afirmações a seguir, considerando as que são compatíveis com o enunciado da questão.

- I. O fato de hoje tendermos a valorizar atos de bondade e compaixão e a desvalorizar atos de crueldade é um traço biológico de nossa espécie que deve ter trazido vantagens adaptativas aos nossos antepassados.
- II. Há um conjunto de normas morais que não mudam e que sempre foram adotadas universalmente.
- III. A evolução moral está correlacionada com a capacidade adaptativa dos indivíduos e grupos ao ambiente em que vivem.

Está(ão) correta(s)

- A) apenas I.
- B) apenas II.
- C) apenas I e III.
- D) apenas II e III.
- E) I, II e III.

04-(UNIOESTE 2016) Os estudos realizados por Michel Foucault (1926-1984) apresentam interfaces que corroboram para estudos em diversas áreas de conhecimento, entre as quais a Filosofia, Ciências Sociais, Pedagogia, Psiquiatria, Medicina e Direito. Em 1975, Foucault publicou a obra “Vigiar e Punir: história da violência das prisões”, na qual propunha uma nova concepção de poder, a qual abandonava alguns postulados que marcaram a posição tradicional da esquerda do período. Sobre a concepção de poder foucaultiana, é **CORRETO** afirmar.





- A) Só exerce poder quem o possui, por se tratar de um privilégio adquirido pela classe dominante que detém o poder econômico.
- B) O poder está centralizado na figura do Estado e está localizado no próprio aparelho de Estado, que é o instrumento privilegiado do poder.
- C) Todo poder está subordinado a um modo de produção e a uma infraestrutura, pois o modo como a vida econômica é organizada determina a política.
- D) O poder tem como essência dividir os que possuem poder (classe dominante) daqueles que não têm poder (classe dos dominados).
- E) O poder não remete diretamente a uma estrutura política, ao uso da força ou a uma classe dominante: as relações de poder são móveis e só podem existir quando os sujeitos são livres e há possibilidade de resistência.

05-(**SEDUC-SE/2003**) A expressão microfísica do poder, cunhada pelo filósofo Michel Foucault, designa:

- A) as mudanças de regime político nos períodos revolucionários.
- B) uma rede de dispositivos ou mecanismos de poder que se disseminam por toda a estrutura social.
- C) a forma repressiva da dominação capitalista.
- D) o Estado como instância coercitiva que origina e fundamenta todo tipo de poder social.
- E) o aparato de pompa envolvido no espetáculo das punições durante o Antigo Regime.

06- (**IJA-2018**) Michel Foucault, ao tematizar a questão do poder, em sua análise da soberania, afirma como prioritário:

- A) saber como se forma essa alma do corpo político unificado que é a soberania.
- B) investigar como se constituem os sujeitos pelos efeitos do poder.
- C) compreender as motivações histórico-políticas que levaram à soberania.





D) avaliar a multiplicidade de subdivisões de poder que antecederam à soberania.

07-(PUCPR 2009) O indivíduo é, sem dúvida, o átomo fictício de uma representação “ideológica” da sociedade; mas é também uma realidade fabricada por essa tecnologia específica de poder que se chama “disciplina”.

Michel Foucault, *Vigiar e punir*, p.161.

Assinale as alternativas corretas.

- I. Foucault quer afirmar que os indivíduos, nesse modelo de sociedade, são constituídos como efeitos da atuação de estratégias de poder correlatas a técnicas de saber.
- II. Para Foucault, o poder fundamentalmente reprime, recalca, censura, mascara, anulando os desejos individuais.
- III. A disciplina produz realidade, produz rituais de verdade, produz indivíduos úteis e dóceis.
- IV. Para Foucault, é o indivíduo que possui o poder. É ele quem dá sentido ao mundo.
- V. A disciplina, como estratégia privilegiada de fabricação do indivíduo e produção de verdades, existe desde a época do cristianismo primitivo.

- A) II, IV e V
- B) I e III
- C) II e III
- D) I e II
- E) III, IV e V

08-(INTERBITS 2013) Giorgio Agamben, filósofo italiano, observa que hoje os cidadãos são continuamente controlados e consideram isso normal. Ele defende a ideia de que o paradigma político do Ocidente não é mais a cidade, mas o campo de concentração. Vistas por essa ótica, as práticas de exceção contemporâneas, engendradas por um Estado policial protetor, fazem da política do terror e da insegurança o princípio gestor, estimulando, cada vez mais, a privatização dos espaços e o confinamento no interior deles.



TOMAZI, Nelson Dacio. *Sociologia para o ensino médio*. São Paulo: Saraiva, 2010, p. 113. Adaptado.

Segundo o filósofo Michel Foucault, esse modelo de vigilância apresentado por Agamben pode ser enquadrado como:

- A) Coletivo.
- B) Panóptico.
- C) Regular.
- D) Informal.
- E) Dissimulado.

2. A mulher na Filosofia. A importância de Edith Stein, Hannah Arendt e Judith Butler

Edith Stein



Edith Stein, a caçula de uma numerosa família hebraica, nasceu em 12 de outubro de 1891 em Breslau, Alemanha. Antes de completar dois anos ficou órfã de pai. A pequena Edith era de temperamento forte, vivaz e independente. Ademais, demonstrava uma inteligência muito precoce, que lhe proporcionou o primeiro lugar da classe durante toda a sua vida escolar. Crescendo numa família praticante da religião judaica, ela acreditava em Deus e a Ele dirigia suas preces.

Porém, ao atingir a adolescência, perdeu a fé na existência de Deus, parou de rezar e abandonou os estudos. Ela própria relatou mais



tarde: “Com plena consciência e por livre decisão, deixei de rezar. Meus anseios de conhecer a Verdade eram minha única oração.”

Aos 14 anos, decidiu retomar os estudos colegiais, para ingressar na universidade. E em 1911 matriculou-se, não em um, mas em três cursos: Filosofia, Língua Alemã e História. Naquela época era pouco comum uma mulher cursar a universidade, menos ainda ver uma jovem de 20 anos seguir três cursos ao mesmo tempo!

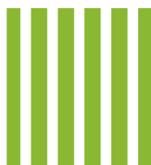
Todas as preferências de Edith eram para a Filosofia. Assim, mudou-se em 1913 para Göttingen a fim de assistir às aulas de Edmund Husserl, considerado o mais importante filósofo alemão da época. Essa jovem estudante parecia haver sucumbido de todo na crise da fé, pois até já se declarava atéia. Mas, por paradoxal que pareça, ela continuava como uma incansável peregrina à procura da Verdade.

O contato com Husserl e seus manuscritos influenciaram de forma direta o pensamento filosófico de Edith Stein. É possível perceber claramente a presença marcante dos textos do mestre em suas principais obras, como no estudo acerca da Psicologia e das ciências do espírito – intitulado *Beiträge zur philosophischen Begründung der Psychologie und der Geisteswissenschaften* (1922)–, que declara explicitamente a influência do filósofo. No entanto, é importante destacar que Stein não assimilou passivamente as ideias de Husserl, visto que expôs também suas discordâncias em relação a seu mestre. Nesse sentido, como evidencia Bello (2000), Edith Stein desenvolveu uma concepção autônoma e original de Fenomenologia, pois não ficou restrita às noções de Husserl, delineando sua própria aceção do método fenomenológico.

Hannah Arendt



Hannah Arendt (1906-1975) foi uma filósofa alemã, uma das raras vozes femininas de destaque na filosofia do século XX.



Ela nasceu no subúrbio de Linden, em Hannover, Alemanha, no dia 14 de outubro de 1906. Quando tinha três anos sua família muda-se para a Prússia. De origem judia, "Johannah Arendt", foi uma menina precoce. Tinha sete anos quando o pai morreu, mesmo assim procurou consolar a mãe: "Pense – isso acontece com muitas mulheres", disse ela para espanto da viúva. Com 14 anos leu a obra de Kant, *Crítica da Razão Pura*.

Em 1924 ingressou na Universidade de Marburg, onde foi aluna de Martin Heidegger, com quem iria iniciar um complicado relacionamento amoroso, uma vez que seu professor era casado. Em 1926 decidiu trocar de universidade, indo estudar na Universidade Albert Ludwig em Freiburg. Em 1928 se doutorou em Filosofia na Universidade de Heidelberg, com a tese "O Conceito de Amor em Santo Agostinho".

Em 1929, Arendt ganhou uma bolsa de estudos e se mudou para Berlim, onde reencontra Günther Anders (pseudônimo de Günther Stern), que conheceu em Marburg, e se tornou seu primeiro marido. Em 1933, quando Heidegger aderiu ao nazismo e se tornou o primeiro reitor nacional-socialista da Universidade de Freiburg, Arendt se afastou da filosofia para lutar pela resistência antinazista. Nesse mesmo ano, foi presa pela Gestapo e depois de passar oito dias na prisão, resolveu deixar seu país natal.

Hannah Arendt passou por Praga e Genebra, até chegar a Paris, onde permaneceu durante seis anos trabalhando com crianças judias expatriadas. Em 1941, já unida a outro homem, o filósofo Heinrich Blücher, e depois de uma estada em Portugal, conseguiu chegar aos Estados Unidos, onde fixaria residência, naturalizando-se americana em 1951.

Foi nos Estados Unidos que ela escreveu duas obras importantes para aquele que quer compreender o que foi o século XX, no plano filosófico e político: "Origem do Totalitarismo" (1951) e "Eichmann em Jerusalém" (1963). Na primeira, dividida em "Antissemitismo", "Imperialismo" e "Totalitarismo", ela procura analisar de que modo se forjou na Europa uma verdadeira máquina de destruição, capaz de levar ao horror do holocausto. Na segunda, que nasceu de uma série de artigos publicados na revista *The New Yorker*,



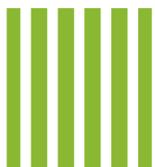


Hannah trata da “banalização do mal”, a partir do julgamento de um nazista. Em 1963 Hannah Arendt passa a lecionar na Universidade de Chicago, onde permanece até 1967. Nesse mesmo ano, muda-se para Nova Iorque, onde é contratada pela *New School for Social Research*, onde permaneceu até 1975. Sua última obra – “A Vida do Espírito”, só foi publicada após sua morte. Hannah Arendt faleceu em Nova Iorque, Estados Unidos, no dia 4 de dezembro de 1975.

Seu primeiro livro leva o título *O conceito do amor em Santo Agostinho: Ensaio de uma interpretação filosófica*. Trata-se de sua tese, editada em 1929 em Berlim, na qual ela enlaça elementos da filosofia de Martin Heidegger com os de Karl Jaspers e já enfatiza a importância do nascimento, tanto para o indivíduo como para seu próximo. Com isso, ela se afasta de seu professor Heidegger, que entende a vida como um "avançar" para a morte. A obra foi resenhada em importantes publicações filosóficas e literárias. Criticou-se o fato de que Arendt considerasse Santo Agostinho como filósofo e não como sacerdote, além do fato de não ter citado a literatura teológica mais recente.

Em *As origens do totalitarismo* (1951) consolida o seu prestígio como uma das figuras maiores do pensamento político ocidental. Arendt assemelha de forma polêmica o nazismo e o stalinismo, como ideologias totalitárias, isto é, com uma explicação compreensiva da sociedade mas também da vida individual, e mostra como a via totalitária depende da banalização do terror, da manipulação das massas, do acriticismo face à mensagem do poder. Hitler e Stalin seriam duas faces da mesma moeda, tendo alcançado o poder por terem explorado *a solidão organizada* das massas. Sete anos depois publica *A condição humana*, obra onde adota a clássica tripartição grega e enfatiza a importância da política como *ação* e como *processo*, dirigida à conquista da liberdade:

Publica depois *Sobre a Revolução* (1963), onde examina a revolução francesa e a revolução americana, mostrando o que têm de comum e de diferente, defendendo que a preservação da liberdade só é possível se as instituições pós-revolucionárias interiorizarem e mantiverem vivas as ideias revolucionárias. Lembraria aos seus concidadãos norte-americanos (entretanto adquirira a nacionalidade



norte-americana) que se se distanciassem dos ideais que tinham inspirado a revolução americana perderiam o seu sentido de pertencer e identidade.

Ainda, em 1963, lançaria *Eichmann em Jerusalém*, que reúne os cinco artigos que escreveu sobre o julgamento de Eichmann, que cobriu para a *The New Yorker*. Nesse livro Eichmann não é retratado como um demônio (como o descreviam os activistas judeus) mas alguém *terrível e horrivelmente normal*. Um típico burocrata que se limitara a *cumprir ordens*, com zelo, por amor ao dever, sem considerações acerca do bem e do mal. No livro, Arendt aponta ainda a cumplicidade das lideranças judaicas com os nazistas. Esta perspectiva valer-lhe-ia críticas virulentas das organizações judaicas, além da ameaça de ser excluída da universidade.



Judith Butler

Ainda que se reconheça a importância das construções sociais e culturais na constituição do mundo e dos sujeitos tal como os conhecemos, não são bem sucedidas todas as tentativas de ilustrar o caráter social de estruturas que parecem tão naturalizadas: o corpo, o sexo, as diferenças entre machos e fêmeas etc. Com grande força e ousadia, a filósofa estadunidense **Judith Butler (1956-)** traz, de vez, a biologia para o campo do social, motivo pelo qual se tornou um dos principais nomes da atualidade nos estudos de gênero.

Butler, em sua obra *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade* (2010) publicada originalmente em 1990 partilha de certos referenciais foucaultianos e se pergunta se o “sexo” teria uma história ou se é uma estrutura dada, isenta de questionamentos em vista de sua indiscutível materialidade. Butler



discorda da ideia de que só poderíamos fazer teoria social sobre o gênero, enquanto o sexo pertenceria ao corpo e à natureza. Fazendo uma manobra semelhante à Joan Scott, Butler pretende historicizar o corpo e o sexo, dissolvendo a dicotomia sexo x gênero, que fornece às feministas possibilidades limitadas de problematização da “natureza biológica” de homens e de mulheres. Para Butler, em nossa sociedade estamos diante de uma “ordem compulsória” que exige a coerência total entre um sexo, um gênero e um desejo/prática que são obrigatoriamente heterossexuais.

Em outras palavras: a criança está na barriga da mãe; se tiver pênis, é um menino, o qual será condicionado a sentir atração por meninas. Para dar um fim a essa lógica que tende à reprodução, Butler destaca a necessidade de subverter a ordem compulsória, desmontando a obrigatoriedade entre sexo, gênero e desejo. Assim, para a filósofa, o conceito de gênero cabe à legitimação dessa ordem, na medida em que seria um instrumento expresso principalmente pela cultura e pelo discurso que inscreve o sexo e as diferenças sexuais fora do campo do social, isto é, o gênero aprisiona o sexo em uma natureza inalcançável à nossa crítica e desconstrução.

Dessa forma, o papel do gênero seria produzir a falsa noção de estabilidade, em que a matriz heterossexual estaria assegurada por dois sexos fixos e coerentes, os quais se opõem como todas as oposições binárias do pensamento ocidental: macho x fêmea, homem x mulher, masculino x feminino, pênis x vagina etc. É todo um discurso que leva à manutenção da tal ordem compulsória. E como se daria essa manutenção? Pela repetição de atos, gestos e signos, do âmbito cultural, que reforçariam a construção dos corpos masculinos e femininos tais como nós os vemos atualmente. Trata-se, portanto, de uma questão de *performatividade*. Para Butler, gênero é um ato intencional, um gesto performativo que produz significados (PISCITELLI, 2002).

Exatamente por isso, Butler tem se tornado uma unanimidade nos estudos de transexuais e travestis: o que são esses grupos senão a subversão de uma ordem estabelecida? O que significa sua ousadia (a qual não exclui uma esfera de sofrimento e marginalização) senão uma performatividade no sentido de ‘chacoalhar’ a coerência compulsória?





Ao mesmo tempo, o quanto a performatividade de uma travesti nos mostra que, no fundo, também somos performativos, de que não existe uma natureza masculina em minha pessoa para além dos atos, gestos e signos que reproduzo?

Críticas a Butler residem, sobretudo, na ênfase demasiada a esse modo de subversão da ordem compulsória: será que precisamos apelar necessariamente aos travestis? De que outras formas podemos desconstruir o corpo? Ainda, cruzar as fronteiras do sexo e do gênero efetivamente subverte a ordem posta? E como entender o corpo: sua materialidade é apenas performatividade? Qual é o estatuto do corpo nessa análise? O sujeito não existe para além de suas práticas?

CONTEÚDOS INTERATIVOS

-pODcAST filosófico-

Feminismo:

<http://anticast.com.br/tag/feminismo/>

Hannah Arendt:

<https://soundcloud.com/riobravoinvestimentos/podcast-507-celso-lafer-hannah-arendt-para-entender-o-seculo-xxi>

Judith Butler, com Carla Rodrigues:

<https://podcasts.google.com/?feed=aHR0cHM6Ly9maWxvc29maWFwb3AuY29tLmJyL2ZlZWQvcG9kY2FzdC8&episode=aHR0cHM6Ly9maWxvc29maWFwb3AuY29tLmJyLz9wPTMzNDU&hl=pt-BR&ved=2ahUKewj7raKk8eroAhUDKlkGHT7MCJlQjrkEegQIChAE&cp=6>



Exercícios Propostos

01-(**IJA-2018**) O julgamento de Eichemann no Tribunal de Nuremberg tornou-se um exemplo do tribunal Militar Internacional, criado na cidade alemã do mesmo nome, para julgar os principais criminosos da Segunda Guerra Mundial. As querelas envolvendo as defesas e acusações dos réus foram expressas numa das obras-primas do século XX da filósofa política Hannah Arendt: Eichmann em Jerusalém. Os argumentos de Arendt são expressos no axioma

- A) A singularidade do mal.
- B) A raridade do bem.
- C) A banalidade do mal.
- D) A excepcionalidade do bem.

02-(**IFPI-2011**) Leia o texto abaixo, que trata do conceito ético de responsabilidade:

"[...] devo ser considerado responsável por algo que não fiz, e a razão para a minha responsabilidade deve ser o fato de que eu pertenço a um grupo (um coletivo), o que nenhum ato voluntário meu pode dissolver [...] somos sempre considerados responsáveis pelos pecados de nossos pais, assim como colhemos as recompensas de seus méritos".

ARENDR, Hannah. *Responsabilidade e julgamento*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p.216-217.

Assinale a alternativa que pode ser considerada **INCORRETA**, enquanto interpretação do excerto acima:

- A) A responsabilidade é coletiva, enquanto a culpa é individual.
- B) A experiência totalitária do nazismo deve ser encarada como responsabilidade de todos, não cabendo às gerações posteriores se eximirem da responsabilidade pelo mundo, cabendo a todos o papel de salvaguardar o mundo dos terrores totalitários, mesmo que não tenham



nenhuma culpa (afinal nem eram nascidos) por tais crimes contra a humanidade.

C) No momento em que o candidato que responde a esta prova assinala uma alternativa, há na mesma cidade uma criança sofrendo maus-tratos de um pai violento. O candidato não tem nenhuma culpa da dor dessa criança, mas deve assumir sua co-responsabilidade por esse acontecimento.

D) Hannah Arendt adere à perspectiva moderna de uma ética da responsabilidade individual e inalienável.

E) A liberdade não pode estar à margem da responsabilidade, pois se nenhum ato voluntário pode dissolver o pertencimento de um indivíduo ao grupo, a responsabilidade passa a ser condição da ação livre.

03- (Ueg 2013) As histórias, resultado da ação e do discurso, revelam um agente, mas este agente não é autor nem produtor. Alguém a iniciou e dela é o sujeito, na dupla acepção da palavra, mas ninguém é seu autor.

ARENDR, Hannah. *A condição humana*. Apud SÁTIRO, A.; WUENSCH, A. M. Pensando melhor – iniciação ao filosofar. São Paulo: Saraiva, 2001. p. 24.

A filósofa alemã Hannah Arendt foi uma das mais refinadas pensadoras contemporâneas, refletindo sobre eventos como a ascensão do nazismo, o Holocausto, o papel histórico das massas etc. No trecho citado, ela reflete sobre a importância da ação e do discurso como fomentadores do que chama de “negócios humanos”. Nesse sentido, Arendt defende o seguinte ponto de vista:

A) a condição humana atual não está condicionada por ações anteriores, já que cada um é autor de sua existência.

B) a necessidade do ser humano de ser autor e produtor de ações históricas lhe tira a responsabilidade sobre elas.





C) o agente de uma nova ação sempre age sob a influência de teias preexistentes de ações anteriores.

D) o produtor de novos discursos sempre precisa levar em conta discursos anteriores para criar o seu.

04-(IJA) Viveu o horror da ascensão do nazismo na Alemanha e a crescente perseguição aos judeus, com o fortalecimento de um discurso político racista. De família judaica. Viu-se obrigada a exilar-se nos Estados Unidos. Dedicou-se então a refletir sobre o totalitarismo, essa nova forma de governo, tomando-o como um problema filosófico e não apenas social. Essa pensadora chama-se:

A) Hannah Arendt

B) Simone Beauvoir

C) Aparecida Montenegro

D) Marlene Marques

E) Diotima.

05-(IJA) Em seu livro chamado de: _____, publicado em 1951, Arendt propõe uma explicação por meio de um amplo estudo histórico e político desta nova forma de governo. Esse regime se fundamenta, segundo a autora, em uma ideologia, no terror e na mobilização das massas.

A) *As origens do totalitarismo*

B) *Minha luta*

C) *A Condição humana*

D) *A Ditadura nazista*

E) *O Capital*.

06-(IJA) Segundo Arendt, a grande lição do totalitarismo, o perigo que ele representa, é o isolamento dos seres humanos. Ainda que esse





isolamento seja o sintoma de uma sociedade de massas, ele é contrário à condição humana, segundo a qual os seres humanos habitam o planeta como coletividade, e não como seres isolados. O modo de evitar novos regimes de _____, portanto, é resgatar os laços sociais e políticos entre os indivíduos.

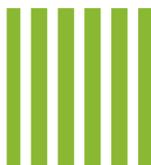
- A) Terror
- B) Medo
- C) Paz
- D) União
- E) Confronto

Capítulo IV: A filosofia da Ciência no contexto paradigmático do século XX

Introdução

A filosofia da ciência busca questionar as hipóteses levantadas, construídas pelo método científico. Ela reflete, questiona e provoca o saber científico, de modo a desenvolvê-lo. Enquanto a ciência se posiciona em estudar problemas específicos de fenômenos naturais, a filosofia busca o estudo mais abrangente e geral. Em última análise, porém, o estudo de ambos em conjunto não é algo que se torna contraditório, e sim os complementa. Dessa maneira, a filosofia da ciência busca questões que norteiam as hipóteses, teorias e a própria ciência como saber. Isso se dá como forma de instigar, provocar e auxiliar no próprio desenvolvimento da ciência.

Questões acerca da ciência sempre estiveram presentes no discurso filosófico, por muito tempo não houve distinção entre



questões da filosofia e da ciência. No entanto, uma área da filosofia dedicada exclusivamente a compreensão das ciências só veio a surgir na metade do século XX, particularmente sob influência do positivismo lógico, que buscava desenvolver critérios para garantir o significado de afirmações filosóficas, mas também pela obra de Thomas Kuhn, *A Estrutura das Revoluções Científicas*, de 1962, na qual o autor procurou apresentar uma nova visão de como se dá o progresso científico.

Atualmente, existem ramos dentro da **filosofia da ciência** para todas as ciências existentes, desde a filosofia da física, que irá analisar, entre outros tópicos, questões relativas a natureza do espaço-tempo, até a filosofia da psicologia e ciência cognitiva. A filosofia da ciência, como área ampla, neste contexto, analisará ainda questões relativas a possibilidade de se reduzir uma ciência a outra ([reducionismo](#)), a validade do raciocínio científico e mesmo questões próximas a ética, como a morte na filosofia da medicina.

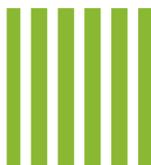
Os principais tópicos de investigação para a filosofia da ciência são três:

1. O que se qualifica como ciência?
2. Qual o propósito da ciência?
3. A confiabilidade das teorias científicas.

1 - Origem da filosofia da ciência

Durante o contexto da Revolução Industrial e do ápice das expedições exploratórias nas Américas, uma busca por entender fenômenos naturais cresce. Dessa maneira, duas correntes de como o ser humano deveria se aproximar da natureza surgem:





1. Nietzsche defendia que o conhecimento profundo da natureza só seria possível pela força e dominação; todo o conhecimento implica, na realidade, em desejo pelo poder;
2. Bronowski, no entanto, defendia que o homem não dominava a natureza pela força, mas sim por sua capacidade de compreensão;

Dessa forma, questões norteadoras emergem: afinal, para que serve esse conhecimento científico? Como ele deve ser utilizado? Quais as necessidades e interesses que o envolvem? Tais perguntas serão melhor desenvolvidas no transcórre do presente capítulo. Por enquanto, merece ser citado os principais autores que fazem parte deste movimento. Dentre os principais filósofos da ciência, cita-se, principalmente:

- Isaac Newton
- René Descartes
- Frederich Nietzsche
- Charles Darwin
- Karl Popper
- Albert Einstein
- Thomas Khun

Dos autores listados acima, Karl Popper (1902-1994) e Thomas Khun (1922-1996) merecem destaque. Ambos constroem e desconstróem o método científico elaborado no século XX apontando para a necessidade da ciência se autoavaliar enquanto princípio norteador do discurso humano.

2 - Karl Popper e a transição da ciência ao social .





Na Filosofia da Ciência contemporânea há duas tendências que avaliam os procedimentos e fundamentos do cientista. Uma é a Tendência Histórica e a outra é a Tendência Analítica. Assim como o *Círculo de Viena*, Popper faz parte da Tendência Analítica que prioriza o aspecto metodológico no desenvolvimento científico, o também chamado **contexto de justificação**. Porém, apesar da adesão comum, Popper é, talvez, o crítico imediato de tudo o que foi estabelecido no *Círculo de Viena*.

Em primeiro lugar, Popper não elimina a metafísica; simplesmente, assim como Kant, tenta delimitar os campos de atuação desta e da ciência. Em segundo lugar, esta delimitação ocorre pelo fato de Popper não atentar para o conceito de significação, unicamente como critério de demarcação ou de impossibilidade da metafísica. Em terceiro lugar, Popper critica a forma de proceder por **indução**. Esta permitiria apenas uma semelhança de regularidade que proporcionaria uma coletânea de fatos que impossibilita que se refute uma teoria.

Por conseguinte, Popper formulou um novo método. É o modelo **hipotético-dedutivo**. Para Popper, a busca do conhecimento não se dá a partir da simples observação de fatos e inferência de enunciados. Na verdade, esta nova concepção pressupõe um *interesse* do sujeito em conhecer determinada realidade que o seu *quadro de referências* já não mais satisfaz. Por isso, a mera observação não é levada em conta, mas sim uma observação intencionalizada, orientada e seletiva que busca criar um novo quadro de referências.

É assim que surge o modelo hipotético-dedutivo. A partir da seleção do objeto a ser observado, e verificada a insuficiência do quadro de referências, o cientista formula uma hipótese geral da qual se deduzem consequências que permitem a possibilidade de uma experiência. Aqui já não mais é necessário verificar para atribuir significado, isto é, verdade ou falsidade, mas a tentativa é de refutar a teoria que permite o estabelecimento de um conhecimento e a possibilidade de seu desenvolvimento. É o critério da **Falseabilidade**. Tal critério consiste em demarcar entre o que é



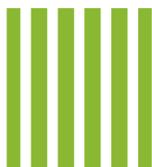


científico e o que é metafísico, mítico ou poético etc., substituindo o conceito de **Verificabilidade** do *Círculo de Viena*. Para Popper, este método caracteriza (senão acentua) o aspecto criativo da ciência em detrimento ao modelo da inferência que não responde por nenhuma expectativa do sujeito/cientista.

Portanto, a racionalidade da ciência, na concepção popperiana, está ligada à possibilidade de discussão crítica das opções de explicação, que se complementaria com a atitude de revisão ou mudança de teoria, que deve ocorrer para se preservar o caráter racional do empreendimento científico, tendo como base critérios definidos que possam garantir uma comparação e uma escolha. Sem critérios predefinidos, não haveria possibilidade de debate e escolha racional. As escolhas sobre as teorias em competição se dariam com base em preferências subjetivas ou fatores externos à ciência. No entanto, Popper afirma existir um critério importante que possibilitaria uma escolha racional, permitindo, assim, se falar em progresso.

A contribuição de Popper deve ser encarada, portanto, não só como uma tentativa de descrição fiel de como se faz ciência, mas, sobretudo como uma proposta que se destina a preservar, para a ciência, as características que ele avalia como fundamentais na tradição do pensamento ocidental. A tentativa de preservar características como o debate livre e crítico, a avaliação atenta e cuidadosa das idéias alheias, a definição de critérios de avaliação, a busca de aperfeiçoamento das ideias e a possibilidade de escolha racional entre conjecturas disponíveis é um projeto com repercussões não só na ciência, mas também no plano social. Todas essas características têm relação com os receios e expectativas de Popper para a ciência e a sociedade.

O compromisso de Popper com o ideal de liberdade e a forma de governo democrática se traduziu em substancial produção acadêmica. Além dos mais conhecidos "*A sociedade aberta e seus inimigos*" (POPPER, 1974) e "*A miséria do historicismo*" (POPPER, 1980), o autor escreveu uma série de textos em que a crítica a todas as formas de autoritarismo e à violência para a solução de conflitos são



uma constante, entre eles destacam-se: "Humanismo e razão", "Utopia e violência", "A história do nosso tempo: uma visão otimista", "A opinião pública e os princípios liberais", "*Previsão e profecia nas ciências sociais*", todos eles reunidos na obra "*Conjecturas e refutações*" (POPPER, 1972), além da obra "*Lógica das ciências sociais*" (POPPER, 1978).

A preocupação do autor austríaco é preservar o que poderia restar do conceito de verdade (não se deve esquecer que ele foi um dos principais responsáveis pelo questionamento das concepções de origem positivista sobre a verdade das teorias científicas), ou seja, sua proposta de apresentar a verdade como um farol que ilumina a busca, um objetivo não atingível, mas que deve ser perseguido pode ser entendido como uma tentativa de garantir as condições para uma escolha e um debate racional na ciência.

3- Thomas Kuhn e a Estrutura da Revolução Científica

Analisar o pensamento de Kuhn significa perceber como sua obra desencadeou uma rediscussão sobre as relações entre a ciência e sociedade. Sua obra intitulada "Estrutura das relações científicas" publicada em 1962 foi impactante e gerou pelo menos dois efeitos colaterais poderosos, a saber: o surgimento da possível concretização de tendência de se ter questões extremamente técnicas e, de certa forma, estereis e, ainda, acirrou o debate sobre a querela sobre o lugar que a ciência ocupa, ou pelo menos, deveria ocupar na sociedade.

Assim tendo propiciado a liberação involuntária, recolocando o debate em torno da interface existente entre a ciência e a sociedade, apesar de sua revelia. Sendo imperiosa uma reavaliação sobre as teses principais para se compreender a questão sobre a interação entre os fatores racionais e os valores sociais. Kuhn corresponde a mais influente figura na filosofia da ciência de origem inglesa da segunda



metade do século XX. E sua atividade é atestada pelos inúmeros trabalhos acadêmicos que o enfoca, e sua obra mesmo depois de mais de meio século ainda é consagrado como o maior best-seller da história da epistemologia, tendo marcado seu valor nos debates sobre as questões filosóficas referentes à ciência. Kuhn é apresentado como doutrinador envolvido com Stephen Toulmin, Irene Lakatos e Paul Feyerabend, entre outros, na formulação de uma nova concepção de ciência contraposta àquela defendida pelo positivismo lógico, sendo responsável pela mudança de paradigma na epistemologia inglesa. O autor atribuiu papel epistemológico importante à história e, não meramente ilustrativo, na construção da racionalidade científica. A lógica da ciência não seria indutivista e o método científico não seria um critério de demarcação suficiente e nem seria a metafísica necessariamente nociva à ciência.

Assim, produziu-se uma nova imagem da ciência. A chamada nova filosofia da ciência ou filosofia histórica da ciência é apenas uma das faces da mesma moeda, sendo outra tradição positivista, pois Kuhn ainda concebe a ciência de forma unificada, contendo a mera inversão da ênfase da observação e do experimento para a teoria. A reconstrução da ciência por Kuhn, a forma como o pensador articulou o distanciamento apesar de dar margem a uma reaproximação entre os domínios do social e do científico; analisando o paradigma da ciência normal e a revolução científica. Ademais, o papel da história da ciência para Kuhn com o fito de decifrar a verdade sobre o lugar ocupado pela ciência perante a sociedade. E, a relação de rejeição com os defensores do mencionado inicialmente, de forma clara, os desdobramentos de suas teses originárias. O desenvolvimento científico se dá na tensão essencial entre o normal e o revolucionário. Mas o intento de Kuhn era defender a autonomia e a independência da ciência, e a evolução estratégica do que chamou ciência normal. A ciência normal é formada pelo binômio indissociável com o paradigma. A ciência entra numa fase normal, quando guiada por um paradigma. A ciência normal, segundo Kuhn, significa a pesquisa fomentada e baseada em uma ou mais realizações científicas do passado. As realizações científicas

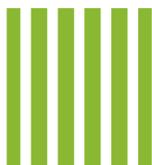




desempenham o papel de um exemplar que o primitivo sentido do paradigma.

Duras críticas são dirigidas e à polissemia que envolve o conceito de paradigma elaborado por Kuhn, vindo até substituir o termo por “matriz disciplinar” que é composta por quatro elementos principais: exemplares, generalizações, simbólicas, modelos e valores. E, em seus últimos trabalhos também se encontra o termo “léxico”. Os paradigmas possibilitam o advento do consenso o que é visível nas revistas especializadas bem como nos manuais acadêmicos sobre os fundamentos da prática científica. De posse dos paradigmas cessam os debates de ordem metodológica e que apontam os meios aptos a investigação de ordem epistemológica (que apontam a natureza das entidades investigadas). A dita ciência normal visa o aperfeiçoamento de questões relacionadas com os três domínios. Além disso, a referida modalidade de ciência ocupa-se das operações de limpeza que se refere à depuração das inconsistências dos paradigmas. A maioria dos cientistas se ocupa dessas operações de limpeza durante toda a sua carreira. Traduz-na pura ciência, o que parece ser a tentativa de encaixar a natureza dentro dos limites prefixados e relativamente inflexíveis fornecidos pelos paradigmas. É tarefa formidável e moldurante. Visam os cientistas se aprofundar no conhecimento de fatos pré-selecionados pelo paradigma, buscando otimizar a correlação desses fatos com o paradigma. Conclui-se que de certo modo, tudo já foi previsto pelo paradigma, qualquer novidade, seja a inovação de uma teoria, seja a descoberta de um fato, deve ser ignorada de modo a garantir a subsistência da ciência normal.

A normalidade científica ocorre quando a pesquisa é conduzida sob a forma de resolução de quebra-cabeças. Kuhn veio a descontentar alguns pensadores e até cientistas ao afirmar que a motivação é a busca da verdade, mas sim, solucionar os quebra-cabeças, ou seja, promovendo a habilidade para tornar o aparentemente anômalo (o que pode corresponder a um contra-exemplo do paradigma) resultando em um problema solúvel através do paradigma vigente. Assim o paradigma exerce para ciência, uma



função semelhante ao dogma para religião (aliás, há um trabalho de Kuhn sob o título de “A função do dogma na investigação científica”). A ciência normal qualificada, por Kuhn corresponde à pesquisa especializada. Pois o pensador acreditava que a especialização é a condição para o progresso científico. Mas com o passar do tempo, reduziu Kuhn a relevância dada à especialização na obtenção do progresso científico e tal imbricação já é notada na obra “A estrutura das revoluções científicas”. O pressuposto principal da especialização segundo Kuhn é o de haver o consenso que, por sua vez, remonta ao conceito de paradigma. Pois o paradigma instaura a concordância em torno das questões fundamentais, de forma que se torna necessário discutir quais feitos deve ser investigado, quais métodos devem ser empregados, nem quais soluções devem ser encontradas.

O referido consenso é o grande responsável pelo avanço na solução dos problemas. O desiderato do conhecimento científico é mesmo o progresso, concluiu Kuhn. Apesar de não ser necessariamente cumulativo, pois é uma diferença específica da ciência em face das outras formas de conhecimento. Todas as suas reconstruções tendem a ratificar o progresso da ciência, seja no sentido normal ou no sentido revolucionário ou de ruptura. O que já não mina a autoridade cultural exercida pela ciência. Afinal o consenso justamente assegura a possibilidade de crescimento de conhecimento científico. O progresso científico é decorrência do consenso engendrado pelo paradigma. Na ciência normal, o progresso é linear e cumulativo. O que não ocorre quando se tem a concepção descontinuísta de progresso concernente às revoluções científicas. O progresso queniano ocorre por duas formas diferentes, a saber: (mas são complementares) o progresso contínuo que ocorre na ciência normal e o progresso não cumulativo (que eclode nas revoluções científicas). A noção de ciência normal foi criticada por Popper que via grande perigo nisso, na suposta atitude dogmática e possibilidade de ter que se tornar normal com o aumento da especialização (o que é o perigo para a nossa civilização).





A crítica também foi acompanhada por Watkins e Feyerabend que possuía estilo incisivo quando disse: “Pois tudo indica que o crime organizado é a solução de enigmas por *excellence*. Todo enunciado feito por Kuhn sobre a ciência normal permanece verdadeiro. Já indicara em sua obra que os níveis descritíveis e prescritíveis são praticamente inextricáveis. Logo, a reconstrução implica como deve acontecer na ciência, e nas coisas. Assim, a ciência perde uma atitude crítica que é numa característica salutar do conhecimento científico (ou seja, a não aceitação passiva da transmissão do conhecimento e de valores). Mas não é preciso que os cientistas pensem da mesma forma, apesar do consenso sobre os fundamentos, pois existem pontos passíveis de aperfeiçoamento.

O acordo sobre os fundamentos é o que distingue a ciência como uma forma bem-sucedida de conhecimento das demais formas. Com o paradigma, a ciência não perde tempo em discussões e poderia lograr o progresso. Há uma recomendação indesejável ao cientista, no sentido de ser acrítico e deixar de pensar filosoficamente. Enfim, há de se enfrentar o falso dilema de escolher entre o aprofundamento do conhecimento e o debate reflexivo, uma vez que ambos podem e devem andar juntos. Kuhn com razão equiparou o debate crítico e reflexivo à filosofia e que só se deve recorrer quando não mais vige o consenso. Assim, a filosofia funcionaria como remédio para anormalidade. A separação entre a ciência e a filosofia fora constatada com o advento da modernidade.

Exercícios Propostos

01-(ENEM PPL 2012) Assentado, portanto, que a Escritura, em muitas passagens, não apenas admite, mas necessita de exposições diferentes do significado aparente das palavras, parece-me que, nas discussões naturais, deveria ser deixada em último lugar.





GALILEI, G. Carta a Benedetto Castelli. In: *Ciência e fé: cartas de Galileu sobre o acordo do sistema copernicano com a Bíblia*. São Paulo: Unesp, 2009. (adaptado)

O texto, extraído da carta escrita por Galileu (1564-1642) cerca de trinta anos antes de sua condenação pelo Tribunal do Santo Ofício, discute a relação entre ciência e fé, problemática cara no século XVII. A declaração de Galileu defende que

- A) a bíblia, por registrar literalmente a palavra divina, apresenta a verdade dos fatos naturais, tornando-se guia para a ciência.
- B) o significado aparente daquilo que é lido acerca da natureza na bíblia constitui uma referência primeira.
- C) as diferentes exposições quanto ao significado das palavras bíblicas devem evitar confrontos com os dogmas da Igreja.
- D) a bíblia deve receber uma interpretação literal porque, desse modo, não será desviada a verdade natural.
- E) os intérpretes precisam propor, para as passagens bíblicas, sentidos que ultrapassem o significado imediato das palavras.

02- (UNESP 2012) Se me mostrarem um único ser vivo que não tenha ancestral, minha teoria poderá ser enterrada.

Charles Darwin

Sobre essa frase, afirmou-se que:

- I. Contrapõe-se ao criacionismo religioso.
- II. Contrapõe-se ao essencialismo de Platão, segundo o qual todas as espécies têm uma essência fixa e eterna.
- III. Sugere uma possibilidade que, se comprovada, poderia refutar a hipótese evolutiva darwiniana.
- IV. Propõe que as espécies atuais evoluíram a partir da modificação de espécies ancestrais, não aparentadas entre si.
- V. Nega a existência de espécies extintas, que não deixaram descendentes.





É correto o que se afirma em:

- A) IV, apenas.
- B) II e III, apenas.
- C) III e IV, apenas.
- D) I, II e III, apenas.
- E) I, II, III, IV e V.

03-(UFMS 2015) Há diversos indícios empíricos da evolução das espécies. Alguns desses indícios são conhecidos desde Darwin, tais como o registro fóssil, as variações entre indivíduos de uma mesma espécie e a distribuição geográfica das espécies. Outros indícios provêm de estudos mais recentes, notadamente em genética. O conjunto desses indícios torna a teoria da evolução mais provavelmente verdadeira que qualquer outra hipótese alternativa. Essa inferência, em que se parte de indícios empíricos e se conclui com teorias ou enunciados gerais, é comumente chamada de inferência

- A) lógica
- B) dedutiva
- C) analógica
- D) indutiva
- E) biológica

04-(UFMA 2006) Identifique as afirmativas que contêm proposições corretas quanto à objetividade requisitada pelo conhecimento científico. A seguir, marque a opção correta.

- I. A neutralidade científica necessária para a efetivação da objetividade não pode ser pensada de forma absoluta.
- II. O evento investigado pelo cientista possibilita sua plena compreensão e, portanto, a obtenção de um conhecimento infalível e verdadeiro.
- III. A ciência avança por uma série de aproximações para uma verdade objetiva jamais alcançada, sendo possível afirmar apenas que há um certo grau de objetividade.



IV. O uso de métodos, testes, amostras significativas, preservaria o rigor, garantindo por si só a objetividade do conhecimento científico. Estão corretas apenas:

- A) II e III
- B) I, II e IV
- C) I e III
- D) I e IV
- E) II, III e IV

05-(UEL 2005) “As experiências e erros do cientista consistem de hipóteses. Ele as formula em palavras, e muitas vezes por escrito. Pode então tentar encontrar brechas em qualquer uma dessas hipóteses, criticando-a experimentalmente, ajudado por seus colegas cientistas, que ficarão deleitados se puderem encontrar uma brecha nela. Se a hipótese não suportar essas críticas e esses testes pelo menos tão bem quanto suas concorrentes, será eliminada”.

POPPER, Karl. *Conhecimento objetivo*. Trad. de Milton Amado. São Paulo: Edusp & Itatiaia, 1975. p. 226.

Com base no texto e nos conhecimentos sobre ciência e método científico, é correto afirmar:

- A) O método científico implica a possibilidade constante de refutações teóricas por meio de experimentos cruciais.
- B) A crítica no meio científico significa o fracasso do cientista que formulou hipóteses incorretas.
- C) O conflito de hipóteses científicas deve ser resolvido por quem as formulou, sem ajuda de outros cientistas.
- D) O método crítico consiste em impedir que as hipóteses científicas tenham brechas.
- E) A atitude crítica é um empecilho para o progresso científico.

06-(UFMS 2015) Há muitas razões para valorizar a ciência. A importância de prever e explicar fenômenos naturais e facilitar nosso



controle de ambientes hostis, facilitando nossa adaptação, é uma delas. Em função do sucesso que a ciência tem em explicar muitos fenômenos, a maioria das pessoas não diretamente envolvidas com atividades científicas tende a pensar que uma teoria científica é um conjunto de leis verdadeiras e infalíveis sobre o mundo natural. Mudanças teóricas radicais na história da ciência (como a substituição de um modelo geocêntrico por um modelo heliocêntrico de explicação do movimento planetário) levaram filósofos a suspeitar dessa imagem das teorias científicas. A teoria da ciência do físico e filósofo austríaco Karl Popper se caracterizou por sustentar que as leis científicas possuem um caráter

- I. Hipotético e provisório.
- II. Assistemático e irracional.
- III. Matemático e formal.
- IV. Contraditório e tautológico.

É/São verdadeira(s) a(s) assertiva(s)

- A) I apenas.
- B) I e II apenas.
- C) III apenas.
- D) II e IV apenas.
- E) III e IV apenas.

07-(UNICENTRO 2010) Consideremos o campo da epistemologia contemporânea; sob esse aspecto, podemos afirmar que a posição de Thomas Kuhn (1922-1996), em relação à ciência, se contrapõe à concepção científica de Karl Popper (1902-1994)? Assinale a alternativa correta.

A) Sim, Kuhn se contrapõe à teoria de Popper ao negar que o desenvolvimento da ciência se dê mediante o ideal de refutação. Ao contrário, Kuhn afirma que a ciência progride pela tradição intelectual representada pelo *paradigma* que é a visão de mundo expressa numa teoria.





B) Não, Kuhn absorve a teoria da *refutabilidade* de Popper ao desenvolver sua concepção de paradigma científico. Para ambos, o que garante a verdade de um discurso científico é sua condição de *justificação*, ou seja, quando uma teoria é justificada ela é corroborada.

C) Não, Kuhn argumentou que uma teoria, como *paradigma*, deve ser desenvolvida em vez de criticada, motivo pelo qual ele não poderia opor-se ao pensamento de Popper. Sua tentativa será outra: tentar harmonizar aqueles pontos de vista que divergem do seu.

D) Sim, Kuhn cedo abandonou o empirismo, classificando-se como anarquista epistemológico. Dessa forma, opôs-se não apenas à concepção metodológica de Popper como também de outros contemporâneos seus, como Lakatos, por exemplo. Diferentemente de Popper, Kuhn anuncia que as teorias não são nem verdadeiras, nem falsas, mas úteis.

E) Sim, diferentemente de Popper, para quem a física newtoniana era considerada a imagem verdadeira do mundo, tendo como pressupostos o mecanicismo e o determinismo, Kuhn estabelece como paradigma de sua concepção de ciência o irracionalismo de Heisenberg e seu *princípio da incerteza*.

08-(UEM 2012) “O filósofo Thomas Kuhn afirma que uma teoria se torna um modelo de conhecimento ou um paradigma científico. O paradigma se torna o campo no qual uma ciência trabalha normalmente, sem crises. Em tempos normais, um cientista, diante de um fato ou de um fenômeno ainda não estudado, o explica usando o modelo ou o paradigma científico existente. Em contraposição à *ciência normal*, ocorre a *revolução científica*. Uma revolução científica acontece quando o cientista descobre que o paradigma disponível não consegue explicar um fenômeno ou um fato novo, sendo necessário produzir um outro paradigma.”

CHAUÍ, M. *Convite à Filosofia*. 14.^a ed. São Paulo: Ática, 2011, p. 281).

Sobre isso, é correto afirmar que:





- 01) o paradigma científico é o campo teórico do cientista porque fornece os parâmetros para a ciência normal.
- 02) a teoria torna-se um modelo de conhecimento porque ela se constitui como uma explicação dos fenômenos para o cientista.
- 04) o paradigma científico é incompleto porque os cientistas estão sempre negando os paradigmas.
- 08) a revolução científica é um avanço na ciência porque os cientistas sempre descobrem que as teorias anteriores estavam erradas.
- 16) embora verdadeiros, os paradigmas científicos são mutáveis porque os cientistas podem alcançar os limites dos modelos teóricos.

Somatório: 19

09-(UNIOESTE 2009) “Segundo o filósofo da ciência Thomas Kuhn, paradigma é um conjunto sistemático de métodos, formas de experimentações e teorias que constituem um modelo científico, tornando-se condição reguladora da observação. [...] A ciência normal, conforme Kuhn funciona submetida por paradigmas estabelecidos historicamente num campo contextual de problemas e soluções concretas. [...] Os paradigmas são estabelecidos nos momentos de revolução científica [...] Portanto, para Kuhn, a ciência se desenvolve por meio de rupturas, por saltos e não de maneira gradual e progressiva”.

(E. C. Santos)

Sobre a concepção de ciência de Kuhn, é **INCORRETO** afirmar que:

- A) o desenvolvimento científico não se dá de modo linear, cumulativo e progressivo.
- B) o desenvolvimento científico possui momentos de revolução, de ruptura, nos quais há mudança de paradigma.
- C) a ciência normal é o período em que a pesquisa científica é dirigida por um paradigma.
- D) um exemplo de mudança de paradigma (revolução) na Astronomia é a substituição do sistema geocêntrico aristotélico-ptolomaico pelo sistema heliocêntrico copernicano-galilaico.





E) a ciência não está submetida, de forma alguma, às condições históricas.

10-(UEM 2008) A epistemologia de Thomas Kuhn tem como tese fundamental a mudança de paradigmas que provoca as revoluções científicas; enquanto a epistemologia de Karl Popper se caracteriza pelo princípio da falseabilidade. Assinale o que for **correto**.

01) Para Thomas Kuhn, as mudanças de paradigmas nas teorias científicas desorganizam a ciência a ponto de impedir um avanço do conhecimento.

02) Para Thomas Kuhn, a revolução copernicana que substituiu a explicação ptolomaica geocêntrica pela explicação heliocêntrica caracteriza uma mudança de paradigma e uma revolução na ciência astronômica.

04) Para Karl Popper, o valor de uma teoria não se mede pela sua verdade, mas pela possibilidade de ser falsificada.

08) Para Thomas Kuhn, o paradigma é uma visão de mundo expressa em uma teoria; o paradigma serve para auxiliar o cientista na resolução de seus problemas.

16) Considerando o princípio da falseabilidade, a ciência, para Karl Popper, não se desenvolve de modo linear.

Cap. V FILOSOFIA PÓS-MODERNA

Moderno e pós-moderno

O termo pós-moderno teve origem em ambiente literário utilizado por Federico de Onis para indicar os movimentos que se opunham de forma total ou parcial ao modernismo. A partir de 1960 o termo foi utilizado nos Estados Unidos e depois na Europa, seja para enfatizar as mudanças da sociedade pós-industrial seja para se referir a tendências culturais específicas como na literatura e na arquitetura. A partir de 1960 o termo encontra seus significados em ambiente filosófico graças aos trabalhos de Lyotard. De fato depois disso ficou



conhecido como pós-modernos os filósofos que defendiam que a modernidade pelo menos em alguns de seus pontos essenciais tinha chegado ao fim. Assim o conceito tornou-se como uma categoria que exprime o clima e a atmosfera de nosso tempo.

Um das formas de entender melhor o conceito de pós-modernidade é exatamente colocando em confronto com o de modernidade. De forma esquemática para os pós-modernos as características da modernidade (período que vai de Descartes a Nietzsche) seriam as seguintes:

1. Crença em uma visão uni-compreensiva do mundo (idealismo, marxismo etc...) capaz de fornecer legitimações filosóficas ao conhecer e agir do homem.
2. Pensar sempre em termos de novidade e superação, ou seja, identificar o novo como o melhor e o passado como superado. Essa crença dar sempre espaço ao que está na moda, daí a palavra moderno.
3. Conceber a história em termos de emancipação, ou seja, como percurso progressivo, do qual os intelectuais conhecem os fins (a liberdade, a igualdade, o bem estar) e os meios de realização (educação emancipadora, a revolução proletária, as conquistas da técnico-científica).
4. Compreende o homem como grande dominador da natureza e a ciência como grande instrumento de controle da realidade objetiva através do experimento, reduzindo a razão a razão científica.
5. Pensavam com as categorias de unidade e totalidade desconsiderando muitas vezes a heterogeneidade dos saberes e culturas, focando-se em um único centro global de sentidos (ontológico, histórico, gnosiológico). Assim a razão ocidental poderia ser a razão dominante com uma vocação *terrorista* (Lyotard) e *violenta* (Vattimo).



A estas características gerais da modernidade, os pós-modernos contrapõe uma série de ideias que mesmo não podendo ser reduzidas apresentamos aqui algumas delas:

1. Desconfiança nos macro saberes que resolvem todos os problemas, por sua vez propõe o saber *frágil* – no sentido de desprezioso de explicações totalitárias (Vattimo) ou *instável* (Lyotard) de racionalidade baseado na convicção de inexistência de fundamentos últimos e unitários sobre o saber e agir.

2. Refutação na ênfase do novo e da tendência vanguardista da superação refuta ainda a ideia arrogante das vanguardas de desconsiderar o passado.

3. Renúncia a ideia de entender a história da humanidade como um progresso universal emancipatório. Renúncia a toda forma de teoria salvadora (política, existencial, artista).

4. Refutação de identificar a razão humana com a razão técnica-científica e de conceber o homem como senhor da natureza e do meio ambiente. Defesa das formas de ecologismo como combate aos efeitos destrutivos da economia predatória e dos controles técnicos científicos sobre a natureza e a cultura.

5. Privilegia o paradigma da multiplicidade invés da unicidade. Atenção às pluralidades e diferenças. Fazer valer os direitos das diversidades, das particularidades dos considerados disformes, fora de medida. Revalorização do passado revisitado de forma não inocente e irônica como sinal de mais amadurecimento da pessoa contemporânea. Utilização de símbolos analógicos como a figura do *signal* de vários caminhos e da torre de babel *signo* de proliferação de línguas e mundos diversos.

LYOTARD



Jean-François Lyotard (1924-1998) nasceu em Versailles França lecionou na Argélia, França e Estados Unidos. Autor de diversos escritos tendo como uma de suas obras mais conhecida *a condição pós-moderna* (1979). Para ele na sociedade da informação deve-se dar espaço ao que é alternativo, diverso e que foi renegado pelas metanarrativas da modernidade. A modernidade criou uma série de sínteses filosóficas que são fábulas para adultos, ou grandes contos, ou mesmo *grandes narrativas*. As grandes narrativas da modernidade serviram para legitimar o pensar e o agir em termos de progresso e de emancipação, além disso com uma interpretação da história como fim positivo (liberdade, igualdade).

Para Lyotard as duas grandes meta-narrações da modernidade foram o iluminismo e idealismo. As *metanarrativas iluministas* defendiam um *saber legítimo* para a emancipação e liberdade dos povos, no entanto era uma legitimidade eurocêntrica e de uma ingênua crença na razão técnico científica. Por sua vez para as *meta-narrativas idealistas* o saber é legítimo quando se configura como o conhecimento desinteressado e especulativo que o Espírito tem de si mesmo. Existem ainda duas grandes meta-narrativas; a *promessa cristã* da salvação das criaturas pelo amor do filho de Deus que de forma religiosa ou secularizada continua a condicionar a modernidade ocidental. E outra é o *capitalismo* que promete *acabar* com a pobreza pelo desenvolvimento técnico industrial. Assim, a pós-modernidade pode ser entendida como a incredulidade nas metanarrativas, nas soluções totalizantes.

VATTIMO

Gianni Vattimo nasceu em 1936 em Turim onde foi professor de filosofia e estética, também foi professor visitante em Nova York. Escritor de diversas obras como *O sujeito e a máscara*. *Nietzsche e o problema da libertação* (1980); *Depois do cristianismo* (2002). Dentre tantos estudiosos da base de sua filosofia estão Nietzsche e





Heidegger. Também ele era convencido de que vivemos a pós-modernidade e que a modernidade tinha uma busca constante por respostas unitárias e uma ideia ingênua de progresso. O fim da modernidade tem início quando se vê que não se pode mais agir e pensar a história com categorias de unidade e progresso, principalmente o progresso técnico científico que leva as pessoas a uma ação cada vez mais agressiva e predatória com a natureza. A pós-modernidade deve contar uma história mais plural enfatizar os marginalizados e descentralizar o saber. Por fim, a sociedade pós-moderna deve ser consciente dos resquícios da metafísica, mas usá-los em um mundo pós-metafísico e niilista.

Tantos outros filósofos debatem as temáticas da pós-modernidade como Habermas (1929-); e Jameson (1934-). Habermas vê a pós-modernidade como um trairamento das ideias progressivas da modernidade, assim a pós-modernidade corre o risco de ser uma época de neoconservadorismo. Da sua parte Jameson em sua obra *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio* expõe que o pós-modernismo é uma projeção ideológica do capitalismo tardio multinacional e, sobretudo um novo domínio econômico e militar da cultura norte americana.

GUY DEBORD

"Nossa ideia central é a construção de situações, isto é, a construção concreta de ambiência momentâneas da vida, e sua transformação em uma qualidade passional superior. Devemos elaborar uma intervenção ordenada sobre os fatores complexos de dois grandes componentes que interagem continuamente: o cenário material da vida, e os comportamento que ele provoca e que o alteram."



Teórico que se considerava "Doutor em nada", fundou a Internacional Situacionista, um importante movimento artístico revolucionário e escreveu "A Sociedade do espetáculo" em 1967, tal obra teve uma importante repercussão por sua versão cinematográfica na qual Debord recitava de fundo trechos do livro com imagens críticas e impactantes. A ideia do movimento situacionista foi superar o surrealismo indo além da arte e ocupando espaços artisticamente, daí surge a ideia de uma psicogeografia, que une os eixos do urbanismo, arte e política.

A sociedade do espetáculo demonstra como as situações do cotidiano consistem em uma espetacularização da realidade, dramatizada e mesmo encenada politicamente. O situacionismo entende que o produto da arte não é uma mercadoria para agradar a burguesia, o proletariado é sujeito crítico de sua representação e deve ter direito a diversão. Nesse sentido, a ideia de território é um desdobramento do consumo não só material, mas também cultural. O jogo dos acontecimentos deve dar lugar ao invés de um espetáculo, uma participação total dos agentes históricos, para isso, os artistas revolucionários deveriam se concentrar em um local comum para trabalharem unidos. Essa é também a ideia da psicogeografia, é pensar o espaço urbano através de mapas que reestruturem artisticamente a cidade de modo a valorizar a experiência afetiva com os espaços.

BAUMAN

"A "subjetividade" do sujeito, e a maior parte daquilo que essa subjetividade possibilita ao sujeito atingir, concentra-se num esforço sem fim para ela própria se tornar, e permanecer, uma mercadoria vendável" Bauman





Autor do pensamento "A pós-modernidade líquida", tudo é efêmero, nada é concreto e a volatilidade das coisas acaba refletindo em como consumimos, as coisas duram menos, são descartáveis e a necessidade de substituição é justamente para sustentar todo o sistema capitalista. Com isso, cabe uma reflexão do modo de vida que passa de uma geração que poupava e que tinham bens duráveis e a atual está baseada na troca daquilo que se torna velho, e isso reflete na relação das pessoas. O não aprofundamento da amizade e das relações amorosas.

No livro "Vida para consumo", as pessoas são mercadorias antes mesmo de ser sujeito, subjetividades são fruto justamente da compra e venda de símbolos de identidade. Ou seja, os modos de se vestir, a música e os filmes que constituem os símbolos da identidade de alguém. O consumismo acaba sendo um atributo da sociedade que se desdobra nessa tarefa cotidiana de filtrar o bombardeio de informações em escolher os meios a serem adquiridos para sentir os instantes descontínuos da felicidade. Ao mesmo tempo, isso leva a uma privatização e terceirização da responsabilidade já que os efeitos colaterais do consumismo podem sempre estar em movimento, se renovando em novos desejos a serem realizados.

MORIN

“minha mente, por mais esperta que seja, ignora tudo do cérebro do qual ela depende (...) ela só o pode conhecer por meios externos, os meios da investigação científica”

Com intuito de fazer uma reforma da maneira como se pensa as ciências humanas, Edgar Morin desenvolve o chamado pensamento complexo, para o filósofo, o pensamento simplista é cindido de sentido e importância, todos os fenômenos são teias de relações nas quais as informações lançam o pesquisador a o grande desafio da compreensão. Nesse sentido, é preciso diferenciar a complexidade da completude, ou





seja, a totalidade das coisas é sempre inacabada, a natureza é o exemplo de sistema aberto, inconstante e que se autoorganiza mesmo em toda a sua aparente desorganização. A complexidade está justamente na atenção para a integração e desintegração do universo em sua multidisciplinariedade necessária para a busca da complexidade, a aspiração da totalidade como busca da verdade já nos faz deparar que a totalidade é verdade e não-verdade simultaneamente. Desse modo, o pensamento complexo deve incorporar o simplificado, articulando ordem e desordem, autonomia e dependência, é o que Morin considera como holismo, que vem do grego todo.

Exercícios de Revisão da Apostila

01- (UFSJ 2013) Leia atentamente os fragmentos abaixo.

I. “Também tem sido frequentemente ensinado que a fé e a santidade não podem ser atingidas pelo estudo e pela razão, mas sim por inspiração sobrenatural, ou infusão, o que, uma vez aceita, não vejo por que razão alguém deveria justificar a sua fé...”.

II. “O homem não é a consequência duma intenção própria duma vontade, dum fim; com ele não se fazem ensaios para obter-se um ideal de humanidade; um ideal de felicidade ou um ideal de moralidade; é absurdo desviar seu ser para um fim qualquer”.

III. “(...) podemos estabelecer como máxima indubitável que nenhuma ação pode ser virtuosa ou moralmente boa, a menos que haja





na natureza humana algum motivo que a produza, distinto do senso de sua moralidade”.

IV. “A má-fé é evidentemente uma mentira, porque dissimula a total liberdade do compromisso. No mesmo plano, direi que há também má-fé, escolho declarar que certos valores existem antes de mim (...).”

Os quatro fragmentos de texto acima são, respectivamente, atribuídos aos seguintes pensadores

- A) Nietzsche, Sartre, Hobbes, Hume.
- B) Hobbes, Nietzsche, Hume, Sartre.
- C) Hume, Nietzsche, Sartre, Hobbes.
- D) Sartre, Hume, Hobbes, Nietzsche.

02- (UFSJ 2013) “Não que acreditemos que Deus exista; pensamos antes que o problema não está aí, no da sua existência [...] os cristãos podem apelidar-nos de desesperados”. Essa afirmação revela o pensador

- A) Thomas Hobbes, defendendo o seu pensamento objetivo de que “o homem deve ser tomado como um elemento de construção da monarquia”.
- b) Nietzsche, perseguindo o direito do homem de tomar posse do seu reino animal e da sua superação e de reconduzir-se às verdades implícitas nele próprio.
- C) Jean Paul Sartre, desenvolvendo um argumento, no qual chega à conclusão de que o existencialismo é um otimismo.
- D) David Hume, criticando as clássicas provas a favor da existência de Deus.





03-(Ifsp 2011) Ao defender as principais teses do Existencialismo, Jean Paul Sartre afirma que o ser humano está condenado a ser livre, a fazer escolhas e, portanto, a construir seu próprio destino. O pressuposto básico que sustenta essa argumentação de Sartre é o seguinte:

- A) A suposição de que o homem possui uma natureza humana, o que significa que cada homem é um exemplo particular de um conceito universal.
- B) A compreensão de que a vida humana é finita e de que o homem é, sobretudo, um ente que está no mundo para a morte.
- C) A ideia de que a existência precede a essência e, por isso, o ser humano não está predeterminado a nada.
- D) A convicção de que o homem está desamparado e é impotente para mudar o seu destino individual.
- E) A ideia de que toda pessoa tem uma potencial a realizar, desde quando nasce, mas é livre para transformar ou não essa possibilidade em realidade.

04-(Unioeste 2009) Jean Paul Sartre é um dos filósofos mais representativos do Existencialismo, com sua defesa incondicional da liberdade e do sentido ético da existência do ser humano. Assinale a alternativa que não corresponde à concepção de liberdade deste filósofo.

- A) Sartre afirma que há uma esfera objetiva de valores absolutos que determinam a liberdade.
- B) A existência precede a essência é o princípio fundamental do existencialismo sartreano.
- C) O ser humano é absolutamente responsável pelas suas escolhas por ser “liberdade enquanto tal” (Sartre).
- D) A angústia é o sentimento que surge no ser humano por ter de fazer escolhas e de ser o único responsável pelas escolhas que faz.



E) O fundamento de todos os valores humanos é a liberdade, pois o significado das escolhas, em circunstâncias concretas, é a “procura da liberdade enquanto tal” (Sartre).

05-(ENEM-2015) Ninguém nasce mulher; torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam o feminino.

BEAUVOIR, S. *O segundo sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

Na década de 1960, a proposição de Simone de Beauvoir contribuiu para estruturar um movimento social que teve como marca o(a)

- A) ação do Poder Judiciário para criminalizar a violência sexual.
- B) pressão do Poder Legislativo para impedir a dupla jornada de trabalho.
- C) organização de protestos públicos para garantir a igualdade de gênero.
- D) oposição de grupos religiosos para impedir os casamentos homoafetivos.
- E) estabelecimento de políticas governamentais para promover ações afirmativas.



06- (UFU-2005) Analise a figura a seguir.



“Parece que enquanto o conhecimento técnico expande o horizonte da atividade e do pensamento humanos, a autonomia do homem enquanto indivíduo, a sua capacidade de opor resistência ao crescente mecanismo de manipulação das massas, o seu poder de imaginação e o seu juízo independente sofreram aparentemente uma redução. O avanço dos recursos técnicos de informação se acompanha de um processo de desumanização. Assim, o progresso ameaça anular o que se supõe ser o seu próprio objetivo: a ideia de homem”.

HORKHEIMER Max. *Eclipse da razão*. Trad. de Sebastião Uchôa Leite. Rio de Janeiro: Editorial Labor do Brasil, 1976. p. 6.)

Com base no texto, na imagem e nos conhecimentos sobre racionalidade instrumental, é correto afirmar:

- A) A imagem de Chaplin está de acordo com a crítica de Horkheimer: ao invés de o progresso e da técnica servirem ao homem, este se torna cada vez mais escravo dos mecanismos criados para tornar a sua vida melhor e mais livre.
- B) A imagem e o texto remetem à ideia de que o desenvolvimento tecnológico e o extraordinário progresso permitiram ao homem atingir a autonomia plena.
- C) Imagem e texto apresentam o conceito de racionalidade que está na estrutura da sociedade industrial com o viabilizador da emancipação do homem em relação a todas as formas de opressão.
- D) Enquanto a imagem de Chaplin apresenta a autonomia dos trabalhadores nas sociedades contemporâneas, o texto de Horkheimer mostra que, quanto maior o desenvolvimento tecnológico, maior o grau de humanização.
- E) Tanto a imagem quanto o texto enaltecem a inevitável instrumentalização das relações humanas nas sociedades contemporâneas.





07-(UEL-2005) “A indústria cultural não cessa de lograr seus consumidores quanto àquilo que está continuamente a lhes prometer. A promissória sobre o prazer, emitida pelo enredo e pela encenação, é prorrogada indefinidamente: maldosamente, a promessa a que afinal se reduz o espetáculo significa que jamais chegaremos à coisa mesma, que o convidado deve se contentar com a leitura do cardápio. [...] Cada espetáculo da indústria cultural vem mais uma vez aplicar e demonstrar de maneira inequívoca a renúncia permanente que a civilização impõe às pessoas. Oferecer-lhes algo e ao mesmo tempo privá-las disso é a mesma coisa”.

ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. *Dialética do esclarecimento*. Trad. de Guido Antônio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997. p. 130-132.)

Com base no texto e nos conhecimentos sobre indústria cultural em Adorno e Horkheimer, é correto afirmar:

- A) A indústria cultural limita-se a atender aos desejos que surgem espontaneamente da massa de consumidores, satisfazendo as aspirações conscientes de indivíduos autônomos e livres que escolhem o que querem.
- B) A indústria cultural tem um desempenho pouco expressivo na produção dos desejos e necessidades dos indivíduos, mas ela é eficiente no sentido de que traz a satisfação destes desejos e necessidades.
- C) A indústria cultural planeja seus produtos determinando o que os consumidores desejam de acordo com critérios mercadológicos. Para atingir seus objetivos comerciais, ela cria o desejo, mas, ao mesmo tempo, o indivíduo é privado do acesso ao prazer e à satisfação prometidos.
- D) O entretenimento que veículos como o rádio, o cinema e as revistas proporcionam ao público não pode ser entendido como forma de exploração dos bens culturais, já que a cultura está situada fora desses canais.



E) A produção em série de bens culturais padronizados permite que a obra de arte preserve a sua capacidade de ser o suporte de manifestação e realização do desejo: a cada nova cópia, a crítica se renova.

08-(UEL-2005)“A diversão é o prolongamento do trabalho sob o capitalismo tardio. Ela é procurada por quem quer escapar ao processo de trabalho mecanizado, para se pôr de novo em condições de enfrentá-lo. Mas, ao mesmo tempo, a mecanização atingiu um tal poderio sobre a pessoa em seu lazer e sobre a sua felicidade, ela determina tão profundamente a fabricação das mercadorias destinadas à diversão, que esta pessoa não pode mais perceber outra coisa senão as cópias que reproduzem o próprio processo de trabalho”.

ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. *Dialética do esclarecimento*. Trad. de Guido Antônio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997. p.128.

Com base no texto e nos conhecimentos sobre trabalho e lazer no capitalismo tardio, em Adorno e Horkheimer, é correto afirmar:

A) Há um círculo vicioso que envolve o processo de trabalho e os momentos de lazer. Com o objetivo de fugir do trabalho mecanizado e repor as forças, o indivíduo busca refúgio no lazer, porém o lazer se estrutura com base na mesma lógica mecanizada do trabalho.

B) Apesar de se apresentarem como duas dimensões de um mesmo processo, lazer e trabalho se diferenciam no capitalismo tardio, na medida em que o primeiro é o espaço do desenvolvimento das potencialidades individuais, a exemplo da reflexão.

C) Mesmo sendo produzidas de acordo com um esquema mercadológico que fabrica cópias em ritmo industrial, as mercadorias acessadas nos momentos de lazer proporcionam ao indivíduo plena diversão e cultura.



D) Tanto o trabalho quanto o lazer preservam a autonomia do indivíduo, mesmo nos processos de mecanização que caracterizam a fabricação de mercadorias no capitalismo tardio.

E) As atividades de lazer no capitalismo tardio, como o cinema e a televisão, são caminhos para a politização e aquisição de cultura pelas massas, aproximando-as das verdadeiras.

09- (UEL 2013) Leia o texto a seguir.

O modo de comportamento perceptivo, através do qual se prepara o esquecer e o rápido recordar da música de massas, é a desconcentração. Se os produtos normalizados e irremediavelmente semelhantes entre si, exceto certas particularidades surpreendentes, não permitem uma audição concentrada, sem se tornarem insuportáveis para os ouvintes, estes, por sua vez, já não são absolutamente capazes de uma audição concentrada. Não conseguem manter a tensão de uma concentração atenta, e por isso se entregam resignadamente àquilo que acontece e flui acima deles, e com o qual fazem amizade somente porque já o ouvem sem atenção excessiva.

ADORNO, T. W. O fetichismo na música e a regressão da audição. In: Adorno et al. *Textos escolhidos*. São Paulo: Abril Cultural, 1978, p.190. Coleção Os Pensadores.

As redes sociais têm divulgado músicas de fácil memorização e com forte apelo à cultura de massa. A respeito do tema da regressão da audição na Indústria Cultural e da relação entre arte e sociedade em Adorno, assinale a alternativa correta.





- A) A impossibilidade de uma audição concentrada e de uma concentração atenta relaciona-se ao fato de que a música tornou-se um produto de consumo, encobrendo seu poder crítico.
- B) A música representa um domínio particular, quase autônomo, das produções sociais, pois se baseia no livre jogo da imaginação, o que impossibilita estabelecer um vínculo entre arte e sociedade.
- C) A música de massa caracteriza-se pela capacidade de manifestar criticamente conteúdos racionais expressos no modo típico do comportamento perceptivo inato às massas.
- D) A tensão resultante da concentração requerida para a apreciação da música é uma exigência extramusical, pois nossa sensibilidade é naturalmente mais próxima da desconcentração.
- E) Audição concentrada significa a capacidade de apreender e de repetir os elementos que constituem a música, sendo a facilidade da repetição o que concede poder crítico à música.

10- (VUNESP-2014) A condenação à violência pode ser estendida à ação dos militantes em prol dos direitos animais que depredaram os laboratórios do Instituto Royal, em São Roque. A nota emocional é difícil de contornar: 178 cães da raça beagle, usados em testes de medicamentos, foram retirados do local. De um lado, por mais que seja minimizado e controlado, há o sofrimento dos bichos. Do outro lado, está nosso bem maior: nas atuais condições, não há como dispensar testes com animais para o desenvolvimento de drogas e medicamentos que salvarão vidas humanas. (Direitos animais. Veja, 25.10.2013.) Sob o ponto de vista filosófico, os valores éticos envolvidos no fato relatado envolvem problemas essencialmente relacionados

- A) aos interesses econômicos da indústria farmacêutica.
- B) a diferentes concepções de natureza religiosa.
- C) a disputas políticas de natureza partidária.
- D) à instituição liberal da propriedade privada.
- E) à legitimidade do domínio da natureza pelo homem.





11-(VUNESP-2014) A medicalização de condutas classificadas como “anormais” se estendeu a praticamente todos os domínios de nossa existência. A quem interessa a medicalização da vida? Sandra Caponi – A muitas pessoas. Em primeiro lugar ao saber médico, aos psiquiatras, mas também aos médicos gerais e especialistas. Interessa muito especialmente aos laboratórios farmacêuticos que, desse modo, podem vender seus medicamentos e ampliar o mercado de consumidores de psicofármacos de modo quase indefinido. Porém, esse interesse seria irrelevante se não existisse uma demanda social que aceita e até solicita que uma ampla variedade de comportamentos cotidianos ingresse no domínio do patológico. Um exemplo bastante óbvio é a escola. Crianças com problemas de comportamento mais ou menos sérios hoje recebem rapidamente um diagnóstico psiquiátrico. São medicadas, respondem à medicação e atingem o objetivo social procurado. Essas crianças que tomam ritalina ou antipsicóticos ficam mais calmas, mais sossegadas, concentradas e, ao mesmo tempo, mais tristes e isoladas. (www.ihuonline.unisinos.br. Adaptado.)
Podemos considerar como uma importante implicação filosófica da medicalização da vida

- A) a incorporação do conhecimento científico como meio de valorização da autonomia emocional e intelectual.
- B) a institucionalização de procedimentos de análise e de cura psiquiátrica absolutamente objetivos e eficientes.
- C) a proliferação social de conhecimentos e procedimentos médicos que pressupõem a patologização da vida cotidiana.
- D) a contribuição eticamente positiva da psiquiatrização do comportamento infantil e juvenil na esfera pedagógica.
- E) o caráter neutro do progresso científico em relação a condicionamentos materiais e a demandas sociais.





12-(**IJA-2018**) O pensamento de Michel Foucault exerce influência atualmente em várias áreas do conhecimento humano e da produção científica. Foucault produziu sua obra na segunda metade do século XX, e sobre ela é CORRETO afirmar que:

- A) sofreu forte influência do positivismo.
- B) abordou, de forma praticamente pioneira, temas, como a loucura e a sexualidade.
- C) refutou ideias defendidas por Nietzsche no século XIX.
- D) desenvolveu propostas levantadas anteriormente por Habermas.
- E) encontrou no pragmatismo sua melhor classificação.

13- (**IJA-2018**) As obras de Gilles Deleuze e de Michel Foucault estão ligadas à chamada:

- A) Arqueogenealogia.
- B) Psicanálise.
- C) Fenomenologia.
- D) Hermenêutica.
- E) Linguística.

14-(**ENEM-2010**) A lei não nasce da natureza, junto das fontes frequentadas pelos primeiros pastores; a lei nasce das batalhas reais, das vitórias, dos massacres, das conquistas que têm sua data e seus heróis de horror: a lei nasce das cidades incendiadas, das terras devastadas; ela nasce com os famosos inocentes que agonizam no dia que está amanhecendo.

FOUCAULT, Michel. Aula de 14 de janeiro de 1976. In: *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.



O filósofo Michel Foucault (séc. XX) inova ao pensar a política e a lei em relação ao poder e à organização social. Com base na reflexão de Foucault, a finalidade das leis na organização das sociedades modernas é

- A) combater ações violentas na guerra entre as nações.
- B) coagir e servir para refrear a agressividade humana.
- C) criar limites entre a guerra e a paz praticadas entre os indivíduos de uma mesma nação.
- D) estabelecer princípios éticos que regulamentam as ações bélicas entre países inimigos.
- E) organizar as relações de poder na sociedade e entre os Estados.

15-(Ueg 2013) As histórias, resultado da ação e do discurso, revelam um agente, mas este agente não é autor nem produtor. Alguém a iniciou e dela é o sujeito, na dupla acepção da palavra, mas ninguém é seu autor.

ARENDDT, Hannah. *A condição humana*. Apud SÁTIRO, A.; WUENSCH, A. M. *Pensando melhor – iniciação ao filosofar*. São Paulo: Saraiva, 2001. p. 24.

A filósofa alemã Hannah Arendt foi uma das mais refinadas pensadoras contemporâneas, refletindo sobre eventos como a ascensão do nazismo, o Holocausto, o papel histórico das massas etc. No trecho citado, ela reflete sobre a importância da ação e do discurso como fomentadores do que chama de “negócios humanos”. Nesse sentido, Arendt defende o seguinte ponto de vista:

- A) a condição humana atual não está condicionada por ações anteriores, já que cada um é autor de sua existência.





- B) a necessidade do ser humano de ser autor e produtor de ações históricas lhe tira a responsabilidade sobre elas.
- C) o agente de uma nova ação sempre age sob a influência de teias preexistentes de ações anteriores.
- D) o produtor de novos discursos sempre precisa levar em conta discursos anteriores para criar o seu.

24-(ENEM- 2014) “É importante não confundir moralidade – certo e errado – com a lei. É claro que a moralidade e a lei muitas vezes coincidem. Por exemplo, roubar e matar é moralmente errado. Também é contra lei. Mas a moralidade e a lei não precisam coincidir.”
LAW, S. *Os arquivos filosóficos*. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p. 147-148.

Quando há discordância entre moralidade e legalidade na sociedade, ocorre a existência de

- A) uma legalidade laica.
- B) leis fundadas em valores morais.
- C) ações ilegais como sendo imorais.
- D) leis injustas na sociedade.
- E) normas que opõem lei e justiça.





Glossário

Abjuração – Renúncia, conversão religiosa.

Alienação – Estranhamento e alheamento a si próprio na perda da totalidade do processo de conhecimento.

Axioma – Premissa evidente, fundamento de uma demonstração, que por sua vez, é indemonstrável e irrefutável.

Da-sein – Ser existente, ente humano.

Gnosilogia – Teoria acerca dos limites e condicionamento do ato de conhecer.

Intencionalidade – Estatuto da consciência dirigida a algo.

Imanência – Qualidade interior da parte do ser.

Materialismo – Doutrina que identifica a matéria como realidade fundamental dos fenômenos naturais, sociais e mentais.

Metanarrativa – Uma narrativa que reflete sobre e além da perspectiva de um discurso teórico.

Nazismo – Forma de fascismo de extrema direita que causou o holocausto baseado no arianismo.

Ontologia – Estudo das propriedades do ser como aquilo que torna possível a multiplicidade da existência.

Onto-teologia – A ontologia de Deus como fundamento metafísico.

Panóptico – Mecanismo de controle estruturado pela vigilância em 360°.



Performatividade – Gesto do gênero que produz significatividades.

Positivismo – Sistema que ordena o progresso contínuo das ciências.

Queer – Teoria de gênero não normativa e binária.

sine qua non – Condição elemental de uma cláusula argumentativa.

Totalitarismo – Teoria política que condiciona o ser humano como servo de um estado ditatorial.

Transcendência – Transposição do que está além da capacidade da consciência.

Virtual – O que existe apenas como potência.

Referências Bibliográficas

ADORNO, T. W. O fetichismo na música e a regressão da audição. In: **Adorno et all. Textos escolhidos**. São Paulo: Abril Cultural, 1978

ADORNO, Theodor WHORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**. Trad. De Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

ARENDT, Hannah. A condição humana. Apud SÁTIRO, A.; WUENSCH, A. M. **Pensando melhor – iniciação ao filosofar**. São Paulo: Saraiva, 2001.

ARENDT, Hannah. **Responsabilidade e julgamento**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

AYUB, João Paulo. **Introdução à analítica do poder de Michel Foucault**. São Paulo: Intermeios, 2014.





BACHELARD, Gaston. **A poética do devaneio**. Trad. Antônio Danesi. Martins Fontes São Paulo, 1996.

BAKEWELL, Sarah. **No Café Existencialista**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2017.

BAUMAN, Zigmunt. **Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadoria**. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 2008.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**. – a experiência vivida; tradução de Sérgio Millet. 4 ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1980.

BELLO, Andela. **A fenomenologia do ser humano: traços de uma filosofia do feminino**. Trad. Atonio Angonese. Bauru, São Paulo: Edusc, 2000.

BENJAMIN, Walter. **Sobre alguns temas em Baudelaire**. Trad. In: _____. Charles Baudelaire, um lírico no auge do capitalismo. 3. ed. Trad. Hemerson Alves Batista; José Carlos Martins Barbosa. São Paulo: Brasiliense, 1995. (Obras escolhidas, v. 3)

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão de identidade**. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CAMUS, Albert. **A queda**. Trad. de Valerie Rumjanek. São Paulo: Record, 1997.

CABRAL, João Francisco Pereira. "A concepção de ciência de Karl Popper"; **Brasil Escola**. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/filosofia/a-concepcao-ciencia-karl-popper.htm>.





CARNAP, R. (1975). **Testabilidade e Significado**. Em Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural. Vol. XLIV. (tradução de Pablo Mariconda).

Carnap, R., (1956). **Meaning and Necessity: a Study in Semantics and Modal Logic**. University of Chicago Press

CHALMERS, Alan F. **A Fabricação da Ciência**. São Paulo: Editora Unesp, 1994.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo; Comentários sobre a sociedade do espetáculo**. Trad. Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

ESPOSITO, Roberto. **Bios: biopolítica e filosofia**. Lisboa: Edições 70, 2010.

FREGE, G. **Lógica e Filosofia da Linguagem**. Trad. de Paulo Alcoforado. São Paulo: Cultrix. 2002.

FREITAG, Bárbara. **A teoria crítica ontem e hoje**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

FOUCAULT, Michel. Aula de 14 de janeiro de 1976. **In: Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. **História da Sexualidade I: A Vontade de Saber**. 22ª. Impressão. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2012.

HABERMAS, J. **Consciência moral e agir comunicativo**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

HABERMAS, Jürgen. **Comentários à Ética do Discurso**. Trad. de Gilda Lopes Encarnação. Lisboa: Instituto Piaget, 1999





HEIDEGGER, Martin. A Essência da verdade. In: _____. **Ser e verdade**. Tradução de Emmanuel Carneiro Leão. (Petrópolis, Bragança Paulista: Vozes, Ed. Univ. S. Francisco, 2007.)

HONNETH, Axel. Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais. Tradução de Luiz Repa; apresentação de Marcos Nobre. São Paulo: Ed. 34, 2003.

HORKHEIMER Max. **Eclipse da razão**. Trad. de Sebastião Uchôa Leite. Rio de Janeiro: Editorial Labor do Brasil, 1976.

HUSSERL, Edmund. **A ideia da Fenomenologia**. Trad. Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 2008.

KRIPKE, S. **Naming and Necessity**. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1972.

KUHN, T. S. **The Structure of Scientific Revolutions**, 2nd. ed. [Univ. of Chicago Pr]. 1970

KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**, 7^a ed. São Paulo: Perspectiva, 2003

LAW, S. **Os arquivos filosóficos**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

LYOTARD, Jean-François. **A condição pós moderna**. Trad. Trad. Ricardo Corrêa Barbosa; posfácio: Silviano Santiago – 6. ed. – Rio de Janeiro: José Olympio, 2000.

MARCUSE, Herbert. **A dimensão estética**. Maria Elisabete Costa. São Paulo: Martins Fontes Editora, 1977.

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da percepção**. Trad. Carlos Alberto Ribeiro de Moura. São Paulo: Martins Fontes, 1999.





MOGENDORFF, Janine Regina. **A Escola de Frankfurt e seu legado.** Verso e Reverso, XXVI(63), p. 152-159, set-dez 2012. (Coleção Passo a Passo, 47).

MORIN, Edgar. **O Método - a natureza da natureza.** v. 1. 3a. ed. Porto Alegre: Sulina, 2005.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo.** 3. ed. Porto Alegre: Sulina, 2007.

NOBRE, Marcos. **A Teoria Crítica.** 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

PINTO, Renan Freitas. A fundação filosófica das ciências sociais. In: _____. **Viagem das Idéias.** 2. ed. Manaus: Valer Editora, 2008.

PISCITELLI, Adriana. Re-criando a (categoria) mulher. A prática feminista e o conceito de gênero. **Textos Didáticos** 48, 7-42

POPPER, K. R. **A miséria do historicismo.** São Paulo: Cultrix/Edusp, 1980.

MARTINICH, A. **The Philosophy of Language.** Oxford: Oxford University Press, 1996.

MUSGRAVE, A. (Orgs.). **A crítica e o desenvolvimento do conhecimento.** São Paulo: Cultrix/Edusp, 1979. p. 63-71.

_____. **Lógica das ciências sociais.** Brasília: UNB, 1978.

_____. **Conhecimento objetivo: uma abordagem evolucionária.** Belo Horizonte: Itatiaia, 1975.

_____. **A sociedade aberta e seus inimigos.** Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.





_____. **Conjecturas e refutações.** Brasília: UNB, 1972.

RUSSELL, B. **Da denotação.** Em Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1974. Vol. XLII. (tradução de Pablo Mariconda).

SARTRE, Jean-Paul. **O existencialismo é um humanismo.** Trad. Vergílio Ferreira. São. Paulo: Abril S.A., 1973.

SALVADORI, Mateus. Honneth, Axel. Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais, **Revista Conjectura**, Porto Alegre, v.16, n.1, p. 189-192, jan./abr. 2011.

SEARLE, J. **Mente, Linguagem e Sociedade.** Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

SILVA, J. P. **Trabalho, Cidadania e Reconhecimento.** São Paulo: Anablume, 2008.

SIMPSON, G. G.. **"Historical science"**. In Albritton, Jr., C. C. Fabric of geology. Stanford, California: Freeman, Cooper, and Company. 1963.

STEIN, Edith. **A mulher:** sua missão segundo a natureza e a graça; carmelita descalça. Trad. Alfred Keller: Bauru, EUSC, 1999.

REVEL, Judith. **Dicionário Foucault.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

TANAKA, Heiji. A **razão redentora: a Escola de Frankfurt.** Akropolis, 9 (2), p. 69-82, abr/jun, 2001. [hiperlink (in)disponível]

TERRA, Ricardo; REPA, Luiz. Teoria crítica: introdução. **Caderno CRH** [online], Salvador, vol.24, n.62, pp. 245-248, mai/ago 2011. (DOSSIÊ Teoria Crítica).





WIGGERSHAUS, R. **A Escola de Frankfurt. História, desenvolvimento teórico, significação política.** São Cristóvão: Difel, 2002.

WITTGENSTEIN, L. (1975). *Investigações Filosóficas.* In: **Os Pensadores.** São Paulo: Abril Cultural. Vol. XLVI. (tradução de José Carlos Bruni).

